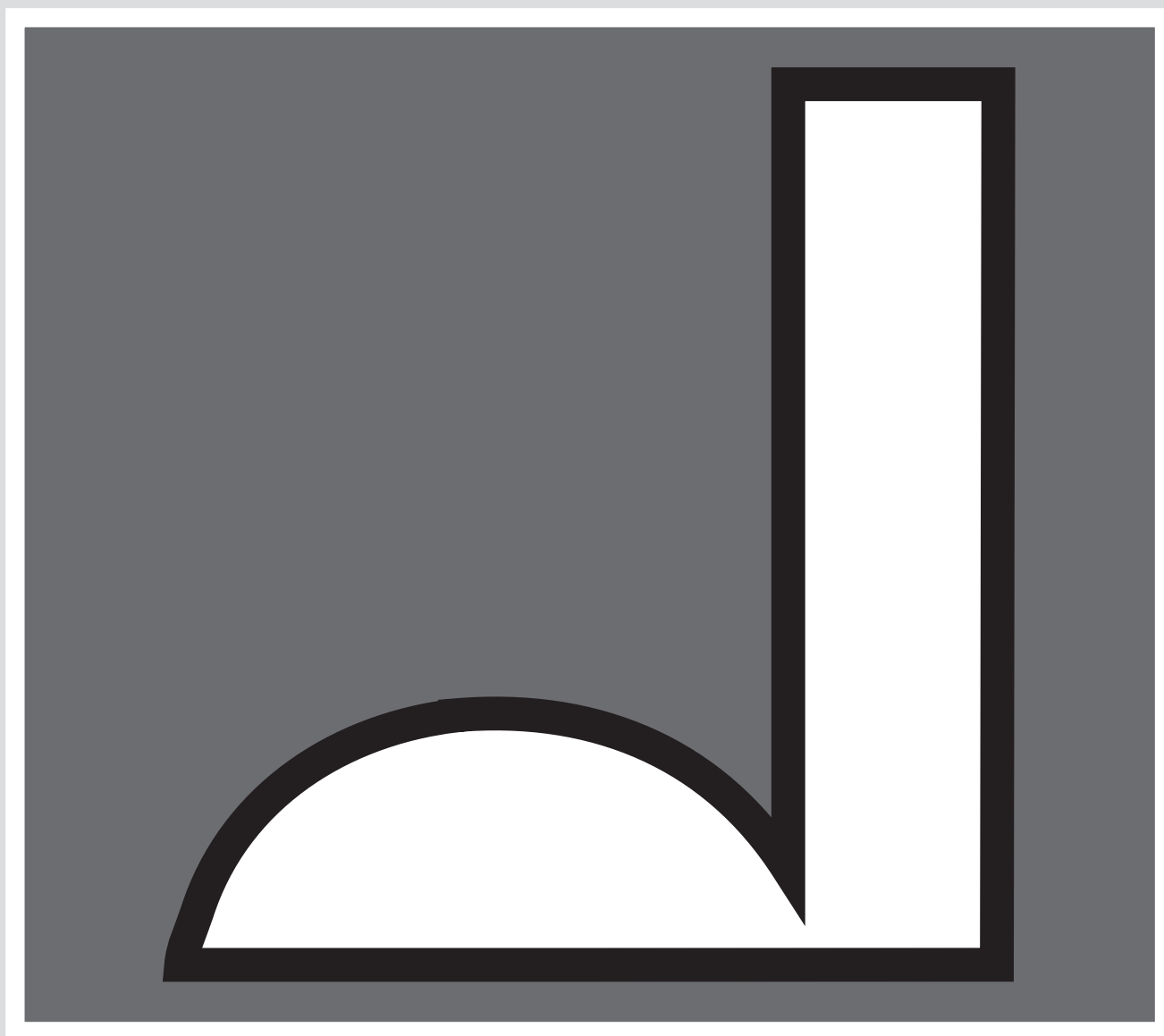




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 204 - SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**

Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**

Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**

João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**

Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**

**1ª** - Serys Slhessarenko – PT-MT

**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP

**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR

**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;"><b>MAIORIA (PMDB) – 20</b></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER EM EXERCÍCIO</b> Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20</b> Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;"><b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19</b></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PT – 12</b> Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PRB– 2</b> Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;"><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER</b> Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) <sup>(1)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Jefferson Peres <sup>(3)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 186ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Ausência de política destinada a minimizar as desigualdades regionais no país. Transcrição do artigo intitulado “Diferenças regionais continuam”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 do corrente..... 34615

##### 1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.131, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Srs. Senadores, solicitando convocação de sessão especial conjunta do Congresso Nacional para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher..... 34619

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta solene a realizar-se dia trinta do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher..... 34619

##### 1.2.4 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Registro de participação na reunião da União Parlamentar Internacional, evento da Organização das Nações Unidas, realizado em Nova Iorque, a fim de tratar da questão da prevenção contra as crises e em favor da paz, ocasião em que proferiu palestra sobre a eliminação da corrupção..... 34619

##### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Recurso nº 13, de 2006, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, à matéria.* ..... 34620

##### 1.2.6 – Leitura de projeto de lei do Senado

Nº 300, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a pena pela não aceitação de matrícula de aluno portador de necessidades especiais.) ..... 34621

##### 1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Manifestação sobre o desafio para o segundo mandato do presidente Lula: crescer de forma sustentável com justiça social. Defesa de mudança na meta de superávit. .... 34624

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro do recebimento de carta do Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, onde afirma confiança no segundo governo do presidente Lula e destaca a importância de os pedetistas retornarem ao governo. Registro de participação na Feira do Livro de Porto Alegre, ocasião em que, no estande do Senado Federal, S. Exa. autografou seu livro de memórias, intitulado “*O rufar dos tambores*”, reproduzido inclusive em braile. .... 34628

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Considerações acerca da TV-Digital e sua importância como uma nova tecnologia, que permite transformar o televisor em porta de entrada para a Internet e contribuir como aplicação na educação à distância, de forma interativa. .... 34645

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Reflexões sobre as reformas imprescindíveis para o fortalecimento da democracia, destacando a necessidade de continuação da reforma do Judiciário, já iniciada. .... 34646

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Agradecimento aos eleitores do Mato Grosso do Sul pela confiança depositada na pessoa de S. Exa., no pleito eleitoral em que obteve 40% dos votos. Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, homenageando Mário Zan, grande músico brasileiro, autor da famosa “Chalana”, recentemente falecido. Posição de S. Exa. sobre o segundo mandato do presidente Lula, que se avizinha, e destaque para as reformas

que necessitam ser concretizadas, a fim de blindar a economia brasileira, fortalecendo-a..... 34649

SENADOR MÃO SANTA – Cobranças de recursos do governo federal para execução de obras de infra-estrutura no Estado do Piauí..... 34656

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apresentação de proposta de emenda à constituição que estabelece eleição direta para os suplentes de Senadores. Anuncio do falecimento, nos Estados Unidos da América, do economista Milton Friedman, prêmio Nobel de Economia. .... 34661

### 1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o governo Lula, a democracia e a ameaça às liberdades fundamentais. Homenagem ao atleta Marilson Gomes dos Santos, primeiro brasileiro e o primeiro sul-americano a conquistar a Maratona de Nova York. Exaltação a Sra. Telma Viga Albuquerque, Presidente da Associação de Amigos do Autista do Amazonas, entidade com alma, cuja missão é respeitar os autistas, dando-lhes cidadania e encaminhando-os, numa nobre missão de criar uma sociedade inclusiva. .... 34675

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do artigo intitulado “*Alckmin e as negociações comerciais*”, de autoria do ex-Embaixador do Brasil nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de outubro último..... 34694

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*FHC acusa governo Lula de usar estatais para fins políticos*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 de outubro último..... 34695

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “*Preso por negociar dossiê diz que dinheiro veio do PT*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 17 de setembro último. .... 34696

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*O fracasso da operação abafa*”, publicada na revista **Veja**, edição de 25 de outubro último. .... 34697

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “*Em livro, Jefferson envolve Lula e Dirceu com dinheiro de Furnas*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 23 de setembro último. .... 34698

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre a matéria intitulada “*Impeachment pode voltar a ser analisado, diz Busato*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 28 de setembro último. .... 34699

SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro do artigo intitulado “*Hora da decisão*”, de autoria do Deputado federal eleito pelo PDT-SP, Paulo Pereira da Silva, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 25 de outubro último. .... 34700

### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – PARECERES

Nº 36, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00..... 34701

Nº 37, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2006-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. .... 34702

Nº 38, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 26, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$75.728.367,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. .... 34703

Nº 39, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$162.200.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente..... 34704

### SENADO FEDERAL

### 3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

#### 4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

#### 5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

### 10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

### CONGRESSO NACIONAL

### 11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

# Ata da 186ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de novembro de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti,  
Mão Santa, Paulo Paim e Delcídio Amaral*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Delcídio Amaral.

S. Exª tem a palavra.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até 1988 todos os Parlamentares, e diria mesmo que todos os brasileiros, já tinham consciência das imensas desigualdades regionais que afetam o nosso País. Foi talvez esse o fator mais importante que levou Juscelino Kubitschek a trazer a capital do Brasil lá do Rio de Janeiro, do litoral, para o Centro-Oeste, iniciando, portanto, assim, uma caminhada de integração efetiva do País.

Foi também ele que idealizou e executou a rodovia Belém-Brasília, integrando a porta de entrada da Amazônia, ou a Amazônia mais desenvolvida que existia na época, que era justamente Belém, com a então nova capital, Brasília. Isso realmente fez com que o Brasil saísse mais do litoral – tanto do rico, do Sul e do Sudeste, quanto do não tão rico, eu diria mesmo pobre, do Nordeste do Brasil.

Excluídas essas medidas aqui citadas, que, na verdade, tiveram espaço no Governo Juscelino, nada mais se fez de concreto, de real, para que houvesse a integração dessas regiões e, conseqüentemente, houvesse a eliminação, mesmo que gradual, das imensas desigualdades regionais.

Na Constituição de 1988, da qual tive a honra de ser um Deputado Constituinte, debateu-se muito esse problema e se colocou, inclusive, como uma das atribuições ou finalidades da República a eliminação das desigualdades regionais e sociais. E isso, hoje, é um ditame constitucional, não é apenas mais uma aspi-

ração política, não é apenas mais uma reivindicação daqueles que vivem nas regiões mais pobres; é um imperativo constitucional.

Muito bem. Passados todos esses anos – de 1988 até 2006 –, se olharmos ações efetivas do Governo Federal para fazer essa integração e caminhar, portanto, no sentido da eliminação dessas desigualdades, veremos que pouco foi feito.

Eu li anteontem – e gostaria de ler aqui pelo menos alguns trechos – um artigo publicado no **O Estado de S. Paulo** – como não tem assinatura de nenhum jornalista, deve ser editorial do próprio jornal. O título é: “Diferenças regionais continuam. Ritmo de combate às desigualdades regionais caiu nos anos 90, diz Ipea”.

“Num país onde a renda de um cidadão paulista é 500% maior de que a de quem nasce no Maranhão, a notícia mais recente sobre as desigualdades regionais brasileira é ruim. Aplicando o índice de Theil, criado especialmente para apurar disparidades de rendas entre regiões, verifica-se que entre 1970 e 1986 a desigualdade caiu em média 2,9% ao ano. A partir de então, a redução foi de 1% ao ano – desempenho pífio, que ajuda a perpetuar o abismo entre os Estados brasileiros, como demonstra o estudo *Intervenção Estatal e Desigualdade Regional no Brasil*, de Aristides Monteiro Neto, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado semana passada.” O País deixou de ter uma política para superar desigualdades”, diz o pesquisador.

Os estudiosos sabem que existem exemplos dramáticos de desigualdades mesmo em sociedades desenvolvidas, mas há poucos casos semelhantes ao do Brasil, onde um habitante do Distrito Federal tem renda 690% superior a de quem reside, por exemplo, no Piauí – do Senador Mão Santa –, enquanto um fluminense embolsa 350% a mais do que um cearense. Monteiro Neto explica o retrocesso por um conjunto de fatores. Um deles foi a mudança do papel do Estado. Antes, Brasília destinava subsídios e patrocinava investimentos que produziam epopéias no meio do mato. O símbolo maior foi Juscelino Kubitschek: arrombou o caixa da Previdência e criou Brasília, que hoje abriga a maior renda **per capita** do País e lidera região que há décadas exhibe os melhores índices de crescimento”.

Quero aqui fazer um comentário sobre essa parte do artigo que mostra claramente que também são



equivocadas as duas vertentes do problema. Por quê? De um lado, há aqueles que acham que o Estado não deve intervir, que o Estado deve estimular a iniciativa privada e, então, investir naquelas cidades. Vimos, no entanto, durante o período da Sudam e da Sudene que, na verdade, os incentivos eram dados, na maioria das vezes, para fraudadores. Então, o dinheiro público, o dinheiro do povo, era dado para investidores que deveriam ali aplicar em projetos de desenvolvimento regional e, teoricamente, parte desses investimentos retornaria de uma forma ou de outra para o Tesouro. Mas o que se viu é que não foi uma experiência bem aplicada. Por outro lado, a outra vertente, qual seja, querer simplesmente estatizar tudo também não é o caminho. O que estamos vendo, por exemplo, na Amazônia, abrangendo não só toda a Região Norte, mas um Estado do Centro-Oeste e um pedaço de um Estado do Nordeste, que é o Maranhão, é que para a Amazônia não existe uma política diferenciada no sentido de desenvolvê-la. Começa-se a discutir modelos, ou seja, que modelo queremos para a Amazônia. Na verdade, o modelo que está sendo adotado é o modelo do nada, é o modelo do nada! Querem corrigir os erros dos desmatamentos ou derrubadas irregulares decorrentes da ação de certos vândalos que não estão ali colocados para desenvolver uma região, substituindo-se tudo isso por não se fazer nada. A lei é “vamos parar tudo para estudar tudo”. Desse modo, vamos perdendo mais anos.

Falo como um homem da Região Norte. É preciso efetivamente haver um plano geoestratégico de desenvolvimento que não saia da cabeça iluminada dos técnicos que estão em Brasília há décadas. Eles, muitas vezes, não se dão nem o luxo – se é possível utilizar essa expressão – ou o desafio de ir, por exemplo, aos Estados discutir com os Governadores, os Deputados Estaduais, os Prefeitos e as entidades constituídas para levantar elementos mínimos a fim de elaborar um plano. Não agem assim e, às vezes, lêem apenas relatórios ou se julgam muito sábios e já constroem uma receita pronta para o que se deve fazer no meu Estado, Roraima, em Mato Grosso e no Piauí, Estado do Senador Mão Santa. Portanto, ficamos na mesma situação.

O que estamos constatando com esses estudos sucessivos? Na verdade, como diz a música popular, observamos que quem é mais rico está ficando mais rico e quem é mais pobre está ficando mais pobre. Nos Estados do Sul e do Sudeste, apesar de passarem por muitas dificuldades, as camadas da média para cima estão cada vez mais ricas, enquanto nos Estados mais pobres até as camadas mais altas estão mais pobres, porque realmente não existe nenhuma política de desenvolvimento. Não há, por exemplo, um planejamento no sentido de, em Roraima, dar prioridade à produção de cana, e conseqüentemente de álcool, cujo mercado consumidor, a Venezuela, está ali ao lado. Em Roraima, também vamos produzir soja, beneficiá-la e

exportá-la para a Venezuela, a Guiana, o Caribe etc. Não, não há um plano!

Queremos encontrar caminhos nos quais o Governo Federal possa nos ajudar, mas há sempre aquela história: isso não se pode fazer, por causa disto; isso não se pode fazer, por causa daquilo; não se pode fazer isso, porque os grandes interesses internacionais serão contrariados. É preciso que comecemos a quebrar esses paradigmas.

Tenho conversado com alguns Governadores da Região Norte para que se reúnam, discutam o programa de cada um dos Estados e depois amarrem todos os interesses num pacote só. E eles viriam aqui não como se viessem pedir esmola ao Presidente da República, com o pires na mão, pedir este ou aquele valor para o Estado. Afinal de contas, esta Federação – diz-se República Federativa do Brasil –, na prática, não é uma federação, porque o grosso do dinheiro concentra-se no Governo Federal e, depois, cada Governador, cada Prefeito tem de vir aqui, correr atrás de um dinheirinho para fazer uma escola ou um hospital. Temos o exemplo do Incor, em São Paulo, que está entrando em falência, e tantos outros casos.

Não se fala em infra-estrutura, porque estradas, rodovias, portos estão sucateados. E estou falando do Brasil Maravilha, do Sul e do Sudeste, porque, se formos falar do Brasilzão do interior, se formos falar do Norte e do Nordeste, a situação será muito pior.

Então, deixo este apelo, Sr<sup>a</sup> Presidente, pedindo que o artigo intitulado “Diferenças Regionais Continuum” seja transcrito como parte integrante do meu pronunciamento.

Na Região Norte, há disparidades intra-regionais. Quando se fala em Norte, muita gente pode pensar em Manaus, na Zona Franca, ou em Belém, cidade porto, que foi durante muito tempo porta de entrada da Amazônia. Mas a Amazônia tem a sua outra parte, onde estão Roraima, Acre, Rondônia, Amapá, a parte menos desenvolvida ainda da Região Norte. Portanto, temos de partir para um debate e para uma ação mais eficaz.

O Presidente Lula diz que fará este País crescer 5% ao ano. Acho pouco provável, porque também é dito nesse artigo que, ao se desenvolver São Paulo, a cidade colabora com os impostos que repassa para a União e que vão para os Estados, mas depois esses recursos voltam dos Estados para São Paulo novamente, porque tudo que é bem de capital, tudo que é implemento tem de ser comprado em São Paulo. Então, é uma roda viva perversa que nunca será quebrada, se não houver investimento nas regiões mais pobres.

Aliás, pela lógica, para que os Estados mais ricos tivessem menos problemas sociais teriam de fazer com que seu vizinho mais pobre pudesse se beneficiar do seu desenvolvimento.

Está aqui o Senador Paulo Otávio, que conhece muito bem o quanto Brasília sofre de sobrecarga por causa do entorno. Trata-se de uma região que, no fun-

do, está em outro Estado, Goiás ou Minas Gerais, mas que termina vindo para cá porque está mais próximo e há mecanismos mais fáceis para atendê-la.

Portanto, devíamos pensar em mudar essa equação, que as diferenças regionais pudessem desequilibrar a favor dos mais fracos e que se incentivassem os Estados mais fracos a participarem de maneira mais ativa.

Dou o exemplo do meu Estado, praticamente localizado dentro da Venezuela, que tem uma série de barreiras para se desenvolver. Não exporta nem importa como poderia, e – o absurdo! – estamos desde maio deste ano lutando por uma coisa: importarmos gasolina e **diesel** da Venezuela por preço diferenciado, para que possamos desenvolver a agricultura, a pecuária, como também baratear o transporte escolar, ajudar o pequeno produtor. Se importássemos a preço diferenciado, pagando os impostos, venderíamos hoje a gasolina em Roraima pela metade do preço que é vendida.

Sabe quanto é a gasolina na Venezuela, Senador Paulo Octávio? Não chega a R\$0,50 o litro. Há um posto que vende só para brasileiro pelo preço de R\$1,10. E, na bomba, em Roraima, é R\$2,90. Não há como entender por que o Brasil não encontra fórmulas para atender aos brasileiros que estão tomando conta da fronteira, que estão fazendo das tripas coração para continuar vivendo lá. E o Governo só faz desestimulá-los.

Não vou falar só do Governo Lula, que nada fez nesse primeiro mandato, pois essa situação já vem se acumulando. O ex-Presidente Fernando Henrique só fez uma coisa importante em relação a Roraima, uma linha de transmissão de energia hidrelétrica que vem de Guri, na Venezuela. Mas me arrepio em pensar o que vai acontecer se, algum dia, o Chávez adotar em relação à energia posição parecida com de Evo Morales em relação ao gás. Ao ficarmos dependentes de uma energia gerada em um País vizinho, ficamos também dependentes do humor ou do entendimento do dirigente daquele País.

Quero deixar isso registrado, especialmente com relação ao meu Estado, sem dúvida o mais castigado nessa questão, embora paradoxalmente seja o que tem mais riquezas e que, somente explorando-as, poderia ser o mais desenvolvido. Se explorássemos apenas os minerais mais primários que existem ali, estaríamos muito bem. Mas não podemos explorá-los, porque foram criadas reservas indígenas nessas áreas. Não podemos explorar em toda a sua plenitude nossos campos naturais, que têm menos árvores que o cerrado do Centro-Oeste, porque também, em sua maioria, existem reservas indígenas. Mas nem o que está em reserva indígena ou em reserva ecológica podemos explorar, porque o Incra, ainda na época de território, tomou-nos essas terras e teima em não nos devolvê-las. Estamos até na Justiça quanto a isso. E o

Presidente poderia resolver essa questão por decreto. É só querer.

Este é o registro que quero fazer. Nesta semana, continuarei, com mais intensidade ainda, reclamando e pedindo essas soluções, a par de tomar minhas iniciativas no que tange a apresentar projetos, a discutir com os Ministros.

Reelegi-me, com muita honra, em oposição ao Presidente Lula. O povo de Roraima mais do que dobrou a votação que tive na eleição passada e fez com o Presidente Lula o inverso. Em seu primeiro mandato, no segundo turno, Sua Excelência teve proporcionalmente a maior votação do Brasil, 82% dos votos. Agora, o resultado inverteu. O Alckmin teve 59% no primeiro turno e, no segundo turno, foi para 61%, e o Presidente Lula ficou flutuando em torno de 30%. Por quê? Porque o povo de Roraima quer que Sua Excelência mude a postura em relação a Roraima e, como estou dizendo aqui, tenha um plano estratégico para a Região, com um especial olhar para o Estado, que ficou parado esses quatro anos.

Antes de encerrar, muito me honra ouvi-lo, Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela brilhante eleição, V. Ex<sup>a</sup> que tão bem representa o povo de Roraima no nosso Senado Federal. E quero deixar bem claro que o seu pronunciamento é muito oportuno; queremos crescer o Brasil como um todo, pois precisamos de otimismo, de desenvolvimento. É o que está faltando. O exemplo citado por V. Ex<sup>a</sup> de um litro de gasolina custar cinco vezes mais aqui do que no país vizinho, logicamente é um entrave ao nosso crescimento econômico e diminui a geração de emprego de que tanto precisamos. Por isso, seu pronunciamento é tão oportuno, vem em boa hora e é um alerta a esta Casa para as desigualdades regionais que atravessam nosso País. V. Ex<sup>a</sup> bem sabe como é importante o seu Estado, que faz limites com tantos outros países, deslocado do centro do Brasil, e bem sabe como é difícil levar àquela Região o desenvolvimento. Por isso, é uma responsabilidade do Senado Federal, do Presidente da República essa preocupação com os Estados mais afastados do centro do Poder. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)** – Muito obrigado, Senador Paulo Octávio. Sei que V. Ex<sup>a</sup>, como homem do Distrito Federal, que tem até laços familiares com o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, sabe que, depois dele, talvez somente um Presidente tenha se preocupado muito de leve com o Norte do Brasil e, principalmente, com o meu Estado.

Para se ter idéia, às vezes, o candidato à Presidência da República chegava a Manaus, que dá uma hora de voo até Boa Vista, e alguém dizia: “Vamos até

Roraima". Mas ele respondia que não, pois não estava fazendo campanha para Vereador. Da mesma forma, nessa última eleição, o Presidente Lula não foi a Roraima, enquanto o candidato Alckmin foi. São poucos votos realmente, mas se trata um Estado do Brasil e temos de ser olhados como tal, e não como um Estado que tem população "x" ou "y". Somos todos brasileiros. Aliás, creio até que quem mora ali, exposto a tantas

mazelas, como malária, oncocercose etc., deveria ser considerado mais brasileiro do que os outros.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	12 nov. 06	Nacional	A	84

# Diferenças regionais continuam

Ritmo de combate às desigualdades regionais caiu nos anos 90, diz Ipea

BRASÍLIA

Num país onde a renda de um cidadão paulista é 500% maior que a de quem nasce no Maranhão, a notícia mais recente sobre a desigualdade regional brasileira é ruim. Aplicando o índice de Theil, criado especialmente para apurar disparidades de renda entre regiões, verifica-se que entre 1970 e 1986 a desigualdade diminuiu em média 2,9% ao ano. A partir de então, a redução foi de 1% ao ano – desempenho pífio, que ajuda a perpetuar o abismo entre Estados brasileiros, como demonstra o estudo *Intervenção Estatal e Desigualdade Regional no Brasil*, de Aristides Monteiro Neto, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado semana passada. "O País deixou de ter uma política para superar a desigualdade", diz o pesquisador.

Os estudiosos sabem que existem exemplos dramáticos de desigualdade mesmo em sociedades desenvolvidas, mas há poucos casos semelhantes ao do Brasil, onde um habitante do Distrito Federal tem renda 690% superior à de quem reside no Piauí, enquanto um fluminense embolsa 350% a mais do que um cearense. Monteiro Neto explica o retrocesso por um conjunto de fatores. Um deles foi a mudança do papel do Estado. Antes, Brasília destinava subsídios e patrocinava investimentos que produziam epopéias no meio do mato. O símbolo maior foi Juscelino Kubitschek: arrombou o caixa da Previdência e criou Brasília, que hoje abriga a maior renda per capita do País e lidera região que há décadas exibe os melhores índices de crescimento.

A partir dos anos 90, diz Monteiro, o Estado se retirou da cena e passou a financiar investimentos privados – que têm interesse em privatizações, em shopping centers, hotéis e outros negócios que, como manda a lógica privada, oferecem retorno razoável e contas em dia. A pesquisa mostra que esses recursos seguem caminhos que raramente coincidem com os mais desejáveis para diminuir a desigualdade.

Num levantamento de 2002, verifica-se que os três Estados mais ricos se tornaram destino de 51% dos investimentos privados. São Paulo recebeu 31%, o Rio ficou com 13% e Minas, com 7%. Já o Ceará recebeu 1,3% e Pernambuco, 3,1%. A soma de Maranhão, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte chegou a 2,5%. Apurando investimentos federais em habitação, a pesquisa mostra que Sudeste recebeu 600% a mais do que o Nordeste.

São Paulo tornou-se centro dinâmico da economia brasileira depois que passou a concentrar os recursos da exportação de café, base para a industrialização. Em 1919, São Paulo abrigava 38% da riqueza nacional. Em 1970, a fatia chegou a fantásticos 58%, a mais alta da história. Articulado com os demais Estados do País, o enriquecimento paulista espalhou benefícios mesmo gerando desigualdades. Entre 1960 e 1989, o Brasil teve crescimento médio anual de 6%. O Norte cresceu

DOCUMENTO A QUE SE REFERE:

DOCUMENTO A QUE SE  
REFERE

9,3% e o Centro-Oeste, 8,3%. O Nordeste cresceu 5,7%, mas teve uma vantagem – iniciou a industrialização.

Nos anos 70, Minas recebeu um investimento que mudou sua história – a fábrica da Fiat, onde o governo do Estado assumiu 40% do negócio. "Hoje, isso não seria possível", diz o deputado Roberto Brant. "Os governadores estão sem margem de manobra." Para o deputado, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma medida sábia do Congresso, para garantir a estabilidade da economia, "mas criou restrições duríssimas que não foram bem avaliadas na época."

O Estado foi retirado da cena depois de protagonizar grandes escândalos com o dinheiro do contribuinte. Milhões de reais em subsídios saíam dos cofres públicos para o bolso de fraudadores, que nem se davam ao trabalho de fingir que realizavam investimentos produtivos. A pesquisa de Monteiro sustenta a visão de que, apesar das falcaturas, o saldo final tem mais pontos positivos do que se costuma imaginar.

Com 21% da população do País, São Paulo responde por 40% dos impostos federais. É uma carga altíssima e pesada, mas que tem sua lógica. Esse dinheiro retirado do contribuinte paulista costuma ser transferido a Estados sem recursos, mas não fica por lá. Uma boa parte retorna a São Paulo para comprar bens e serviços que as economias mais atrasadas não podem produzir.

Resultado: os paulistas mantêm empregos e podem investir em novos projetos em boa medida graças ao imposto que pagam. A equação funciona para as duas partes quando a economia cresce a taxas altas. Quando anda de lado, como ocorre há vários anos, o sistema se transforma num abraço de afogados e todos perdem. • P.M.L.



**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mozarildo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

# **REQUERIMENTO Nº 1.131, DE 2006**

## **Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.**

Requeremos, nos termos do Art. 199 do Regimento Interno, combinado com o Art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial Conjunta a ser realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 30 de novembro do corrente ano, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

### **Justificação**

A realização da Sessão Especial Conjunta significará uma demonstração de que o Parlamento Brasileiro não abre mão de sua disposição de lutar contra todas as formas de violência de gênero, em busca de uma sociedade mais justa e harmônica.

Sala das Sessões, de novembro de 2006. – **Serys Slhessarenko – Flávio Arns – Antônio Carlos Valadares – Mão Santa – Jefferson Peres – Geraldo Mesquita Júnior.**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência convoca sessão conjunta solene a realizar-se dia 30 do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria não só de falar pela Liderança do PFL, mas também de usar a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, combinado com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, intercalando o uso da palavra com os oradores inscritos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o motivo que me traz à tribuna hoje é a visita que fiz junto com uma comitiva, composta por mais dois outros Senadores, Efraim Morais e Heráclito Fortes, à Organização das Nações Unidas. Lá estivemos em reunião com representantes de mais de cem Parlametos, de todo o mundo, para discutir assuntos importantes do nosso Planeta.

Um dos temas é logicamente a prevenção contra as crises, contra as guerras; a prevenção em favor da paz.

Tivemos, na segunda-feira próxima passada, o primeiro dia de reunião, com debates sobre esse assunto. No segundo dia, tivemos uma pauta também muito longa e passamos o dia inteiro tratando de uma questão que hoje incomoda a todos nós, incomoda a todos os países, uma dificuldade que muitas vezes limita o desenvolvimento: a corrupção. Então, passamos a terça-feira na ONU, junto à UPI (União Parlamentar Internacional), tratando desse tema. E coube a mim a honrosa tarefa de proferir algumas palavras aos membros da entidade e a representantes do mundo inteiro que estavam presentes naquela ocasião.

Foquei meu discurso, Srª Presidente, sobre o papel fiscalizador e investigador que temos desempenhado ao longo dos últimos anos. O desvio de dinheiro público, a corrupção, a lavagem de dinheiro e uma série de outras deformidades da gestão pública prejudicam o cidadão. O trabalho de homens públicos deve ser pautado pela correção, honradez e compromisso com a população.

O esforço do Parlamento nacional em moralizar o País não pode e não deve ser deixado de lado. Temos de abrir os olhos do mundo para o trabalho que temos desenvolvido para exterminar do seio estatal o câncer da corrupção, que corrói a máquina administrativa.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, as famosas CPIs, divulgadas amplamente pelos meios de comunicação, merecem a atenção não só dos países vizinhos como dos mais distantes. Esse instrumento legislativo não existe na maioria das nações. Por isso, não pude me curvar ao dever de mostrar às Nações Unidas que o processo investigativo orquestrado pelo Congresso Nacional ao longo dos últimos anos serve de paradigma.

Desde o fim da ditadura militar, temos dado o exemplo. A lista de CPIs é longa e mostra a árdua tarefa que juntos desempenhamos. Tivemos a CPI do Orçamento, na primeira metade da década de 90, que concluiu pela cassação de mais de uma dezena de parlamentares. Pouco depois, tivemos a apuração de possíveis irregularidades dos títulos públicos, com

lupa sobre a lavagem de bilhões de dólares por meio do sistema financeiro nacional.

Até o esporte, considerado paixão nacional, mereceu o olhar atento dos Deputados e Senadores que participaram das CPIs do Futebol e da Bola. Delas nasceu o Estatuto do Torcedor, importante instrumento legal que regulamenta os direitos e deveres dos espectadores das diversas modalidades esportivas em estádios e ginásios. Mais recentemente, tivemos as CPIs do Bingo e das Sanguessugas.

Enganam-se aqueles que ingenuamente acreditam que o amadurecimento da democracia ocorre sem esforço, sem ruptura, sem dor. Ao contrário, a construção de um Estado limpo ocorre por meio de crises. Temos de punir aqueles que se apropriam do Estado em causa própria, em detrimento do coletivo.

Temos de acabar com a cultura da não-punição. “A ética na política exige exatamente um comportamento permanente a esse respeito. Exige uma crença nos valores que a ética cultiva, uma crença no povo, uma crença na democracia, uma crença na seriedade. E, quando falo em seriedade, não falo em honestidade. Vou mais longe do que isso. Falo em integridade, falo na capacidade que cada um tem de se conduzir de forma adequada em cada circunstância, em cada momento, fazendo com que a política seja colocada num plano superior a cada um dos políticos. Ao fazermos isso, nós certamente estamos contribuindo para a ética na política”, como destacou Mário Covas certa vez. Faço minhas as palavras dele.

Foram essas as palavras, Senadora Serys Slhessarenko, que tão bem representa o Estado do Mato Grosso, que tive a oportunidade de proferir, em nome da Bancada dos três Senadores presentes, nos dois dias de trabalho que tivemos na ONU. Ao lado dos Senadores Heráclito Fortes e Efraim Moraes, representando o Senado Federal e o Congresso Nacional, tive a honra de, na presença de líderes parlamentares de todo o mundo, manifestar a posição firme do Congresso Nacional, no trabalho investigativo, no trabalho que fazemos aqui constantemente e que deve realmente ser motivo de alegria, honra e satisfação para os Parlamentares que compõem as famosas CPIs. É certo que as CPIs dão trabalho. Muitas vezes, atravessamos meses de trabalho, noites adentro, no trabalho investigativo, mas isso tem sido muito importante para o nosso País.

Senador Mozarildo, Senador Mão Santa, Senador Paim, é o exemplo do Brasil sendo levado à frente, para outros países. Podemos servir de modelo para que outros Parlamentos adotem esse sistema que utilizamos com competência aqui nesta Casa.

Encerro minhas palavras agradecendo o convite que me foi formulado pelo Senador Heráclito Fortes

para ali, ao lado dele e do Senador Efraim, ter a oportunidade de fazer comentários sobre o momento que atravessamos no Brasil, na busca pela honestidade e pela integridade.

Foi dito por um representante do México – não sei como ele fez a conta – que a corrupção consome, no mundo inteiro, mais de US\$1 trilhão de dinheiro do contribuinte, em recursos que são desviados para outras funções. Não sei como ele fez essa conta, porque ninguém consegue fazê-la. Mas, realmente, é alarmante a preocupação dos parlamentares de todos os países do mundo com essa chaga, esse mal que atormenta o desenvolvimento social dos países: a corrupção.

Portanto, não poderia deixar sem registro essa importante missão que tivemos nessa semana junto à ONU, representando o Senado Federal.

Muito obrigado.

*A Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 13, de 2006**, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004**, de autoria do Senador Efraim Moraes, que *dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

#### **RECURSO Nº 13, DE 2006**

Nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos da decisão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para que o PLS nº 259, de 2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, que “Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, – **Romero Jucá – Ideli Salvatti – Marcelo Crivella – Serys Slhessarenko – Tião Viana – Aloisio Mercadante – Sergio Zambiasi – Paulo B. Fontes – Geovani Borges – Eduardo Suplicy – Fátima Cleide – Flávio Arns.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2006

**Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a pena pela não aceitação de matrícula de aluno portador de necessidades especiais).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com o acréscimo do seguinte parágrafo único.

“Art. 3º.....  
.....

Parágrafo único. A não aceitação de matrícula de aluno, inclusive de portador de necessidades especiais, importará em suspensão do credenciamento da escola na forma do regulamento do sistema de ensino. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente a sua publicação.

### Justificação

Desde a edição da Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação especial foi contemplada com uma série de dispositivos que garantem que pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE) tenham acesso à escola básica, com benefícios diversos e específicos, tais como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização.

O art. 59, III, da LDB, tanto exige professores com adequada especialização em nível superior ou médio, para prestar atendimento especializado, quanto assegura a capacitação de professores do ensino regular, para a melhor integração dos educandos especiais nas classes comuns. Assim, as escolas estão obrigadas, desde a edição desta Lei, em 1996, a se adaptarem à recepção dos PNE.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), editou a Resolução nº 2, de 2001, que estabelece diretrizes nacionais sobre o atendimento aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Em seu art. 2º, a mencionada Resolução, estabelece que “os sistemas de ensino **devem** matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos [Portadores de Necessidades Especiais]” (grifo nosso).

Na LDB, o art. 58, § 3º, estabelece que a oferta de educação especial é dever constitucional do Es-

tado, iniciando-se tal oferta desde o nascimento até os seis anos de idade, na fase de educação infantil, e continuando-se nos momentos seguintes da educação básica.

A educação especial cresceu e aprimorou-se muito, desde a edição da LDB, e muitas escolas têm se preparado para receber todos os PNE. Esse movimento recebe o nome de inclusão. Trata-se de um desafio que os profissionais e o sistema escolar enfrentam. As dificuldades são enormes, e vão desde a falta de formação específica dos docentes até a estrutura física das escolas. Percebe-se, porém, que a recepção dos PNE nas escolas brasileiras é um movimento irreversível. A inclusão comemora essa vitória da cidadania, da educação e do humanitarismo.

A educação inclusiva tem muitos pontos positivos e implica em transformação dos ambientes educacionais. Ela fornece aos demais estudantes uma percepção nova da diferença e faz com que aprendam a exercitar o espírito de tolerância, de solidariedade e o respeito ao outro, sendo, por isso, altamente recomendável no tocante à formação dos cidadãos.

Os supramencionados marcos legais evidenciam que nosso País engajou-se num amplo movimento de luta na defesa dos direitos dos PNE, juntamente com outros países das Américas, o que se constata com a aprovação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999, conhecida como Convenção da Guatemala. Ela foi ratificada e promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.956, de 2001<sup>(1)</sup> e tem como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação e propiciar a essas pessoas a sua plena integração à sociedade. Reafirma-se aí que os portadores de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e esses direitos, inclusive o de não serem submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade, inerentes a todo ser humano.

Desta forma, por meio do Decreto supramencionado, combinado com a Emenda à Constituição nº 45, de 2004, que incluiu no art. 5º da Magna Carta o § 3º<sup>(2)</sup>, o Brasil reconhece que a referida Convenção, por tratar de direitos humanos, tem o mesmo valor hierárquico de emenda constitucional. Há que destacar que o § 1º do supramencionado inciso estabelece que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Não resta dúvida de que a inclusão escolar é um passo importante para a eliminação da discriminação

e melhoria da educação. A Convenção da Guatemala dá à educação um alto valor, referindo-se a ela em diversos artigos, sempre como baliza para medidas governamentais – trabalho prioritário, detecção e intervenção precoce, educação – garantidoras de um melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência. O acesso à escola é um direito garantido no texto ratificado pelo Congresso Nacional.

Não obstante a legislação já existente, algumas escolas têm procurado barrar o acesso dos PNE às suas salas de aula, sob a alegação de ausência de estrutura física e quadro de pessoal qualificado para o atendimento dessas pessoas. Essa prática tem se tomado comum nos últimos anos, sem que as escolas tenham buscado se adequar ao texto da lei que garante às pessoas portadoras de deficiência sua recepção nos estabelecimentos de ensino regular. Não é possível admitir que tal postura continue a ocorrer.

Ao determinar que a não aceitação de matrícula de aluno especial importará em suspensão do credenciamento da escola na forma do regulamento do sistema de ensino, a presente proposição será um passo no sentido de fazer com que as escolas cumpram a lei. Com tal medida, serão preteridas as escolas retrógradas que pouco ou nada têm a fornecer em termos de integração, de inclusão, pois não acompanham a necessária evolução pedagógica que transforma as escolas em locais privilegiados de aprimoramento da cidadania.

A inclusão exige que a escola se organize e se estruture para a inserção dos PNEs, dado que o objetivo é incluir, sem distinção, todas as crianças, independentemente de suas habilidades. Ela permite que os estudantes “normais” passem a conviver com a diversidade, a não discriminar, a ter uma percepção nova da diferença. Esse convívio possibilitará que aprendam a exercitar a tolerância, a solidariedade e o respeito ao outro, sendo, por isso, altamente recomendável no tocante à formação dos cidadãos do futuro.

1 O Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001. A Convenção citada é apenas por cópia ao Decreto nº 3.956, de 2001, e deve ser executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

2 Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Dada a relevância do tema, peço o apoio dos colegas congressistas para a aprovação da presente proposição. Este ato será uma demonstração de reconhecimento ao esforço dos inúmeros defensores da inclusão educacional das crianças portadoras de necessidades especiais, em nosso País, e um passo fundamental para que elas possam usufruir, sem discriminação, do direito fundamental à educação garantido aos cidadãos brasileiros pela Constituição Federal.

Sala das Sessões 16 de novembro de 2006. – Senadora **Serys Shlessarenko**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

#### **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I Da Educação**

Art. 1º .....

#### **TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;



XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

## CAPÍTULO V Da Educação Especial

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

### RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

#### (\*) Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade

de com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea c, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 17/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001, Resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

Art. 3º Por educação do especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

I – a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II – a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III – o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

#### **DECRETO Nº 3.956, OUTUBRO DE 2001**

##### **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001;

Considerando que a Convenção entrou em vigor, para o Brasil, em 14 de setembro de 2001, nos termos do parágrafo 3, de seu artigo VIII;

Decreta:

Art. 1º A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º .....

#### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

##### **TÍTULO II**

##### **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

##### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**

Art. 5º .....

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos

respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

.....  
(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Dando seqüência à lista de oradores, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para esse segundo mandato do Presidente Lula, o desafio está colocado: crescer de forma sustentável com justiça social. Indago: será fácil? Não, não será fácil, mas é plenamente possível. Se antes a comparação de desempenho era com políticas desenvolvidas por governos anteriores, nessa nova fase será com as nossas próprias metas. Exigirá esforço e vontade política de todos, Senador Eduardo Suplicy. O primeiro passo será a estruturação de um novo governo com atores comprometidos com as grandes causas do País. Estou animada. Já na primeira reunião com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Presidente Lula exigiu metas mais ousadas para o crescimento da economia.

Outra questão não menos importante será construir aqui no Senado uma articulação capaz de transformar o esforço da equipe de governo em apoios consolidados.

Nossa Líder, a Senadora Ideli Salvatti, foi muito feliz ao cobrar desta tribuna “mais atenção ao Senado e espaço para o PT no Governo”. Após reunião de nossa Bancada, nossa Líder apenas externou o clima que tomou conta dos Senadores e das Senadoras do PT aqui no Senado. “A reivindicação é que o Presidente nos ponha na agenda. Em quase quatro anos, o Presidente Lula esteve uma única vez com a Bancada do PT no Senado” – disse a Líder.

Como construir uma base sólida? Como implementar as votações com entusiasmo? Essas questões terão de ser enfrentadas e resolvidas para, então, encaminharmos questões demandadas nesse segundo turno pela maioria de nossa gente. Precisaremos, já, dar respostas ao desafio de proteção permanente de nossas florestas, por exemplo, àquelas que ainda nos restam.

A maioria que, a partir dos grandes centros urbanos e ao longo da história, dizimou nações indígenas e comunidades negras em sua quase totalidade,

condenando os mais pobres e as grandes massas ao aviltamento e à exploração, tem a responsabilidade, sem adiamento, de encontrar soluções para esses e outros desafios que estão postos.

Entendo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que reduzir as desigualdades é um desafio que vem sendo encarado com êxito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nossa história mostra-nos que, em períodos recentes, em especial na década de 70, apesar do espetacular crescimento econômico, chamado “Milagre da Produtividade”, a desigualdade também se avolumou. Nas décadas de 1980 e 1990, o problema da desigualdade ficou ainda mais agravado devido a seguidos choques econômicos. Mesmo nos anos de 1993 a 1997, quando o crescimento médio foi de 4% do Produto Interno Bruto – PIB –, foi mínima, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a geração de empregos tendo como resultado a estúpida ampliação do trabalho informal.

Durante o primeiro Governo do Presidente Lula, apesar do ainda baixo crescimento, houve um lento mas decisivo processo de redução das desigualdades, associado à desinflação, ao aumento do salário mínimo e a ampliação das políticas de transferências sociais.

O Presidente Lula tem razão em não permitir na economia nacional “aventuras” – realmente não podemos – ou invencionices esquisitas, como novos planos e choques econômicos. Sua Excelência tem toda a razão em não permitir esse tipo de coisas. Não poderemos, contudo, admitir o conservadorismo como meta. Não dá mais para aceitar a absurda meta do superávit primário. Não é racional. Precisamos manter os efeitos positivos de uma inflação baixa, pois sabemos que os reflexos são imediatos, seja no aumento real do salário mínimo e nas transferências de renda por meio das políticas públicas desenvolvidas, como o Programa Luz para Todos, o Bolsa Família, o ProUni etc, que, longe de serem assistencialistas, são proposições necessárias a curto prazo para parcela significativa da nossa população.

Mas queremos mais: queremos crescer; queremos gerar mais empregos; precisamos desenvolver nosso parque industrial. O Bolsa Família, por exemplo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é fator de redução da pobreza e da desigualdade, como vários estudos, entre eles os abalizados levantamentos do Ipea, já comprovaram.

Sr. Presidente, outra questão é a inclusão digital, que virou realidade no Governo Lula. As frentes de ação da Administração Federal e os seus resultados deram-se em vários âmbitos: do incentivo à venda de equipamentos com renúncia fiscal e crédito subsidiado para o

consumidor final até a pulverização de telecentros em todo o território nacional. A ação de maior impacto foi, certamente, a MP do Bem. Depois de um ano de negociações com a indústria de tecnologia da informação, o Governo promulgou a MP nº 255, que isentou de PIS e Cofins os microcomputadores de até R\$2.500,00 e os **notebooks** até R\$3.000,00. Isso equivale, nobres Pares, à renúncia de uma carga de 9,25%.

A medida contribuiu significativamente para a queda nos preços médios numa proporção que chegou a 15,89% em agosto passado, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe. A mesma instituição estima que os preços cairão outros 4% até o fim de dezembro. Também a criação do Programa Computador para Todos – PC Conectado, lançado em 2005, teve uma adesão impressionante em segmentos que não tinham acesso a esse tipo de tecnologia. Vendendo microcomputadores por até R\$1,4 mil, em 24 prestações, com juros de 2% ao mês, financiamento ao varejista do BNDES e ao consumidor final pela Caixa Econômica Federal, o projeto permitiu o acesso aos equipamentos por parte de muitas pessoas que estariam totalmente impossibilitadas de adquirir esses aparelhos. Até junho de 2006, o Programa já havia garantido a venda de 265 mil unidades, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee.

Isso é democracia, pois representa o acesso à informação. Sabemos todos que o conhecimento é um bem fundamental sobre o qual se deve basear o futuro do País. Não é possível, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, falarmos em governo eletrônico se ele for restrito apenas às classes ricas. Desenvolver projetos dessa natureza só faz sentido se for para universalizar as oportunidades.

Por essas e outras ações, o Governo do Presidente Lula teve o mérito de diminuir o índice da pobreza em nosso País. Só que, para uma queda irreversível desse índice, acelerando o recuo da desigualdade, será preciso mudar o patamar do crescimento do PIB. Precisamos, repito, no segundo mandato, crescer anualmente pelo menos de 5% a 6%.

Sensibilidade social este Governo teve. O Governo do Presidente Lula teve o mérito de inserir, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, o ingrediente que faltava na política nacional: inseriu o projeto de povo, que precisava ter respaldo.

Fazemos críticas a alguns pontos falhos no Governo, que temos, sim, tivemos e, com certeza, todo Governo terá. Mas aquilo que realmente chamo aqui de projeto de povo, inserido pelo Presidente Lula, são várias mudanças que aconteceram e vêm acontecendo

no sentido de melhorar a qualidade de vida da maioria da população brasileira.

E temos de ter muito claro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que um governo após o outro tem de ter sempre uma preocupação maior, que é a construção do processo democrático. Um País como o nosso, que viveu, tempos atrás, momentos que não devemos relembrar e hoje caminha dentro do processo democrático, não pode esquecer, de forma alguma, que a democracia tem de ser, é e só avançará se for um processo de construção permanente. Esse processo de construção permanente só acontece se realmente alguns fatores estiverem presentes constantemente nas políticas públicas. Um deles, eu diria, é a educação. E o Presidente Lula coloca com muita clareza no binômio: desenvolvimento econômico e uma das partes que ele chama de educação de qualidade.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> sempre fala, neste Parlamento, sobre a importância da educação. E o Presidente Lula vem falando, permanentemente e, em especial, durante a campanha e após a reeleição, que uma das prioridades significativas, principais do seu Governo é a educação de qualidade. Precisamos trabalhar a educação de qualidade, porque não é qualquer educação que serve para o nosso povo. Não é aquela educação de ensinar nas nossas escolas que 1+1 são 2, não. Nós precisamos ensinar, sim, que 1+1 são 2, mas nós precisamos passar, nesse ensinamento, a favor de quem e contra quem trabalha, a soma, a divisão, a multiplicação e a subtração. E isso exige um preparo permanente dos nossos profissionais, salários dignos, planos de carreira realmente dignos para os nossos profissionais de educação e uma educação para a transformação. Não é a educação só do conhecimento, da repetição daquilo que está posto. Aquilo que está posto é preciso ser conhecido e compreendido, mas só realmente ensina para a transformação aquele que conhece, compreende, pesquisa e conhece a realidade atual. É ele quem vai ensinar a nossa criança e o nosso jovem como realmente se é capaz de fazer essa transformação na sociedade.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Serys, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Serys, atentamente estou ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, e o País também. Eu estava até a meditar e a refletir como o partido de V. Ex<sup>a</sup>, que acabou de ganhar as eleições, e o Presidente da República está buscando um líder do Governo em outros, enquanto o livro de Deus diz: “Mateus, primeiro os teus”. V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado muita competência e sensibilidade e me permita entrar nesse debate quali-

ficado. Acho que sou, vamos dizer, do PMDB que interessaria mais à Pátria, mais ao País e mais ao povo e, conseqüentemente, ao Presidente da República. Não estamos atrás de negociatas, de cargos, de barganha. V. Ex<sup>a</sup>, muitas vezes, pediu que eu votasse e eu votei com o partido, em 90% das vezes, mas houve questões de que discordamos. V. Ex<sup>a</sup>, com essa sensibilidade, poderia levar ao Presidente Lula. Vamos diferir as coisas. Precisamos entender, fazer um diagnóstico, como busca o médico nos exames. Realmente, o Presidente mostrou sensibilidade para com a pobreza, uma sensibilidade, uma caridade para com os pobres, mas esse programa não combate a pobreza; ele alimenta a pobreza. Sua Excelência, o Presidente da República, diz que dá para comer três vezes por dia. Acho que não dá, não. Alimenta, ajuda, é uma caridade, mas jamais por aí se vai combater a pobreza. A pobreza só é combatida – Rui Barbosa disse isso; está aqui um livrinho antigo dele, em que fala sobre o trabalho e cita Abraham Lincoln –, só há uma maneira de combater a pobreza: por meio do trabalho. O trabalho vem antes, a ele é que se deve dar primazia. É o trabalho que faz o capital, que faz a riqueza. Tudo que vem do trabalho é bem-vindo. Então, está faltando o trabalho, e isso aí não leva ao trabalho. Primeiro, V. Ex<sup>a</sup> fala em educação. Aí, sim, tem de haver um tripé. Até na teologia fizeram um tripé: Pai, Filho e Espírito Santo. A democracia se baseou no tripé – deixou de ser uno o poder absolutista para ser um tripé: poderes legislativo, judiciário e executivo. Tem de haver um tripé. Entenda que eu queria trazer essa contribuição. Essa é a contribuição do PMDB de verdade, do PMDB que trouxe a democracia, do PMDB de Ulysses, de Teotônio, de Juscelino e de Tancredo, meu e de Pedro Simon. Não o PMDB do dá cá, da lá, da compra, do mensalão, do envergonha a pátria. Não. Tem de ter o trabalho para crescer, e o trabalho casado com a educação. Não há trabalho sem educação. E quero citar um dado de uma mulher, como V. Ex<sup>a</sup>, Sônia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, que, recentemente, fez uma pesquisa e publicou que 37% da nossa juventude não tem o ensino fundamental – 37% são quase 40 milhões de jovens. Então, a educação é fundamental e, sem dúvida alguma, o tripé: ética, educação e trabalho, que está no crescer, só cresce tendo trabalho. E é isso que queremos, essa contribuição. Esse é o tripé, mas uma contribuição simples, como estou aprendendo. Enquanto o Brasil está vibrando com a sensibilidade da professora, da mulher, da Senadora Serys, penso que V. Ex<sup>a</sup> poderia ser muito bem essa Líder do Governo, quando estão atrás de outros que talvez não tenham as virtudes e o amor que V. Ex<sup>a</sup> tem pelo partido e pela Pátria.



**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que as políticas que vêm sendo desenvolvidas pelo Presidente Lula, pelo nosso Governo, são extremamente interligadas. Claro, nenhum de nós, ninguém diria de sua consciência, o Presidente Lula, de jeito algum, nenhum de nós, muito menos o Presidente Lula acha, que o Bolsa Família vai resolver os problemas do Brasil. Todos sabemos que é uma política compensatória. V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem que o necessário é geração de emprego, mas essa geração de emprego, que foi atrasada e retardada por anos e anos, não pode ser feita num estalar de dedos. Não vamos, agora, intempestivamente, ter emprego para todo mundo, porque, infelizmente, não pode ser assim.

Infelizmente, não pode ser assim, Senador Mozer. Se pudesse, Senador Mão Santa, com certeza, o Presidente Lula já teria feito esse estalar, e já estariam todos empregados. Mas isso não é possível. Eu disse que todas as políticas são interligadas, e têm de ser. Quanto ao Bolsa Família, o programa é importante porque dá um mínimo, vamos dizer assim, para a subsistência. É a sobrevivência que está sendo assegurada com o Bolsa Família, é a comida de cada dia que está sendo assegurada. Mas não é essa a política mais importante. Claro que essa é importantíssima, porque, sem comer não se vive, não se sobrevive, mas ela encerra muitas outras questões que vêm em seu bojo. Por exemplo, só recebe o Bolsa Família quem conseguir manter os filhos na escola. A manutenção das crianças na escola não era uma realidade, sem o Bolsa Família, porque o menino, a menina de oito, dez, doze anos saía da escola, para ficar em casa cuidando dos pequeninhos para a mãe, que, na maioria das vezes, é o chefe da família. As mulheres representam 30% dos chefes de família hoje. Não se trata daquelas que recebem pensão alimentícia, as quais formam outra categoria, porque recebem ajuda do ex-companheiro ou de alguém; 29,8% são mulheres absolutamente sozinhas, que têm de trazer o pão diariamente para dentro de sua casa e sustentar suas crianças.

**(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)**

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Mais uns minutinhos, por favor, Sr. Presidente.

São essas mulheres que tinham de tirar as crianças de oito a dez anos da escola, para deixá-las cui-

dando dos pequeninhos, a fim de que pudessem lavar roupa, conquistar R\$100,00, R\$200,00 por mês e dar comida para os filhos. Agora, se elas conseguem manter na escola as crianças que estão na faixa etária escolar – e têm de fazer isso, pois toda criança tem de ser mantida na escola –, recebem esse recurso do Bolsa Família.

Quer dizer, são coisas correlatas, uma está no bojo da outra. É importante o Bolsa Família, porque traz a sobrevivência? Sim. Mas é mais ou tão importante, porque mantém os meninos na escola. Por isso, estamos defendendo aqui essa escola de qualidade, que traga o conhecimento, a compreensão da realidade, porque só quem conhece e compreende a realidade é capaz transformá-la. Repito: apenas quem aprende aquilo que está escrito através dos tempos, dos séculos... É importante o conhecimento, mas tem-se de conhecer a atualidade, porque só quem compreende a realidade, Senador, é capaz de transformá-la. Sabendo por que ela está acontecendo dessa forma, é capaz de transformá-la.

E eu falaria no tripé da educação. O que, dentro da educação, é, no nosso ponto de vista, extremamente relevante? E nisto o Presidente Lula está certo: a educação é um dos tripés da maior relevância em seu Governo. Primeiro, importantíssimo: acesso, universalização, educação para todos e para todas, praticamente a partir do nascimento, nas creches, atingindo, inclusive, a terceira idade. Por exemplo, a universidade popular é da maior relevância para as pessoas da terceira idade. É um projeto grandioso, significativo; há poucos ainda no Brasil, mas é importante que se instalem muitos. Então, é universalização total e absoluta, para quem quiser frequentar uma escola.

Segundo: acesso total e absoluto à informação. Informação é poder; informação imparcial é poder. Quem tem informação tem poder; quem não tem informação ou tem informação deturpada não tem poder. E isso é que leva realmente à mudança da mentalidade. E participação na feitura das regras do jogo. Repito: participação total na feitura das regras do jogo.

É chamar, para discutir, a sociedade, as partes interessadas, as organizações.

A mobilização de apoio ao Presidente Lula feita pelas entidades organizadas e pelos movimentos sociais, principalmente no segundo turno, foi extremamente significativa e tem de ser considerada agora, no segundo Governo do Presidente Lula. Essas instituições precisam ser chamadas para discutir e para

ajudar a definir as regras do jogo, porque quem vive, quem sofre, por exemplo, com o processo ambiental, com a questão da terra ou da educação, com todas as outras questões, são esses movimentos organizados. Eles sofrem na pele, no dia-a-dia, a problemática relativa ao que vivenciam. Essas organizações devem ser chamadas para discutir, para definir o que é melhor, mais oportuno, mais interessante e que mais ajudará a resolver sua situação. Esses movimentos organizados deverão governar juntos, discutindo em cada setor o que é melhor.

Sr. Presidente, tinha algo mais para falar, mas ficará para outro momento, pois já ultrapassei meu tempo. Desculpe-me.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, com satisfação, venho à tribuna para falar de uma carta que recebi do atual Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, do Governo Rigotto. Na verdade, ele é membro da Executiva Nacional do PDT. Na carta, ele me diz que está torcendo muito pelo segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive para que este seja bem melhor que o primeiro. Na carta, que foi enviada, é claro, para o Presidente do PDT, Carlos Lupi, e para toda a Executiva Nacional do PDT, o Secretário da Educação, José Fortunati, que é meu amigo, afirma a importância de os trabalhadores retornarem ao Governo Lula. Sr. Presidente, peço que a carta de José Fortunati, Secretário da Educação do Governo do meu Estado, conste, na íntegra, nos Anais da Casa.

Vou ler apenas partes, porque é longa. A carta é muito bem escrita. Diz ele:

A imprensa tem divulgado que o Presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende convidar a direção executiva do PDT para realizar uma reflexão sobre uma possível participação do nosso Partido (o PDT) em seu segundo mandato.

E Fortunati, de forma muito clara, defende essa posição, dizendo: “Por isso defendo que a Executiva Nacional do PDT se reúna com o Presidente Lula, apresentando alguns pontos programáticos que façam com que o país possa avançar neste segundo mandato.”

Daí ele cita, Sr. Presidente: 1) desenvolvimento; 2) exportações; 3) defesa das riquezas naturais e do

meio ambiente; 4) defesa dos direitos previdenciários dos trabalhadores brasileiros; 5) posição do PDT em relação ao Banco Central; 6) Bolsa Família; 7) aprovação imediata do Fundeb; 8) importância da escola de tempo integral; 9) defesa do papel social dos bancos públicos; 10) política de segurança pública; 11) reforma trabalhista, sobre a qual os trabalhadores apresentam sua visão; 12) reforma política.

Diz o Sr. Fortunati, no encerramento da carta que recebi e que foi encaminhada ao Presidente Lupi:

Caro Presidente Lupi, procurei apresentar alguns pontos que considero importantes para uma possível negociação com o Presidente Lula. O PDT, representante legítimo do trabalhismo brasileiro, com a sua história fantástica, com a sua tradição, com as suas idéias e programas, e baseado na experiência de seus grandes líderes (na carta, ele fala muito do Presidente Getúlio Vargas e do Governador Brizola), tem muito a contribuir com o segundo mandato do Presidente Lula, em um viés mais nacionalista e também para que o Brasil retome o seu crescimento econômico e sustentável, preservando conquistas sociais e contribuindo para o avanço das políticas públicas de fortalecimento da cidadania.

Dessa forma, buscamos uma conversação ativa, calcada em propostas, em reflexão, na nossa própria história de defesa dos direitos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que V. Ex<sup>a</sup> registre na íntegra essa carta nos Anais da Casa.

Sr. Presidente – digo isto não em tom de desabafo, mas sim para reflexão –, tenho uma relação muito boa com inúmeros Parlamentares de outros Partidos e nunca escondi isso. Ressalto a relação respeitosa e de alto nível que mantenho com Parlamentares do meu Estado, como o Senador Sérgio Zambiasi, do PTB; o Senador Pedro Simon, do PMDB; o Deputado Alceu Collares, do PDT; o Prefeito de Canoas, do PSDB, Marcos Ronchetti; o Secretário de Obras desse mesmo Governo, Gilmar Pedruzzi.

Na política, alguns confundem relação respeitosa e diálogo de alto nível com capitulação. Eu não entendo assim. Por isso, entendo que o Presidente Lula está certo ao chamar para o diálogo todos os partidos, inclusive os de oposição, pensando no país. Não vejo problema em conversar, mas infelizmente alguns confundem conversa com capitulação.

Nós perdemos as eleições no meu Estado, onde apoiei – amanhã vou falar mais sobre isso –, naturalmente, nosso candidato a Governador, Olívio Dutra e

o candidato ao Senado, Miguel Rossetto. Nem por isso eu tenho uma posição de desrespeito à figura do Senador Pedro Simon e, muito menos, à da Governadora eleita lá no meu Estado, Yeda Crusius, do PSDB, que, queiramos ou não, é Governadora do Rio Grande do Sul, assim como Luís Inácio Lula da Silva é o Presidente do País. Essa é a minha análise e o tratamento que quero dar aos que foram eleitos.

Sr. Presidente, nem ia falar desse tema. Só falei dele, porque fui provocado de forma muito positiva pelo meu amigo Fortunati, Secretário de Educação do Governo do PMDB – ele é do PDT – do meu Estado.

No sábado passado, tive a alegria de participar da 52ª Feira do Livro de Porto Alegre, que, no meu entendimento, é a maior feira da América Latina. No estande do Senado Federal, autografei o meu primeiro livro de memórias. Quem o ler verá que falo de muitas coisas não divulgadas, mas se trata de um livro de memórias no campo da verdade.

São fatos ocorridos desde quando eu estava na Nicarágua, com Tomas Borges, durante a Guerra dos Contras. Faço aqui a minha análise, com comentários sobre a caminhada de Tomas Borges. Por casualidade, agora, pela via sandinista, a democracia volta à Nicarágua com a assunção de Ortega ao poder.

No livro falo também do tempo em que dividíamos o mesmo apartamento, aqui na época da Assembléia Nacional Constituinte, eu, o Presidente Lula e o ex-Governador Olívio Dutra. Refiro-me a momentos da Constituinte, à convivência com os já falecidos e inesquecíveis, para mim, Mário Covas, Ulysses Guimarães. Falo de Jarbas Passarinho, assim como de Lula, de Olívio Dutra, de João Paulo Pires de Vasconcelos.

Falo também da trajetória dos povos indígenas e, naturalmente, da nossa participação, da história do povo negro, assim como do governo paralelo, na época em que perdemos as eleições. Falo, Sr. Presidente, de todas essas trajetórias de que nos orgulhamos de ter participado. O título do livro é o **O Rufar dos Tambores**.

Sr. Presidente, quero falar também da minha alegria nesse evento. Ele deveria iniciar às 14 horas, mas eu tive que antecipá-lo quase uma hora porque havia uma fila de mais de 100 pessoas, sendo muitas idosas ou deficientes.

Foi um momento especial para mim, especialmente porque, graças a uma política de parceria com o instituto Louis Braille, que reproduziu o livro em braile, pude entregar **O Rufar dos Tambores** em braile às

pessoas cegas que estavam na fila. Estiveram lá para receber o livro – comento isso com satisfação – o Senador Sérgio Zambiasi, o ex-Ministro das Cidades, Olívio Dutra, juntamente com a esposa, e outras pessoas lá do meu Estado por quem tenho o maior carinho.

Sr. Presidente, a elaboração de **O Rufar dos Tambores** foi fruto de um trabalho coletivo construído pela minha equipe de gabinete tanto em Brasília como em Canoas. Colaboraram também os conselhos políticos espalhados por todo o Rio Grande. Contamos, ainda, com a participação direta do Projeto Cantando a Diferença, de inúmeros amigos e de jornalistas que lembraram comigo fatos dessa longa caminhada de mais ou menos 30 anos de vida pública, considerando a militância sindical.

Esse livro, Sr. Presidente, é baseado em reminiscências, pronunciamentos, depoimentos, artigos, notícias, cartas e entrevistas. A linha do tempo, no livro, inicia em 1954 e vai até 2002. Isso não significa que faça incursões na primeira metade do meu mandato aqui no Senado da República. A bem da verdade, Sr. Presidente, **O Rufar dos Tambores** é um pequeno olhar sobre alguns fatos que considero importantes e que creio terem influenciado de alguma forma a nossa trajetória.

O livro é dividido em quatro grandes momentos. O primeiro deles é: “Não se espera o sol nascer”, em que falo um pouco da minha infância de negro, de menino pobre, bem como da minha juventude e militância estudantil e sindical. Também discorro sobre homens públicos que foram fundamentais para a minha formação.

Falo da minha atuação na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, na parte intitulada “É hora de molhar a terra”. Para escrever sobre a década de 90, eu peço licença do poeta espanhol, Antonio Machado, aí ponho o título: “O caminho se faz caminhando”. Os idosos, os negros, os índios, as pessoas com deficiência e os conselhos políticos são tratados no capítulo “Amassando barro com o povo”.

O fecho final é o texto “Assim eu creio”. E assim, termino, Sr. Presidente, o livro. Depois há uma série de fotos, cerca de 40, desde o momento em que vou de Canoas a Porto Alegre a pé, com 20 mil pessoas, na época da ditadura, e evito a ocupação do Palácio. Quando os provocadores cortaram os fios do microfone, porque queriam invadir o Palácio, o povo começou a repetir o que eu dizia, sem o som, isto é: “Não à provocação. Não vai haver invasão”. Enfim, há referência

à greve de Candiota e ao assassinato, infelizmente comprovado, de líderes em meu Estado.

Voou ler o que digo na redação final.

Confesso que, de uns anos para cá, venho sofrendo como os poetas que morrem cedo. Sei que vocês, ao lerem, poderão perguntar-se: mas por quê? Durante toda a minha existência, fui embalado pelos sons das ruas, dos portões das fábricas, dos colégios, dos campos, das paradas de ônibus, das florestas, dos rios, das cascatas, pelo lamento dos oprimidos e discriminados, do povo inquieto, índios, brancos, negros, pelo tocar dos tambores a exigir um país melhor para todos. Será que estou perdendo a condição de entender o presente? Ou será que o coletivo inconsciente da indignação se esfumou pelos tempos? Onde está a batida do tambor que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura, as diretas já!, a cassação de corruptos, a reforma agrária, o direito à cidadania, emprego, salário decente e a valorização dos idosos, entre eles, naturalmente, os nosso queridos aposentados e pensionistas? A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história. Mas, sendo assim, o que dizer daqueles que perdem a coerência?

Resumindo, termino dizendo: “fico ao lado dos meus. Se tiver de começar tudo outra vez, faço com a mesma paixão. A nossa mensagem é a nossa vida, embalada sempre, caudalosamente, pelo rufar dos tambores.”

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, eu estava escrevendo um pouco de **O Rufar dos Tambores**... Senador Mão Santa, registrei alguns apartes de V. Ex<sup>a</sup>, que me fez 47 apartes! Eu queria contemplar muitos outros, mas como V. Ex<sup>a</sup> me fez 47 apartes, eu cito apenas alguns daqueles que V. Ex<sup>a</sup> fez ao longo desses meus quatro anos aqui no Senado. Mas, hoje de manhã, quando eu estava escrevendo o livro, recebi, do Rio Grande, uma pequena poesia de alguém que esteve presente quando eu dava lá os autógrafos. Mil e setecentas pessoas foram ao estande do Senado, formando uma longa fila que chegava quase ao rio Guaíba – e no sol, Sr. Presidente! É claro que isso mexe com as nossas emoções. Como é bom esse contato com a população! Os abraços, os beijos, o carinho que recebi, tudo isso é impagável.

Por isso, eu agradeço àqueles homens e mulheres – e a imprensa gaúcha publicou – que ficaram de três a quatro horas na fila para receber **O Rufar dos Tambores**.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paim...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, eu ia terminar, mas antes ouço mais um aparte de V. Ex<sup>a</sup>, aparte que se somará aos quase cinquenta que já recebi de V. Ex<sup>a</sup> nesse período, fato que cito no livro.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paim, realmente Deus tem sido muito bom comigo: tem me colocado aqui em momentos importantes nesses quatro anos que estamos completando de Senado e tem me possibilitado um grande aprendizado, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>. Juntos e liderados por V. Ex<sup>a</sup>, começamos a escrever uma das páginas mais belas da história política. O trabalhador sofria. Nós lutávamos para que o salário fosse o equivalente a cem dólares – era bem menos, ficava em torno de setenta dólares. O trabalhador brasileiro deve a V. Ex<sup>a</sup>, que foi o líder, exerceu proeminência e influência no que diz respeito a esse tema, que, hoje, teve uma conquista. Ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup> defendeu e chamou a atenção para os idosos, para os deficientes, para a raça negra, que sofrem discriminações. Ninguém o excedeu nisso, mesmo reconhecendo a grandeza do Rio Grande do Sul aqui nesta Casa e na política do Brasil. Mas quero dizer que li o seu livro anterior, poético, em que conta com o dom da poesia a sua trajetória política e mostra sua sensibilidade. V. Ex<sup>a</sup> iguala-se hoje aos grandes escritores do Rio Grande do Sul, que são muitos. Bastaria citar Érico Veríssimo, autor de **Olhai os Lírios do Campo**, que nasceu no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, bem como Mário Quintana e tantos outros. V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, iguala-se também aos melhores na categoria da cultura e da literatura. Recentemente, o **Jornal do Brasil** fez uma retrospectiva, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, sobre os acontecimentos do Senado. Fez uma análise do Congresso todo, e disse: “Mão Santa foi quem fez mais apartes”. Evidentemente que quem tem mais pronunciamentos é o Líder Arthur Virgílio, que em um dia faz cinco discursos, lançando mão da prerrogativa de Líder do Governo, mas nos apartes estamos na frente, com quase noventa. O interessante é que havia um empate entre a minha participação nos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup> e nos de Alvaro Dias: eram quarenta e sete lá e quarenta e sete no Paraná, mas



agora V. Ex<sup>a</sup> passa à frente com esta minha participação. Com participações e pronunciamentos, eu, com muito orgulho, entrei no Rio Grande do Sul, e, cada vez que mergulho nesse contato, ganho coragem, bravura, inteligência, porque o povo do Rio Grande do Sul representa isso tudo. Bastaria citar Bento Gonçalves como o homem de coragem que fez nascer a República que ontem comemoramos. Posso também fazer referência à grandeza do negro do Rio Grande do Sul, os lanceiros negros, vítimas que se sacrificaram para despertar a sensibilidade que o nosso Governo deve ter com a raça negra, que ajudou a construir este País – raça muito bem representada por V. Ex<sup>a</sup>, que fica na história do Brasil como Martin Luther King ficou na história norte-americana. Um sonho e um dos melhores momentos que vivi foi quando V. Ex<sup>a</sup> me convidou para acompanhá-lo ao Rio Grande do Sul para, juntos, defendermos um quilombo, o Quilombo dos Silva, que está associado à história de perversidade dos poderosos e dos ricos, que quiseram desalojar de uma pequena faixa de terra brasileiros que construíram o Rio Grande do Sul. Queria fazer um pedido – está escrito no livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á” –, quero ganhar logo um livro de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estava lendo aqui um livrinho de Rui Barbosa, mas era porque ainda não havia chegado o livro de V. Ex<sup>a</sup>. Quero escantear o de Rui Barbosa, com todo o respeito, para aprender com o exemplo de vida de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Assim que descer da tribuna, levarei o livro para V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me der mais dois minutos, gostaria de ler uma homenagem que recebi do Rio Grande, uma poesia escrita por Cosme Roberto Nunes Machado. Diz ele sobre essa tarde de autógrafos em Porto Alegre:

Os tambores estão rufando e o povo vem chegando.

É a fila se criando, crescendo, fazendo curva, chegando na esquina.

São idosos, são meninos... é a festa da literatura, lindo momento da cultura.

Porto Alegre se enriquece, a praça da Alfândega se envaidece, numa tarde quase perfeita e a escrita bem feita.

Os tambores vão rufando, falando outro dialeto.

O povo chega perto para ganhar um autógrafo.

Não é Homero, Shakespeare, nem Machado de Assis, é um senador do meu país, que abrilhantou o lindo evento.

Sob o olhar do Guaíba e do pôr-do-sol mais lindo do Brasil

Embalado pelo corte do minuano, a semear novos ventos e grandes momentos.

Sr. Presidente, encerro dizendo que a Feira do Livro de Porto Alegre, sem sombra de dúvida, é a maior feira de livros a céu aberto da América Latina. Para se ter uma idéia, são 154 expositores e, em curto período, foram vendidos 473 mil livros. A 52<sup>a</sup> Feira do Livro recebeu, nos seus dezessete dias, um público superior a um milhão de pessoas.

É importante, Sr. Presidente, este pequeno comentário que vou fazer. Eu estava no centro da cidade de Canoas e perguntei a um senhor se ele não iria receber o meu livro na Feira de Porto Alegre. Ele me perguntou: “Quando, Paim?”, e eu disse: “Vai ser sábado à tarde”. Ele me disse: “Olha, casualmente, nós, da nossa rua, já nos programamos para ir com os filhos à Feira do Livro em Porto Alegre” – não especialmente porque eu estava lá, eles iriam de qualquer forma, pois acreditam que as crianças e os jovens têm, cada vez mais, de entender o sábio, o bom, o saudável exercício da leitura.

Isso me marcou muito e muito me alegrou saber, Senador Suplicy, que mais de um milhão de pessoas estiveram lá para comprar livros.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo por estar aqui, Senador Paulo Paim, estimulando a leitura, sobretudo a dos jovens, e cumprimentar também Porto Alegre por estar realizando essa Feira do Livro com uma presença tão significativa. O Rio Grande do Sul tem hoje uma tradição de estímulo à leitura fantástica, disseminada em diversos Municípios do Estado. Aproveitando a oportunidade, eu gostaria de dizer que me dei conta de algo muito interessante, inclusive à luz da comemoração do dia 20 de novembro, tão importante para V. Ex<sup>a</sup> e para todos nós, brasileiros, visto que se lembra nessa data Zumbi dos Palmares, e V. Ex<sup>a</sup> tem sido um dos estimuladores de um debate sobre como atingirmos a igualdade para todos os brasileiros, inclusive do ponto de vista racial, de gênero e todos os demais. Para tanto, muito tem se empenhado pelo Estatuto da Igualdade Racial, pelo sistema de cotas. Pois bem, Senador Paulo Paim, gostaria de dizer que recebi um exemplar autografado do livro do editor principal da Rede Globo de Televisão,

Ali Kamel, **Não Somos Racistas**, que é uma reação aos que querem nos transformar em uma Nação bicolor. De uma maneira respeitosa, ele pondera argumentos no sentido de que isso não seria adequado, e expõe o receio de que, havendo um sistema de cotas, poderíamos fazer com que o Brasil, que não seria um país com características racistas, viesse a sê-lo. V. Ex<sup>a</sup> está a par desse diálogo, desse debate. Por outro lado, li, ontem, na revista **Caros Amigos** – não sei se V. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de lê-la – uma entrevista da Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em que ela destaca que nossa forma de segregação é tão sutil a ponto de acreditarmos que ela não existe. Eu ia fazer esse registro na minha fala, mas dado que V. Ex<sup>a</sup> é aqui uma das pessoas que mais tem se dedicado a esse tema, quero sugerir que, nesta tarde, possamos registrar e até publicar na íntegra o pronunciamento da Ministra Matilde Ribeiro – não sei se V. Ex<sup>a</sup> já teve a oportunidade de ler a entrevista –, porque se trata de um depoimento de vida dela, a experiência de vida que a levou a defender esse ponto de vista. Digo também que ela muito tem honrado o cargo de Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Então, em uma homenagem ao seu trabalho é que faço esta sugestão: que possa a entrevista de Matilde Ribeiro na revista **Caros Amigos** ser hoje publicada nos Anais do Senado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Vou mais além, Senador Suplicy, como segunda-feira, 20 de novembro, é o Dia Nacional da Consciência Negra, quando lembramos mais de três séculos da morte de Zumbi dos Palmares, sugiro que usemos o espaço das comunicações para fazermos um debate sobre a questão racial. Recebi o livro do Diretor da Globo com muito carinho e respeito e remeti a ele o meu livro, **Cumplicidade**. Sei que ele o recebeu também com muito carinho.

Quero, portanto, é a cumplicidade entre brancos e negros para caminharmos juntos numa política de inclusão. Sei que ele entendeu a mensagem. Na verdade, em seu livro, ele não desconhece que existe o preconceito, o racismo e a discriminação contra as pessoas negras – ou, se quisermos, podemos usar o termo “pretas” – em relação às brancas. Todas as estatísticas mostram isso, e ele o reconhece. Inclusive, em seu livro, ele demonstra suas preocupações e qual o melhor caminho para combater o preconceito contra os negros. Por isso, li de forma respeitosa o seu livro e mandei-lhe o meu.

Quanto ao documento da Matilde, que conhecemos de longas jornadas, defensora do Estatuto da Igualdade Racial... Quem leu o Estatuto pôde ver que nem a política de cotas, tão criticada, está escrita no Estatuto. Já disse que aqueles que o criticam deveriam pelo menos lê-lo, para ver que a política de cotas nas universidades é tratada no PL nº 73, que está na Câmara dos Deputados, e não aqui. O Senado já o aprovou, inclusive como projeto do ex-Presidente José Sarney –belíssimo projeto fundido no PL nº 73, que agora vem da Câmara.

O Senador Rodolpho Tourinho foi Relator do Estatuto e fez uma bela montagem, artigo por artigo, de uma política de incentivo à inclusão com base no que pregava Martin Luther King e também Zumbi. Quem lê a história de Zumbi sabe que o Quilombo dos Palmares era uma sociedade de brancos e negros, que viviam lá em nome da liberdade e da igualdade. Vou dar um depoimento antes de terminar: quando estive na África do Sul, Nelson Mandela estava no cárcere. Reuni-me com a Winnie Mandela e, quando fui ao fundo de uma igreja, metade dos que estavam lá era de brancos, e a outra, de negros que queriam o fim do *apartheid*. É isso que prego no Brasil. Tenho certeza de que a maioria dos brasileiros, brancos e negros, quer o fim da discriminação, que existe. É só analisar, em todos os ângulos, quem está na base da pirâmide e como trabalhamos uma política de inclusão.

Leiam **O Rufar dos Tambores**, em que aponto caminhos, de mãos dadas, brancos e negros, todos na construção de um mundo melhor para todos: solidário, igualitário, libertário e justo.

Aqui vou terminar com a última frase de uma poesia minha – e fui criticado por aqueles que são mais duros com o movimento negro, porque eu não devia perdoar: “Senhor, meu Deus, perdoai os racistas porque eles são imbecis”, porque somente alguém imbecil consegue ser racista, mas assim mesmo peço perdão para eles.

Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado pelo aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de ler o seu livro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> vai receber hoje uma cópia do livro, que aponta caminhos para a inclusão, para a caminhada, visto que todos nós somos seres humanos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**Senador Paulo Paim (PT/RS)**

paulopaim@senador.gov.br

Pronunciamento em que registra carta recebida de José Fortunati.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Senadores.**

**É com satisfação que registro o recebimento** de correspondência do ex-secretário de educação do Estado do Rio Grande do Sul e meu amigo, José Fortunati. Como filiado ao PDT e membro da executiva nacional, ele me disse que está torcendo para que o segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja muito melhor do que o primeiro.

**Além disso ele me passou a cópia da carta** que foi enviada para o presidente do PDT, Carlos Lupi e para toda a executiva nacional do partido, com a sua posição e afirmando a importância dos trabalhistas retornarem ao Governo Lula.

**Senhor Presidente,**

**Solicito que a carta de autoria do trabalhista** José Fortunati seja registrada nos anais desta casa.

## **CARTA ABERTA AO DIRETÓRIO NACIONAL DO PDT**

**Caro companheiro Carlos Lupi,**

“A imprensa tem divulgado que o Presidente reeleito, Luis Inácio Lula da Silva, pretende convidar a direção executiva do PDT para realizar uma reflexão sobre uma possível participação do nosso Partido em seu segundo mandato.

Com toda a certeza as profundas críticas feitas pelo nosso saudoso comandante Leonel de Moura Brizola, especialmente no que tange à orientação dada pelo Governo Lula à área econômica, permanecem atuais pois a concentração de renda continua preocupante, os agiotas do capital financeiro internacional continuam operando livremente em nosso país e os trabalhadores e a classe média permanecem pagando a maior parte da conta de um modelo econômico perverso que espolia a grande maioria do nosso povo.

Não podemos desconsiderar que o PDT pode ajudar a impulsionar uma nova realidade neste segundo mandato do Presidente Lula. De um lado, uma certa arrogância histórica de setores do PT



hostis ao trabalhismo ficou marcada a partir das CPIs levadas a efeito pelo Congresso Nacional. De outro, a vitória esmagadora de Lula no segundo turno está a demonstrar que a imensa maioria da população continua acreditando que este ainda é o melhor caminho, neste momento histórico, para que o país possa realizar as mudanças tão sonhadas.

O Trabalhismo tem uma tradição histórica extraordinária na elaboração e defesa de propostas que visam dar ao país um desenvolvimento diferenciado, com um caráter claramente nacionalista (sem ser xenófobo), protegendo a indústria nacional e os interesses da classe trabalhadora. A denominada "Era Vargas" é uma incontestável demonstração desta tese. Pouco mais de quarenta anos da Abolição da Escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), o Presidente Getúlio Vargas começou a construir um novo país, baseado numa indústria nacional com bases sólidas e com um claro descortinamento de regras trabalhistas em defesa dos trabalhadores.

Sempre é importante lembrar que foi durante a gestão do presidente Getúlio Vargas que foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e aprovado o grande Plano Siderúrgico Nacional, que resultou na criação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, da Companhia Vale do Rio Doce, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE e da Petrobrás, peças fundamentais para a criação de um processo de industrialização no país e sustentáculo definidor das novas bases do desenvolvimento econômico brasileiro. A Consolidação das Leis Trabalhistas demarcou um novo período na atividade laboral brasileira. Estigmatizada pela falsa acusação de ter sido inspirada na "Carta Del Lavoro", a CLT representou, na prática, um nítido avanço em relação às precárias condições de trabalho existente no Brasil e, também, sobre a legislação italiana por separar a organização e interesses dos empresários e dos trabalhadores em campos distintos.

Em discurso proferido no Catete, no dia 03 de outubro de 1944, o então presidente Vargas afirmava que o grande desafio "é a organização da economia nacional em bases consistentes, capazes de suportar, sem crises profundas, o desenvolvimento das forças produtivas, mantendo o ritmo do progresso com o máximo aproveitamento das suas fontes de riquezas e do seu potencial humano". E, isso permanece absolutamente atual para o Brasil de hoje.

E, não podemos esquecer, que foi o Governador Leonel de Moura Brizola que ao constatar o forte estrangulamento da infraestrutura existente no Rio Grande do Sul, nacionalizou e modernizou os setores de telefonia e de energia elétrica, que acabou possibilitando que o estado gaúcho apresentasse um grande salto de qualidade no seu desenvolvimento.

Por isso, defendo que a Executiva Nacional do PDT se reúna com o Presidente Lula apresentando alguns pontos programáticos que

façam com que o país possa avançar nesse segundo mandato. Cito, entre eles:

1) Desenvolvimento – entre 1995 e 2002, período em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente, o PIB cresceu em média 2,3% ao ano. De 2003 a 2005, os três primeiros anos de Lula no Palácio do Planalto, a média foi de 2,6%, projetando-se para o final do primeiro mandato uma média inferior a 3,0%. Para que o Brasil possa de fato crescer torna-se necessário baixar as altas taxas de juros, realizar uma profunda reforma tributária e elevar os investimentos públicos.

2) Exportações – O real sobrevalorizado tem criado sérias dificuldades para o setor produtivo exportador, levando à falência empresas de inúmeros setores e aumentando o desemprego. A mídia tem dado destaque nos últimos dias ao fato de que os consumidores poderão comprar brinquedos e artefatos de natal importados por um preço menor dos fabricados no país. Esta lógica



perversa, que está destruindo setores produtivos inteiros na área que fabrica brinquedos, calçados, móveis, na agro-indústria, entre outros. Torna-se necessário repensar a política cambial e o fomento do setor produtivo exportador para que o país não se torne absolutamente dependente das importações.

3) Defesa da riquezas naturais brasileiras – Tanto da Petrobrás quanto na repressão ao contrabando de minérios brasileiros, como o ouro, o urânio, o Nióbio, para que essas riquezas revertam para o povo brasileiro.

4) Defesa dos Direitos Previdenciários dos trabalhadores brasileiros – Tanto na Previdência Pública (trabalhadores na iniciativa privada e funcionários públicos) quanto na previdência complementar.

5) Banco Central – O PDT deve rechaçar a proposta da criação de um Banco Central independente do Poder Executivo. Tal manobra já foi tentada, sem êxito, por Roberto Campos e

Denio Nogueira a fim de controlar as decisões do Governo de João Goulart. Infelizmente, mesmo não contando com uma independência total o BC tem, mesmo assim, fixado metas irreais para a inflação futura, mantido taxas de juros absurdas e protegido o sistema financeiro em detrimento dos interesses nacionais;

6) Bolsa-família – o IBGE nos informa que ainda existem aproximadamente 50 milhões de brasileiros que se encontram abaixo da linha da pobreza. O Programa Bolsa-família vem conseguindo atenuar o grau de miserabilidade em que elas vivem. Mas, é importante destacar, como tem feito o nosso Senador Cristóvam Buarque, que deva existir uma exigência para as famílias que tenham crianças em idade escolar, da comprovação da sua freqüência à escola. Também, é imperioso que sejam criados programas que permitam uma mínima capacitação e/ou profissionalização das pessoas possibilitando a sua inclusão no mercado de trabalho para que o programa não se consagre apenas como um projeto assistencialista;

7) FUNDEB – O PDT deve apoiar integralmente a aprovação do FUNDEB no Congresso Nacional, pois se trata de um processo de fortalecimento da educação básica. Mas, os trabalhistas devem solicitar o aumento dos recursos da União na formação do Fundo. Apenas R\$ 2 bilhões no primeiro ano ou 4,3 bilhões de reais a partir do quarto ano de vigência é muito pouco para que possamos universalizar o acesso à educação básica das milhões de crianças e adolescentes em todo o país. É praticamente impossível que com uma condição financeira difícil como a que vem sendo enfrentada pela imensa maioria dos Estados e Municípios, que o país tenha condições de universalizar o acesso às creches, pré-escolas, ensino médio, educação profissional, educação especial e educação de jovens e adultos. Os recursos destinados para o ensino fundamental já se mostram distantes das verdadeiras necessidades para que, além de ampliar-se a oferta de vagas, se possa dar uma

educação de melhor qualidade para milhões de brasileiros;

8) Escola de Tempo Integral – Bandeira histórica do trabalhismo que contou com a elaboração teórica por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e concretizada inicialmente por Leonel de Moura Brizola no estado do Rio de Janeiro, a Escola de Tempo Integral deve ser um dos componentes do debate com o Presidente Lula. Devemos solicitar que o MEC destaque recursos específicos para os Estados e Municípios que implantarem o projeto de acordo com o número de alunos participantes do mesmo;

9) Defesa do Papel Social dos bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB, BASA, são bancos que podem ter sua atuação potencializada para auxiliar no processo de crescimento, e não raro são vistos, de forma equivocada pelos diversos governos, como meros geradores de recursos para o próprio governo.



10) Política de Segurança Pública – É necessário que esse tema se torne prioritário também junto ao Governo Federal, dada a opressão da violência sobre nosso povo.

11) Reforma Trabalhista – O PDT deve exigir a sua participação plena na reflexão e análise de todos os projetos que tratem sobre a Reforma Trabalhista e Sindical, assim como dos diversos setores do movimento social, antes do seu envio para o Congresso Nacional e opinar sobre o texto final antes da sua sanção pelo Presidente da República;

12) Reforma Política – o mesmo deve acontecer com as propostas relativas à Reforma Trabalhista;

Caro Presidente Lupi, procurei apresentar alguns pontos que considero importantes para uma possível negociação com o Presidente Lula. O PDT, representante legítimo do trabalhismo

brasileiro, com a sua história fantástica, com a sua tradição, com as suas idéias e programas, e baseado na experiência de seus grandes líderes, tem muito a contribuir para dar ao segundo mandato de Lula um viés mais nacionalista e contribuir para que o Brasil retome o seu crescimento econômico, preservando conquistas sociais e contribuindo para o avanço das políticas públicas de fortalecimento da cidadania. Dessa forma, buscamos uma conversação ativa, calcada em propostas, em reflexões, na nossa própria história de defesa dos direitos do povo brasileiro”

Porto Alegre RS, novembro de 2006.

José Alberto Reus Fortunati

Membro do Diretório Nacional do PDT

**Era o que tinha a dizer,**

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2006.

**Senador Paulo Paim (PT/RS).**

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, durante a semana passada, vivenciamos, nesta Casa, uma grande polêmica em torno do substitutivo do Senador Eduardo Azeredo, que procura, dentre outras medidas, obrigar os provedores de acesso à Internet a manter um cadastro atualizado dos usuários, como pré-condição para o acesso à Rede.

Os debates foram tão intensos que levaram o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, a retirar o projeto de pauta para que fossem aprofundadas as discussões a respeito da matéria.

Fiz questão de mencionar esse fato no início do meu pronunciamento porque, como membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considero bastante acertada a decisão do Senador Antonio Carlos Magalhães em rediscutir o assunto que tantas consequências importantes trará para a sociedade brasileira. Aliás, essas novas tecnologias de comunicação merecem que o Congresso Nacional esteja realmente atento a elas, para que a legislação seja aperfeiçoada em efetiva consonância com os anseios da população, levando em conta o que há de mais moderno no contexto internacional.

É por isso, Sr. Presidente, decidi vir hoje à tribuna para discorrer um pouco sobre a TV Digital que, juntamente com a Internet, moldará o sistema de comunicações do século XXI.

Poucos se dão conta da importância que a TV digital possui para o Brasil. Ela é uma nova tecnologia que permite transformar o televisor em uma porta de entrada para a Internet; possibilita também quadruplicar a quantidade de canais disponíveis, aumentando a oferta de programas.

Entre as possíveis aplicações da TV digital, gostaria de mencionar a educação a distância de forma interativa, o governo eletrônico e as televendas. Será uma verdadeira revolução em nosso País: teremos acesso a jogos eletrônicos pela televisão e também a possibilidade de assistir aos nossos programas favoritos em aparelhos de telefone celular. Também será possível a disseminação de notícias dos Três Poderes da República de forma interativa com o cidadão, trazendo sensíveis ganhos para a democracia brasileira. Enfim, a TV digital representa um processo de convergência da tecnologia e dos negócios e é fundamental para o progresso do Brasil, um país em que mais de 90% dos

lares possuem pelo menos um aparelho de televisão, captando sinais de forma livre e gratuita.

E a gratuidade do acesso constitui um ponto importante da TV digital no Brasil, para o qual chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup>. Não faria sentido algum que o Governo gastasse milhões de reais para viabilizar uma tecnologia que não fosse acessível a todos os brasileiros e da qual apenas uns poucos privilegiados pudessem se beneficiar. Muito ao contrário, o Decreto nº 4.901/2003, que instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), define claramente como objetivos do Sistema: promover a inclusão digital, a diversidade cultural do País e a língua pátria, como formas de democratizar a informação. Além disso, entre os objetivos do SBTVD incluem-se a criação de uma rede universal de educação a distância e o estímulo à indústria nacional, por intermédio da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologias brasileiras.

Um dos pontos centrais do nosso Sistema é justamente o de se preocupar com a inclusão digital e com o desenvolvimento de um padrão tecnológico de baixo custo, adequado às nossas realidades. E esse é um mérito indiscutível do Governo do Presidente Lula. Isso porque, até 2002, tudo vinha sendo conduzido para a adoção imediata de um dos padrões já disponíveis, ou seja, o americano, o europeu ou o japonês. Foi a partir de 2003 que ganhou corpo a idéia de desenvolver um padrão brasileiro de TV digital terrestre, partindo-se da premissa de que as necessidades de cada sociedade é que determinam a escolha do padrão de TV digital mais adequado.

Assim, apesar de adotarmos o padrão de sinais japonês, previsto no Decreto nº 5.820/2006, a ele agregaremos inovações tecnológicas que darão ao Sistema uma nova interface, compatível com a nossa realidade.

Para deixar clara a importância dessa característica, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, gostaria de citar um trecho do discurso do Ministro das Comunicações, Hélio Costa, na solenidade de assinatura do Decreto nº 5.820, realizada em 29 de junho de 2006. Naquela oportunidade, disse S. Ex<sup>a</sup>:

Com essa decisão, em vez de simplesmente comprarmos os direitos de uma televisão digital, decidimos criar o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, com características brasileiras, um projeto não apenas para aqueles que podem pagar por um serviço a cabo ou por satélite.

É bem verdade, caros colegas Senadores e Senadoras, que temos ainda muitos desafios pela frente, para implantar o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Existem alguns fatores críticos para o sucesso dessa iniciativa. Em especial, gostaria de mencionar um ponto

que depende muito de nós, aqui no Congresso Nacional. Refiro-me a obsolescência de nosso ordenamento jurídico, frente à acelerada evolução tecnológica dos últimos anos, situação essa agravada pelo recente fenômeno da convergência. É preciso igualmente garantir a capacidade de investimento das emissoras de televisão, garantir a capacidade de adaptação do parque industrial brasileiro e, fundamentalmente, garantir fontes de financiamento para que a população de baixa renda possa migrar para a plataforma digital, adquirindo os novos televisores. Sem essas garantias mínimas, será difícil que o SBTVD obtenha êxito, e mais difícil ainda que ele se torne um fator preponderante de inclusão digital.

Aliás, Sr. Presidente, quanto à inclusão digital, considero oportuno mencionar que a TV digital não é um instrumento isolado. Além do SBTVD, o Governo instituiu outros projetos para reduzir os índices de exclusão social. Entre eles, destaco a Casa Brasil, o Serviço de Comunicações Digitais (SCD) e os projetos TV Escola e Proformação, este último desenvolvido pelo Ministério da Educação. Tanto a Casa Brasil quanto o SCD e o SBTVD têm em comum uma importante fonte de recursos, o Fundo de Universalização dos Recursos de Telecomunicações (Fust), mantido por contribuições mensais das prestadoras dos serviços de telecomunicações, por repasses da Anatel e por contribuições anuais da União.

É preciso dizer, ainda, que a política industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior possui prioridades intimamente vinculadas aos requisitos essenciais para a construção de um modelo vencedor para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Entre essas prioridades, destaco a fabricação local e a exportação de semicondutores e de *software*.

Como se vê, a criação da TV digital brasileira é um esforço de governo; mais do que isso, é um esforço da sociedade como um todo e da comunidade científica nacional em especial, para dotar o País de uma ferramenta-chave para o desenvolvimento no século XXI, no contexto em que o domínio da informação e do conhecimento constitui, cada vez mais, um fator determinante de poder.

Antes de encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, não poderia deixar de destacar o excelente trabalho que vem sendo realizado pelo Ministro Hélio Costa, membro desta Casa, à frente do Ministério das Comunicações. Além de coordenar todo o projeto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, S. Ex<sup>a</sup> ganhou o apoio do Governo para instituir o telefone social, que reduz pela metade o valor da assinatura básica de telefone fixo para consumidores com renda de até

três salários mínimos, beneficiando cerca de 70% da população brasileira.

O Ministro Hélio Costa está implantando o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que vem a ser o maior programa de inclusão digital da América Latina. Sua meta é ousada: chegar a todos os 5.506 Municípios brasileiros até o fim de 2006, disponibilizando pelo menos um terminal de computador de uso público, conectado à Internet de alta velocidade. O objetivo maior do programa é contribuir para a melhoria de qualidade de vida das comunidades, para os trabalhos escolares dos estudantes e para o aperfeiçoamento profissional da população de todas as regiões do País. Entre os serviços gratuitos, estão previstos cursos de informática e programas educativos de televisão.

Há ainda as rádios comunitárias, um dos mais importantes instrumentos para promover a cidadania e democratizar os meios de comunicação. Ciente do seu significado, o Ministro Hélio Costa tem estimulado a disseminação de rádios comunitárias e construindo parcerias técnicas, visando possibilitar avisos de habilitação para comunidades indígenas, particularmente importantes no meu Estado, o Amapá.

Portanto, Sr. Presidente, já concluindo, congratulo o Presidente Lula e o Ministro Hélio Costa pelo modo exemplar como conduzem projetos tão significativos para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos a usar da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, por cessão do Senador Delcídio Amaral.

Em seguida, ouviremos o Senador Delcídio Amaral, do PT do Mato Grosso do Sul.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passado o período eleitoral, marcado por disputa intensa nos Estados, entre candidatos ao Governo, ao Senado e à Câmara dos Deputados, assim como pela disputa presidencial, em que foi reeleito com mais de 20 milhões de votos na frente do seu principal opositor o Presidente Lula, é então chegado o momento, antecipando o que vai acontecer no próximo ano, com a nova legislatura, em que estarão presentes novos Deputados Federais, novos Senadores, da discussão



em torno de reformas para mim imprescindíveis ao fortalecimento de nossa democracia.

Uma reforma que foi iniciada e que teve já, no seu início, grande repercussão foi a reforma do Judiciário, que passou nesta Casa e permitiu, dentre outras ações, a criação do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Conselho Nacional do Ministério Público, e também possibilitou o fim de um costume que já havia se enraizado em todo o Brasil, no Judiciário, que era a nomeação de parentes, com o combate ao nepotismo. Nisso o Judiciário agiu com celeridade, com eficiência e colheu resultados, sem dúvida alguma, alvissareiros para o fortalecimento da cidadania em nosso País.

Ao lado dessa reforma do Judiciário, agora temos de nos debruçar sobre a alteração dos prazos processuais nas demandas judiciais, que incorrem, sem dúvida alguma, na procrastinação, na demora, na imprevisibilidade da tramitação, do andamento dos processos no Poder Judiciário.

Esta semana, Sr. Presidente, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Tribunal Superior do Trabalho, onde me encontrei com o Dr. Simpliciano Fontes, um dos eminentes juristas deste País, que ocupa um lugar de destaque no Judiciário como Ministro daquela Corte. Ele foi enfático ao me dizer que normalmente cada Ministro dispõe, para julgar durante o ano, de oito mil processos. Isso no que se refere à Justiça do Trabalho, em sua instância superior. Oito mil processos, em média, para cada Ministro julgar durante o ano.

E por que esse volume de processos? O volume de processos existe justamente por causa dos recursos intermináveis, meramente protelatórios, que a Justiça é obrigada a atender, tendo em vista que o Código de Processo permite essas saídas para praticamente anular o direito do cidadão em obter benefício do Poder Judiciário, principalmente quando se trata de uma demanda do mais forte contra o mais fraco, do capital contra o trabalho, por exemplo.

Senador Mão Santa, estávamos conversando há poucos instantes com o nosso Delcídio, que me mostrou uma frase de Rui Barbosa, o nosso patrono, o patrono do Senado Federal. Trata-se de uma frase magnífica, em que ele destaca a posição prioritária do trabalho, que deve prevalecer acima de tudo e acima do capital. Rui, como nós, pensa que o trabalho é feito de carne e osso, tem sangue, tem suor, tem lágrimas, tem esforço e tem sacrifício, enquanto o capital se aproveita de uma política monetária mal conduzida para ganhar bilhões e bilhões só na base de uma mexida no câmbio, uma mexida na taxa de juros, em que os banqueiros morrem de alegria e sacodem suas bolsas para a entrada de mais dinheiro no capital privilegiado com políticas econômicas equivocadas.

Sr. Presidente, precisamos coibir essa dinâmica, o mais rápido possível, fazendo uma reforma do Código de Processo e também do Código Penal, estabelecendo prazos menores, exíguos e acabando com os recursos que consideramos protelatórios. Como eu dizia, quando o mais forte está em uma demanda contra o mais fraco, aquele vai logo dizendo: "Ou você faz um acordo, ou essa demanda vai levar quinze anos". É o que está acontecendo em nosso País.

Se um pequeno vai brigar, suponhamos – não quero atingir nenhuma empresa –, com uma multinacional, esta se utiliza dos melhores advogados, dos melhores escritórios existentes no Brasil, para levar aquela demanda **saecula saeculorum**, por 15, 20 anos. O pequeno morre e não recebe seus direitos, aquilo que foi fruto do seu trabalho, que gerou tantos sacrifícios na sua vida e na de sua própria família.

A primeira reforma que devemos fazer é a política, mas, ao lado dela, devemos preocupar-nos, sem dúvida alguma, com a continuidade da reforma do Judiciário, para dar-lhe o instrumento indispensável e inadiável para acelerar os seus processos e fazer com que os juízes, os ministros possam dedicar-se com mais afinco às causas que chegam às suas mãos, resolvendo-as com maior celeridade, maior rapidez, e fazendo com que o cidadão se sinta verdadeiro, participando de um país justo, equilibrado, onde todos têm os mesmos direitos, onde não só os mais ricos, mas também os mais pobres tenham acesso fácil e rápido à Justiça.

A reforma política, Sr. Presidente, não pode demorar mais. O Presidente Lula teve, no primeiro mandato, logo no primeiro ano, uma oportunidade de ouro para que ela acontecesse. Não falo apenas da reforma política, houve outras também. Mas, por motivos a que aqui não quero me referir, o Presidente, o meu amigo Lula, e a sua equipe de Governo dormiram no ponto, perderam uma oportunidade de ouro: o primeiro ano do mandato do Presidente da República. Tenho a certeza absoluta de que a toda e qualquer reforma que Sua Excelência apresentasse ao Senado ou à Câmara dos Deputados naquela ocasião, daríamos um crédito de confiança. Agora está mais difícil. O Presidente ganhou as eleições, mas não levou. Teve 20 milhões de votos à frente do candidato Geraldo Alckmin, mas não fez maioria na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal. Sua Excelência terá, então, de lutar pela governabilidade, porque ganhou, mas não tem maioria no Poder Legislativo. São maiorias, principalmente na Câmara dos Deputados, voláteis, que dependem de acordos políticos, muitas vezes condenados pela imprensa, porque, de forma aleatória, esses acordos não têm sido feitos diretamente com os partidos, mas com lideranças isoladas, que fazem o acordo, mas não

trazem o voto. Foi o que aconteceu nesta legislatura com o Presidente Lula. Espero que ele possa, no ano que vem, compor uma maioria tranqüila na Câmara dos Deputados – no Senado, está difícil, embora tudo seja possível em política – e conseguir a sua maioria.

Por que precisamos fazer a reforma política? Para dar maior estabilidade ao governo que ganha. Este Governo não teve a estabilidade que esperávamos. Em primeiro lugar, porque não tinha maioria e, em segundo, pela crise política verificada nestes dois últimos anos, que deixou o Governo na defensiva, inclusive em situação de dificuldade, sem poder operar no Parlamento. Quantas e quantas vezes ficamos 40 dias sem votar uma matéria sequer, dependendo única e exclusivamente da compreensão das Lideranças do PSDB e do PFL, para que alguma outra medida provisória fosse votada, para que algum projeto fosse colocado em pauta e, assim, esta fosse desobstruída e pudéssemos dar continuidade aos nossos trabalhos. Quantas e quantas vezes, Senador Delcídio Amaral, passamos aqui 40 dias sem votar uma única matéria! V. Ex<sup>a</sup>, que foi um grande Líder, sabe as dificuldades que enfrentou para aprovar os projetos do Governo.

A reforma política tem o condão de dar esperança ao Brasil de, um dia, ter um governo que realmente governe e que possa contar com o seu Parlamento, como acontece em tantos outros países, como Portugal, França, Alemanha. Nestes países, apesar de a minoria ser atuante, aguerrida, fazer oposição, a maioria consegue aprovar os projetos. A oposição é mais do que necessária no Parlamento para fiscalizar os atos do Governo, para cobrar ações efetivas em torno do instrumento governamental. Numa democracia, a oposição tem papel preponderante a executar. Portanto, a reforma política pode abrir espaço para este Governo e para os que virão no sentido de assegurar maioria estável tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados. Quem sabe com a adoção do voto distrital! Uns o consideram bom; outros, ruim. Vamos, por intermédio do debate, construir uma fórmula para o Brasil com o voto distrital, que existe em outras nações democraticamente evoluídas, como a Alemanha e a própria Inglaterra. Logicamente que a instituição de um sistema eleitoral em qualquer país depende muito de seus costumes, tradições e também da lógica política existente nos Estados.

O Brasil é um país federado, em que os Estados têm partidos políticos que nem sempre comungam com os partidos nacionais. Exemplo disto é o PMDB, que muito respeito, e que, em cada Estado, é um Partido diferente. Então, ao adotarmos um sistema eleitoral no Brasil, teremos de pensar na diferenciação partidária existente em nosso País. A adoção da lista partidária

está na Câmara dos Deputados – a lista de partidos. De acordo com essa proposta, o eleitor não votaria mais no candidato, e sim no partido, valorizando, assim, a fidelidade partidária. Ora, quantos Deputados mudam de partido três ou quatro vezes em uma mesma legislatura, descaracterizando a ação dos partidos, enfraquecendo-os perante a opinião pública e deixando completamente desacreditados os políticos!

A fidelidade partidária é mais do que necessária porque dá maior consistência aos partidos e maior estabilidade ao Parlamento. Em função da eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pode presenciar parlamentares mudando de partido para darem condição de majoritário ao partido que quer ocupar a presidência das duas Casas. Isso aconteceu no passado e daqui para fevereiro vai acontecer novamente, principalmente se houver disputa nas eleições das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A limitação das coligações também está na Câmara dos Deputados. A Cláusula de Barreira, que já funcionou nas eleições, está sendo contestada pelos partidos menores, ou seja, por aqueles que não alcançaram o percentual exigido por esta Cláusula, qual seja, 5% dos votos do Brasil e 2% em pelo menos nove Estados. Alguns partidos estão recorrendo ao Poder Judiciário para anular a referida Cláusula de Barreira. Também na Câmara está a federação dos partidos políticos, uma criação do Senado, de minha autoria, que resolveria, sem dúvida alguma, essa questão pendente para os partidos que não alcançaram a Cláusula de Barreira. O que é federação de partidos políticos? É a união de dois ou mais partidos com presença no Congresso Nacional, cada um guardando a sua identidade, mas tendo, na federação, um presidente, um líder na Casa onde funcionar. Os partidos que compuserem esta federação não serão excluídos, não serão destruídos, continuarão recebendo o fundo partidário e tendo, no âmbito da federação, a sua própria liderança e o seu próprio presidente. Portanto, não haverá exclusão do sistema eleitoral do nosso País, inclusive do funcionamento nas duas Casas, dos partidos políticos que adotarem a federação criada pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, enquanto não modificarmos o financiamento de campanha, muitos escândalos ainda acontecerão neste Brasil. Não digo que o financiamento de campanha resolverá o problema, mas vai minorar o sofrimento dos partidos menores, daqueles que não dispõem de recursos para o financiamento de suas campanhas. Acho que o financiamento público seria uma saída, já que os gastos efetivados durante uma campanha política, por meio da coleta de recursos, são exorbitantes. Cada partido político, nesta eleição, os

maiores, por exemplo, gastou mais de R\$100 milhões. Isso é muito dinheiro.

O que propõe a nova lei? Oitocentos e poucos milhões de reais, numa eleição, seriam disponibilizados para os partidos políticos dividirem com os seus candidatos. Logicamente, se prevalecer a questão da lista de partidos numa eleição, então o financiamento público de campanha será mais fácil, ao contrário da distribuição desse dinheiro com milhares e milhares de candidatos a Deputado, Governador e Senador. O dinheiro seria direcionado, canalizado, para os partidos, em vez de ser canalizado para os diversos, os milhares e milhares de candidatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, lamento interrompê-lo...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Já estou encerrando.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª completa os 20 minutos. Vou conceder mais três minutos, embora entendendo que talvez tenham sido os 20 minutos mais bem utilizados por um Senador da República, pelo aprendizado que estamos tendo sobre a importância de ser Governo, de ser Oposição e moralidade na democracia.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Então, eu tenho ainda cinco minutos, Sr. Presidente? Já estou encerrando.

Apenas quero lembrar que o objetivo maior de uma reforma eleitoral é evitar a fraude, dar maior transparência à disputa, ao pleito, reduzir aquela questão do poder econômico, permitindo a igualdade na disputa, o que é próprio do regime democrático. Ora, por maiores que sejam as convergências de atuação do Ministério Público, da OAB, dos próprios TREs no Brasil, do TSE, a fraude ainda acontece, principalmente no que se refere ao caixa dois, que continua existindo; assim ou assado, continua existindo.

Então, vamos aprovar o financiamento público de campanha e aumentar a fiscalização sobre os partidos. Naturalmente, com esse sistema proporcional que só a Nova Zelândia e o Brasil adotam e que foi introduzido no Brasil em 1932 – vejam quantos anos, e o Brasil ainda não alterou esse sistema, apesar dos seus erros –, temos, no Congresso, mais de 30 partidos registrados no Superior Tribunal Eleitoral. Alguns são apenas siglas de fachada, que vendem o seu horário eleitoral e se prestam a fazer coligações esdrúxulas em torno de interesses alheios à democracia republicana.

Então, a fraude já existe há muitos e muitos anos. O Deputado Carlos Reis, Constituinte de 1933/34, já dizia naquela época: “Tínhamos três fraudes: fraude na eleição, fraude na apuração e fraude no reconhecimento

to”. Quer dizer, era difícil alguém que não pertencesse ao poder, na velha República ou na República Velha, chegar a ser Governo.

Hoje, o sistema está totalmente diferente. Sem dúvida alguma, não há termo de comparação. A Justiça Eleitoral evoluiu. Temos uma das apurações mais rápidas, senão a mais rápida, do mundo, a mais moderna, graças à aprovação de leis pelo Congresso Nacional e à aceitação do Tribunal Superior Eleitoral.

Portanto, havia fraude na eleição, na apuração – hoje não há mais fraude na apuração – e no reconhecimento. Não era fácil o candidato ter o reconhecimento da Justiça Eleitoral naquela época, pois as atas eram feitas ao sabor da vontade de quem estava dominando o poder. Isso não mais acontece atualmente, mas fraude ainda existe.

No combate à fraude, temos vários caminhos. No Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, há projetos que foram aprovados pelo Senado. Se a Câmara, até o final do ano, aprovar o projeto que já está em pauta para ser votado em plenário, ele virá para cá e teremos oportunidade de fazer emendas, se necessário for, de aprofundar a discussão da reforma política e, assim, de construirmos um novo caminho para o País, a fim de dar maior estabilidade aos governos, maior confiabilidade aos partidos e viabilizar o sistema democrático dando força e preponderância à cidadania.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, após o brilhante pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares sobre os rumos da democracia no Brasil, ao Senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul.

V. Exª, pelo Regimento, tem o direito de usar da palavra por 20 minutos, mas eu jamais ousarei cortar a palavra do grande Líder.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Este, o primeiro discurso que faço aqui, no Senado, depois da minha licença, depois das eleições.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero primeiro agradecer aos eleitores do meu Estado, Mato Grosso do Sul, pela confiança que, mais uma vez, em mim depositaram. Fiz uma campanha curta, exatamente pela sobrecarga de atividades aqui no Congresso Nacional, não só como Líder, como Presidente da CPI dos Correios, mas também como Relator de projetos extremamente importantes que transitaram aqui no Senado. Foi uma campanha de pé no chão, andando nas ruas, conversando com as pessoas; uma campanha em que enfrentei as principais lideranças do meu

Estado, as mais modernas e também as mais retrógradas; uma campanha em que também convivi, com muita paciência e tolerância, com o corpo mole dos próprios companheiros de partido em alguns casos.

Contudo, foi uma eleição em que alcancei cerca de 40% dos votos, que representam muito, uma votação muito além das votações que o meu próprio partido, nas várias eleições disputadas, alcançou; uma votação que traz uma responsabilidade ainda maior, principalmente como Liderança no meu Estado. Diziam, à época, que, como meu adversário era muito forte, seria a maior votação percentual das eleições de 2006 em Mato Grosso do Sul – a votação pró-futuro Governador do Estado, que comigo disputou as eleições em 2006. Isso não aconteceu, apesar de todas as dificuldades que enfrentei – e fizemos uma grande eleição.

Costumo dizer que, pelos 40% que tive, os meus eleitores passaram por um verdadeiro corredor polonês. Portanto, é uma base sólida, que, mais do que nunca, representa aquelas pessoas que acreditam no meu projeto e caminham junto comigo.

É importante registrar, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, que minha votação foi muito parecida com a que recebi para o Senado. Entretanto, quando da eleição para esta Casa, tive uma votação dobrada com o Senador Ramez Tebet. Essa última foi uma votação solteira, consolidando, desse modo, uma posição muito firme do meu projeto no contexto estadual, a despeito de ter enfrentado todas as lideranças, inclusive algumas que apoiaram o Governador Zeca durante oito anos e que, depois, bandearam para o nosso principal adversário, mostrando o adesismo que ainda existe na política do meu Estado.

Adquiritos esses 40% enfrentando as principais lideranças, mas volto a ressaltar o corpo mole de alguns companheiros de Partido. É importante destacar que, entre os candidatos do PT a governador de Estado, no Brasil, fui o quinto colocado percentualmente. Os quatro primeiros ganharam a eleição no primeiro turno, e eu, com os 40% alcançados, fui o quinto colocado, ou seja, na minha frente, houve apenas aqueles quatro que venceram no primeiro turno. Tive votações percentuais maiores inclusive do que aquelas de candidatos do PT que foram para o segundo turno.

Portanto, foi um esforço muito grande. Sei as dificuldades que enfrentei até em razão da postura que assumi de isenção, de equilíbrio e, mais do que nunca, do meu compromisso com o Congresso Nacional.

Não me arrependo de nada que fiz; e fiz isso pelo Brasil, pelo meu Estado; com muita honra, representei o povo da minha terra, a minha gente.

Sr. Presidente, voltando agora ao Senado, não poderia deixar de registrar algumas coisas importantes.

Primeiro, o trabalho que o meu suplente, o Senador Antonio João Hugo Rodrigues, do PTB, aqui realizou. Coerente, companheiro, trabalhou com a base do Governo e nunca se omitiu neste plenário, defendendo o nosso Governo.

Quero, também, de público, mandar um grande abraço ao meu querido Senador Ramez Tebet, homem que ainda está convalescendo em sua casa, em Campo Grande. Trata-se de alguém que sempre honrou e dignificou nosso Estado. Todos nós estamos orando para que S. Ex<sup>a</sup> ultrapasse mais esse obstáculo que se coloca à frente do seu dia-a-dia, da sua vida e do seu futuro. Todos estamos muito unidos ao Senador Ramez Tebet nesta hora, por tudo que S. Ex<sup>a</sup> representa para o nosso Estado e para o Brasil.

Antes de entrar no tema propriamente dito do meu pronunciamento, quero registrar que apresentei, na semana passada, um requerimento de voto de homenagem ao compositor e músico Mário Zan, que tem uma bela história que passa por São Paulo, por Mato Grosso do Sul. Mário Zan compôs um verdadeiro hino para o nosso Estado do Mato Grosso do Sul, a famosa *Chalana*, uma música inesquecível para todos nós, corumbaenses, pantaneiros. Apresentei, portanto, um requerimento de voto de homenagem a esse grande brasileiro, a quem, graças a Deus, tivemos a oportunidade de fazer uma homenagem singela, alguns meses antes, no Festival América do Sul, na minha querida cidade de Corumbá. E assinei esse requerimento, tomando a liberdade de incluir os Senadores Ramez Tebet e Juvêncio da Fonseca, porque sei que S. Ex<sup>as</sup> compactuam com esse mesmo respeito que tenho pelo nosso saudoso Mário Zan.

O motivo, Sr. Presidente, de ter vindo hoje ao plenário é falar de outras questões que temos ouvido muito. Tenho acompanhado os debates e sei que muitos Senadores e Senadoras também desse tema se ocuparam. Gostaria, primeiro, de apresentar minha posição muito clara com relação ao segundo mandato do Presidente Lula, que se avizinha.

A primeira questão – o Senador Paulo Paim foi bastante explícito em sua fala, antecedendo-me – é a de que precisamos, meu caro Senador Paulo Paim, ampliar, trazer para a base de apoio ao governo os partidos que o Presidente Lula necessita para garantir uma maioria consistente e sólida na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Nós precisamos entender isso; precisamos entender a necessidade que temos desse apoio para realmente passarmos por momentos melhores, nos próximos quatro anos.

Temos de ter humildade para reconhecer aquilo em que erramos, no PT especialmente; fazer uma avaliação rigorosa dos nossos passos, para que, com



humildade, repito, venhamos a corrigir nossos desvios. Isso é muito importante não só para o segundo mandato do Presidente Lula, mas também para o futuro do Partido.

Temos de ter coragem de reconhecer que erramos e não culpar quem fez um trabalho grande, quem teve um posicionamento isento ou quem, em seu dia-a-dia, no Senado ou na Câmara, honrou o Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, como vários Senadores do nosso Partido.

Temos de passar por essa avaliação, que não está absolutamente fora de contextos pelos quais outros países de esquerda passaram pelo mundo. O Partido Socialista Operário Espanhol, que hoje comanda a Espanha novamente, passou por um processo difícil de auto-avaliação, mas, com humildade, reconheceu em que errou, onde estavam os desvios. E não podemos ser diferentes, para preservar a história de um partido e tudo aquilo que foi feito pela militância e por boa parte dos Parlamentares que representam nosso PT.

Quero também registrar, Sr. Presidente, que a campanha eleitoral acabou. Precisamos comandar o País olhando para todos os segmentos da sociedade.

Não existem os desassistidos somente na nossa sociedade. Existe a classe média, existem os mais abastados, e precisamos governar para todos. Não podemos criticar as ditas elites. O que são elites? Há elites de parlamentares, elites de professores, de cientistas, de intelectuais, de médicos. Não podemos generalizar esse discurso, porque precisamos fazer um governo para todos. Um Presidente representa todos, e não segmentos da sociedade, por mais que se deva ter uma atenção especial àqueles que precisam da mão generosa do Estado para que conquistem dignidade – e, depois, venham a se preparar para o mercado de trabalho, a fim de que os programas sociais não se transformem única e exclusivamente em programas assistencialistas. Sei que não é esse, em absoluto, o desejo do nosso Governo.

Mais importante: a convivência com a imprensa. A imprensa desenvolveu um papel fundamental nesses últimos 18 meses. Dias difíceis enfrentamos, e a imprensa nada inventou: simplesmente registrou o que acontecia. Ela não é responsável pelos escândalos com que tivemos a oportunidade de conviver.

Temos de virar a página, para que esse segundo mandato do Presidente Lula tenha êxito e seja de todos, como diz aquele velho lema: “Um Brasil de todos”.

Meu caro Senador Paulo Paim, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, serei muito breve, para não atrapalhar seu pronunciamento. Embora V. Ex<sup>a</sup> não tenha

chegado ao fim, quero dizer que, com a maior tranquilidade, assino embaixo do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz neste momento e endosso o que vai proferir nos próximos dez ou quinze minutos, porque conheço V. Ex<sup>a</sup>. Entendi a mensagem que quer passar, não só para o PT, sobre a importância de um Governo de coalizão, que construa e faça o melhor para o País, e concordo com V. Ex<sup>a</sup>: temos de governar para todos; a disputa eleitoral terminou. Eu nem precisaria, mas farei uma exposição de idéias que para muitos poderia ser considerada provocativa, embora não para V. Ex<sup>a</sup>. Na disputa estadual, V. Ex<sup>a</sup> não foi vitorioso, mas tenho certeza de que fará de tudo para o bem do seu Estado, independentemente de quem tenha ganho as eleições, como é o meu caso, no Rio Grande do Sul, e o do Presidente Lula. Sua Excelência foi vitorioso, mas tenho certeza de que há de dialogar com todos os segmentos da sociedade e não somente com os partidos políticos, para que possamos fazer mais um belo mandato para o bem do povo brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> falou dos grandes homens do nosso Partido, que, com independência, com tranquilidade, tiveram uma postura sempre coerente com as suas vidas, e quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> foi um desses grandes homens. Tenho muito orgulho ter sido liderado por V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Estou dizendo em público o que já lhe disse fora do microfone. V. Ex<sup>a</sup> foi um grande Líder da nossa Bancada e um grande Presidente da CPI dos Correios, porque pensou sempre no País, com seriedade e com a responsabilidade que cada momento exigiu. V. Ex<sup>a</sup> tem, eu diria, todas as qualidades e está avalizado, digamos, pela sociedade brasileira para fazer esse discurso. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Como é bom vê-lo na tribuna do Senado, fazendo esse brilhante pronunciamento! Meus cumprimentos, Senador Delcídio, nosso Líder da Bancada.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> sabe da admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, pelo seu trabalho e competência e, mais do que nunca, por todos os projetos pelos quais sempre trabalhou dentro do Congresso e do Senado.

Eu gostaria também, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, de fazer alguns comentários sobre aquilo que ouvi e acompanhei nos debates, pela imprensa e aqui, no Senado Federal, onde tive a oportunidade de acompanhar um depoimento, ou um discurso, do Senador Aloizio Mercadante e, depois, um discurso do Senador Eduardo Suplicy, sobre a política econômica do Governo. Gostaria também de fazer alguns registros que entendo importantes neste momento que estamos vivenciando, no limiar do segundo mandato do Presidente Lula. Não podemos achar que, de uma hora para a outra, a política econômica do Brasil

vai ser alterada. Hoje, por estar interligada, integrada, a economia mundial não suporta a bravata, Senador Mão Santa e Senador Paim, nem o desrespeito. Não podemos, de uma hora para outra, acreditar que, com algumas canetadas, vamos fazer o Brasil crescer 5%. Sei que existe uma intenção, uma vontade enorme de promover o crescimento brasileiro, até porque temos crescido 2,5% – a previsão para este ano é de menos de 3% –, enquanto o mercado mundial tem excesso de liquidez, portanto, há muitos recursos que podem ser trazidos para o nosso País, garantindo o investimento, o desenvolvimento e a geração de emprego.

Por outro lado, precisamos tomar medidas cuidadosas. Conseguimos controlar a inflação, os juros caminham para o patamar real de um dígito, evidentemente descontada a inflação, os números macroeconômicos do País são consistentes, portanto, temos de conduzir esse debate com muito cuidado. Não venham com essa conversa de desenvolvimentismo a qualquer preço, porque senão vamos cair na mesma cilada de outros governos que comandaram o País e que o levaram a extraordinárias dificuldades de caixa e, ao mesmo tempo, a níveis inflacionários absolutamente galopantes.

Portanto, prudência e canja de galinha não fazem mal para ninguém. É evidente que temos de avaliar aquilo que é possível fazer e no tempo. Ninguém simplesmente acaba, reduz carga tributária da noite para o dia em função das contas que precisamos pagar. A nossa política econômica precisa de ajustes, necessariamente. Temos de fazer um debate sobre a desoneração da produção. Isso já está sendo discutido pelo Governo, e esse é um tema absolutamente fundamental. Já não se pode conviver com uma carga tributária de 38% do PIB. Temos de facilitar a vida dos empresários, dos grandes, mas também dos pequenos e dos microempresários.

Na semana passada, o Senado...

**(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)**

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Já terminou o meu tempo, Sr<sup>a</sup> Presidente?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> ainda tem um minuto, mas prorrogarei o seu tempo por alguns minutos, com certeza. V. Ex<sup>a</sup> está tão empolgado...

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – É que faz tempo, Sr<sup>a</sup> Presidente, que não falo no plenário.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – E está falando muito bem, por sinal, como sempre.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse um aparte, sem descontar do tempo que a Presidente lhe deu.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Vou conceder um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, ao Senador Mão Santa e ao Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Delcídio Amaral, como sempre, quando ocupa a tribuna, V. Ex<sup>a</sup> dá o seu recado, que todos entendem, pois usa uma linguagem política eficiente, na direção daquilo que nós pensamos para o Brasil. V. Ex<sup>a</sup>, que é um dos Senadores mais atuantes desta Casa, candidato ao Governo do seu Estado, teve uma votação significativa, e nós sabemos os motivos por que V. Ex<sup>a</sup> não foi eleito. Mas, sem dúvida alguma, a sua candidatura, assim como a sua participação na chamada CPI dos Correios, contribuíram para a formação política do seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> foi um grande Presidente, agiu com autonomia, com equilíbrio, e recebeu os elogios do Brasil inteiro. Ao propor à equipe econômica do Governo que facilite a vida do Brasil desonerando a produção e reduzindo a carga de impostos, que é uma das maiores do mundo, sem dúvida alguma, V. Ex<sup>a</sup> dá uma colaboração inestimável para o desenvolvimento do nosso País. Vou parar por aqui, porque outros oradores querem apartear V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns pelo seu pronunciamento! Se o seu Estado não ganhou um Governador como V. Ex<sup>a</sup>, o Senado ganhou V. Ex<sup>a</sup>. É importante a sua presença aqui nesta Casa.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Muito me honram os comentários de V. Ex<sup>a</sup>, pelo respeito que também tenho por toda a história política de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte ao meu caro Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, pode dizer, como o apóstolo Paulo, que percorreu o seu caminho, pregou sua fé e combateu o bom combate, mas vamos sair desse plano teológico e entrar no plano político. Entendo que o maior político do mundo foi Winston Churchill. A ele devemos a democracia. O mundo totalitário estava ali, com Hitler, com Mussolini, e ele resistiu. Quando os aviões sobrevoavam Londres para bombardeá-la, ele assumia o cargo de Primeiro-Ministro, e dizia: “Sangue, suor e lágrimas é o que tenho a oferecer”. Foi buscar – “A política é a arte do impossível” – Franklin Delano Roosevelt, dos Estados Unidos, e Stálin, da Rússia, e

os uniu. Foi buscar Getúlio Vargas, que estava encantado com a Itália de Mussolini, e ganhou, e nasceu, e decidiu o Dia D, o dia da vitória. Eu nasci durante a guerra – a Senadora Serys é novinha, tem apenas 21 anos, sorridente –, então vi aquilo. E a paz surgiu, a democracia. Na recessão pós-guerra, ele trouxe-nos a dádiva da liberdade, da democracia, mas perdeu as eleições quando saiu. V. Ex<sup>a</sup> também entrou numa guerra, pior, decorrente da desmoralização do Congresso e da nossa democracia: mensalão, Deputado sem moral, Senador, avacalhação, que está aí, apenas 5% dos brasileiros... E V. Ex<sup>a</sup> escreveu a página mais bonita da ética, da moralidade, da imparcialidade, presidindo a CPI. V. Ex<sup>a</sup> foi um Líder do PT que encantou a todos. A Senadora Serys é mulher – olha o sorriso dela! –, mas V. Ex<sup>a</sup> nos encantava como Líder, e está aí. E Rui Barbosa, que está ali também, perdeu eleições. Ele disse que não se pode perder é a vergonha e a dignidade. Isso V. Ex<sup>a</sup> nunca perdeu. V. Ex<sup>a</sup> irradia. Deus escreve certo por linhas tortas. O Congresso, o Poder Legislativo, estava precisando de um homem de bem e de vergonha. Aliás, está ali o Senador Antonio Carlos Valadares, que tem muita cultura. Lá na velha Grécia, onde nasceu a democracia, andava um filósofo, no meio da rua, acendendo uma luz. Chegaram a ele: “Diógenes, o que procura?” “Um homem de vergonha”, respondeu. O que Diógenes procurava lá está aqui na tribuna do nosso Senado, não em Mato Grosso do Sul, e que é a vergonha de todo o nosso Brasil.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) –**

Muito obrigado, meu caro Senador Mão Santa, nosso querido Presidente do Senado, que preside esta Casa sistematicamente, e com muita honra para todos nós, por toda a história política que V. Ex<sup>a</sup> tem e por tudo que representa para o Congresso Nacional.

Senador Eduardo Suplicy, fiquei extremamente convencido pelos argumentos apresentados por V. Ex<sup>a</sup> no discurso que fez na semana passada, aqui no Senado Federal, falando dos horizontes da nossa política econômica.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) –** Senador Delcídio Amaral, cumprimento-o, primeiro, pela batalha que empreendeu em Mato Grosso do Sul, dignificando a confiança que o Partido dos Trabalhadores e o povo daquele Estado conferiram a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup>, que tão bem tem dignificado o mandato de Senador, travou ali uma batalha difícil, e certamente contribuiu em muito para que seu adversário possa realizar um governo para o bem de Mato Grosso do Sul, levando em conta as proposições e tudo aquilo que, nos debates, V. Ex<sup>a</sup> expôs com muita assertividade, fazendo com que, em Mato Grosso do Sul, esteja a democracia brasileira se fortalecendo. Também dou as boas-vindas

a V. Ex<sup>a</sup> no debate relativo à política econômica. Tenho a convicção de que o Governo do Presidente Lula arrumou a nossa casa de maneira a preparar a economia para dar um salto e, sobretudo, termos, nos próximos quatro anos, um crescimento sustentado do Produto Interno Bruto mais à altura da nossa potencialidade. Isso certamente significa um crescimento superior a 5% ao ano, com o crescimento das oportunidades de emprego, à altura do que vem conseguindo, mas com maior intensidade ainda; com o fortalecimento dos programas de erradicação da pobreza, que certamente serão ainda mais aperfeiçoados; e com a expansão não apenas da agricultura, que em Mato Grosso do Sul é tão importante, mas também da agroindústria brasileira. Para isso, é importante esse ambiente, inclusive para que as pessoas sejam estimuladas a realizar investimentos, como V. Ex<sup>a</sup> aqui enfatiza. E reitero a sugestão que formulei ao Presidente do Banco Central neste diálogo com V. Ex<sup>a</sup>. Na semana passada, o Ministro e Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, depois de um diálogo com empresários, disse que não se esperasse de um goleiro que estivesse a marcar gols. Gostaria muito de estimulá-lo, da forma mais construtiva, porque o considero também um dos responsáveis por ter arrumado a casa, mas para que ele seja imbuído do espírito de um Rogério Ceni, um goleiro brilhante. E veja que sou torcedor do Santos, mas reconheço que Rogério Ceni, quando marca alguns gols, certamente contribui muito para que o São Paulo Futebol Clube esteja na posição de quase tetracampeão brasileiro de futebol, e isso graças a esse goleiro que, além de defender tão bem a sua meta, muitas vezes sai a campo para marcar gols, seja de falta ou de pênalti, de maneira a dignificar tão bem a postura de um goleiro, que inclusive é também da seleção brasileira. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)**

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu também parablenizo V. Ex<sup>a</sup> – já o fiz pessoalmente – pela eleição. São Paulo está muito bem representado por um Senador que é um homem honrado, um homem de bem, como V. Ex<sup>a</sup>. E não posso deixar de destacar também que fico contente com os elogios a Rogério Ceni, até porque sou tricolor do Morumbi, e estou muito feliz com os comentários que foram feitos.

Mas, voltando ao tema, gostaria de questionar o que é efetivamente importante nessa discussão para fazer com que o País cresça. Nós ficamos mais tentados, Senador Paulo Paim, a dar uma canetada, a fazer alguma coisa que solte o País, mas sem saber exatamente o que virá como consequência dessa decisão.



O País crescerá, mas eventualmente enfrentará outras dificuldades de caráter econômico.

A vontade é maior porque são medidas simpáticas e quase sem nenhum risco e nenhuma crise para quem preside o País. O grande fato que infelizmente não estamos discutindo é a redução de despesas, que gera cortes. E isto é antipático falar, mas necessário fazer: a reforma da Previdência. Ninguém fala nada a respeito, mas ela deve ser feita.

Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> é especialista no assunto e, ao longo das discussões, desempenhou um papel fundamental naquele primeiro projeto discutido à exaustão no Senado Federal. A verdade é que a Previdência, hoje, só a pública, já atinge...

(Interrupção do som.)

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ...de R\$42 bilhões a R\$43 bilhões. Algo precisa ser feito. Isso não se faz com a caneta, Senador Mão Santa, e sim debatendo o tema com a sociedade, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Também uma reavaliação da reforma tributária, que discutimos aqui durante semanas e mais semanas. Em função do que se projeta para o País e como é muito focada, principalmente, na unificação das alíquotas de ICMS, ela necessariamente não trará os benefícios de que o Brasil precisa para crescer.

Conversei com algumas pessoas que foram à Ásia e a outros países, inclusive com o perfil parecido com o da nossa economia. Não podemos perder o bonde ou o trem da História. Não vamos continuar com o mundo passando por essa liquidez que propicia investimentos em vários países do mundo. Por isso, precisamos blindar nossa economia, e temos que discutir, com absoluta franqueza, Sr. Presidente, a reforma da Previdência, a reforma tributária e a reforma trabalhista de maneira mais ampla.

Não vou me estender com relação a reformas porque o Senador Antonio Carlos Valadares, que me antecedeu, falou sobre a reforma política e sobre a reforma do Judiciário, que, atualmente, é um entrave para decisões mais céleres, que impactam diretamente o dia-a-dia das pessoas.

Fizemos a reforma do Judiciário, comandada pelo Senador Ramez Tebet, que, como Relator, conduziu com muita determinação esse trabalho. Mas há toda uma legislação regulamentar que ainda não foi aprovada e que é muito importante para o País. Então, na verdade, a grande discussão econômica, partindo do princípio de que a nossa economia avançou, a despeito dessas dificuldades aqui citadas, faladas e que estão nos levando a esse grande debate, o que está em discussão são as reformas; essas, sim, vão blindar

a economia brasileira, possibilitando-lhe condições de desenvolvimento, de crescimento.

Sr<sup>a</sup> Presidente, gostaria de tratar de outro tema e, por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me conceda pelo menos dez minutos, garanto que eu não vou me exceder no tempo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, só um parêntese. V. Ex<sup>a</sup> já está na tribuna há quarenta minutos e há outros oradores inscritos. O único problema são os outros Senadores.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, foram feitos vários apartes, e eu gostaria de falar agora do principal tema que me trouxe aqui hoje. Enquanto todos falam de economia, de juros, de desenvolvimentismo, de ortodoxia, de segmentos ortodoxos, segmentos desenvolvimentistas, eu quero falar do arcabouço legal, da regulamentação que pauta segmentos importantes da nossa economia. É sobre isso que quero falar. Ficamos discutindo economia, mas será que temos uma legislação que garanta os investimentos? Essa é a pergunta que tem de ser feita.

Vamos falar das agências. Como vão ficar as agências reguladoras? Há um projeto tramitando na Câmara, que trata de uma reestruturação das agências reguladoras. O que vai acontecer com essas agências?

É o projeto que está na Câmara? Vai ficar tudo do jeito que está? Como o investidor se comporta quando sabe que as agências reguladoras, que em tese vão regulamentar, fiscalizar e zelar pelo bom funcionamento de cada sistema, despertam dúvidas com relação às suas atribuições? Essa era a primeira pergunta que faço.

A segunda pergunta diz respeito à necessidade de regulamentação de vários segmentos, de várias áreas. Vamos entrar especificamente na questão do saneamento, fundamental para o Estado de V. Ex<sup>a</sup> e para o meu também. E o projeto que trata desse assunto caminha lentamente dentro do Congresso. O projeto aprovado aqui difere daquele encaminhado pelo Governo. Qual é o posicionamento? Parar? Engavetar o projeto porque não bate com o projeto que veio do Governo? E saneamento é uma área absolutamente fundamental. Está paralisada porque não existem regras.

Como é que vamos fazer ou trazer investimentos se o arcabouço legal não está definido ou não inspira a confiança de que os investidores precisam para aqui colocar os seus recursos?

A reforma do setor elétrico, e falo com a maior tranquilidade, exigia uma série de regulamentações. Essas regulamentações foram feitas? Será que vale a pena fazer regulamentação por decreto? Há investi-

dor que não acredita em decreto, porque decreto depende do Presidente ou do Ministro de plantão. Eles confiam muito mais numa legislação aprovada pelo Congresso, uma lei.

Mas ainda falta uma série de ferramentas regulatórias que projetem o sistema, que projetem o setor.

Não podemos tapar o sol com a peneira. Precisamos olhar o setor de energia com absoluto cuidado, sob risco de enfrentarmos, mais à frente, problemas como suprimento de energia. Quando ouço falar em Santo Antônio, Giral, Belo Monte... Vivi na Amazônia e sei o que é fazer barragem lá. Fui regional de operação na usina hidrelétrica de Tucuruí e sei as dificuldades que um projeto desse traz. Não vamos responsabilizar só o Ministério do Meio Ambiente ou o Ibama por atrasos nos projetos. Eles podem até ser os responsáveis pelo atraso de alguns projetos ou de vários projetos, mas há toda uma legislação ainda que os principais investidores acompanham de perto e que ainda não estão implementadas.

Quando falamos em usinas nucleares, sabemos que Angra III já podia ter sido deliberada, bem como Angra II. Quem é da área nuclear sabe que esta usina opera absolutamente bem, diferentemente de Angra I, que apresenta uma série de problemas até hoje não resolvidos, como o gerador de vapor de Angra I, que nem Jesus Cristo consegue resolver.

O que me preocupa é que sinalizam com projetos que resolverão a questão energética, mas que entrarão em operação em 2012 na melhor das hipóteses, sem falar que, no caso das usinas do Madeira e do Xingu, tem que haver linha de transmissão, Senadora Serys. V. Ex<sup>a</sup> conhece a região. Ali não é mole! Fazer faixa de servidão, construir linha.

Então, temos que discutir, que achar uma solução imediatamente, que passa pela termoelectricidade. Acompanhei comentários sobre o problema da falta de gás. Os gasodutos que estão sendo instalados já haviam sido previstos há muitos anos. Patinaram ao longo desses anos. Não vou entrar no mérito. Mas isso já estava previsto. Urucu-Porto Velho, um antigo desejo dos Senadores Fátima Cleide e Valdir Raupp até hoje patina. Coari-Manaus era um projeto absolutamente definido. O reforço do Bolívia-Brasil, a despeito desses problemas todos com o Governo boliviano. Camamu, a interligação como Nordeste, o reforço do Ceará; o gasoduto do Sul, de Uruguaiana, que talvez tenha ficado para trás porque existem hoje problemas de gás natural na Argentina, por exemplo. Estava tudo colocado, mas não aconteceu. Por isso, vamos ter que passar por um processo de geração termoeletrica para garantir a otimização do sistema. Portanto, temos que olhar essas questões com absoluto cuidado, pois são

fundamentais para o crescimento do País, para a geração de emprego.

Discutimos aqui parcerias público-privadas. Quantas semanas discutimos esse assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Infra-estrutura, em todos os patamares institucionais deste Senado Federal?

Onde está o fundo garantidor das parcerias público-privadas, de que ainda não temos notícia?

Conversando com o ex-Ministro Ciro Gomes, Deputado eleito pelo Ceará, fiquei sabendo que S. Ex<sup>a</sup> havia preparado há mais de 12, 13, 14 meses o primeiro projeto de PPPs no Brasil, que atenderia a questão das rodovias, ferrovias e de portos, absolutamente fundamentais, pois estamos perdendo competitividade ante a situação dos nossos portos. Até agora não temos nenhuma definição sobre qual fundo que dará consistência aos projetos de parcerias público-privadas, fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. O grande desafio para o Brasil crescer é a infra-estrutura, e temos de introduzir esse debate imediatamente, sob riscos de passarmos mais quatro anos com crescimento pífio de 2,5% a 3%.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Shlessarenko, discutimos aqui a questão da biotecnologia. O projeto de biossegurança foi amplamente discutido aqui. Senador Paulo Paim, começamos tratando do Rio Grande do Sul, com a regularização do plantio dos sojicultores. Depois, apreciamos o projeto de biossegurança, que causou aquela polêmica danada. Hoje, estamos vendo vários segmentos agrícolas prejudicados porque a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança não delibera sobre a utilização de determinadas espécies que foram pesquisadas e que já são largamente utilizadas no mundo.

Entendo o cuidado que tem de ser dado a essa questão dos transgênicos. Mas não podemos também repetir o que aconteceu com a Lei de Informática; naquela época, com aquele projeto chamado de "rainha da sucata", o Brasil simplesmente ficou para trás em biotecnologia.

Na nossa região, minha querida Presidente, os cotonicultores estão sofrendo violentamente. Hoje, o cerrado é um dos grandes celeiros da produção de algodão do mundo – diga-se de passagem, de excelente qualidade – mas esperamos uma decisão da CTNBio que não vem.

O que está acontecendo? China, Estados Unidos, Austrália, Índia começam a ocupar os segmentos de mercado que nós, a duras penas, conquistamos depois de uma crise enorme que a produção de algodão sofreu no Nordeste.



Não adianta só discutir economia. É absolutamente fundamental vermos a taxa de juros, o câmbio, as medidas para manter a nossa economia em condições, mas temos que discutir as reformas que são impopulares. Não adianta fugirmos disso; não há outra saída. Vamos ter de discutir isso para melhorar o Brasil. Terceiro: o arcabouço legal para fazer com que os investidores compareçam porque, como estamos vendo, os fatos não ocorrerão como muita gente propala. Uma coisa é discurso e boa intenção; outra coisa é prática, o que é muito diferente.

Sr<sup>a</sup> Presidente, eu queria falar um pouco mais, fazer outras abordagens, mas já falei muito hoje e prefiro falar amanhã.

Ainda gostaria de registrar o seguinte: precisamos ter uma visão ampla, ecumênica, dos problemas brasileiros. Não devemos tratar segmentos econômicos importantes ideologicamente; temos que tratar segmentos importantes como biotecnologia, energia, enfim, os vários segmentos, com as ferramentas que temos. Temos que olhar, acima de tudo, para o que a população do nosso País almeja: futuro. Não adianta mais tapar o sol com a peneira. Temos que avançar na economia, nas reformas, mesmo com desgaste; temos que aprimorar o embasamento jurídico que vai garantir os investimentos do País. Chega de conversa. Precisamos, nestes quatro anos, virar a página e fazer com que o Brasil se torne aquele País com que todos nós sonhamos, um Brasil que, se Deus quiser, vamos entregar aos nossos filhos melhor do que aquele que recebemos dos nossos pais.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Delcídio Amaral.

V. Ex<sup>a</sup> disse que falou muito, mas utilizou o tempo determinado. Foi da maior relevância, com certeza, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Mão Santa, como inscrito.

Logo depois, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Slhessarenko, Presidente desta sessão de 16 de novembro, quinta-feira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes nesta Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem e nos ouvem pelo sistema de comunicação do Senado, pelas rádios AM e

FM e pela TV Senado, e aqueles que lêem o **Jornal do Senado**, aí está o Senador do Partido do Trabalhador que convida o Presidente da República, recém-reeleito, a fazer uma reflexão. Nós comungamos da mesma preocupação.

No primeiro mandato, Senador Delcídio Amaral, votamos em Lula, mas nós nos distanciamos, porque temos nossas crenças, como V. Ex<sup>a</sup>, fundamentadas no estudo, no trabalho e na experiência, mostrando uma visão de futuro real. Nós nos afastamos porque acreditamos num tripé. Assim como a Igreja de Deus tem tripé – Pai, Filho e Espírito Santo, não é só um –, na democracia também se tirou a onipotência, o absolutismo dos reis, e nasceu essa força do povo que é a democracia: o Governo do povo, pelo povo e para o povo. Logo também se dividiu o poder e o dividiram em três. A inteligência do jurista Montesquieu: o Poder Legislativo, que compomos e que temos de fortalecer, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, entregue pelo povo do Brasil ao Presidente Lula.

Todos nós queremos que este País cresça; todos nós queremos a felicidade do nosso povo, que nos mandou para cá. Mas temos de entender as coisas. A ignorância é audaciosa. Há muita gente com sede de poder. São diversos partidos. Há pouco, o PDT do Rio Grande do Sul se ofereceu para participar do Governo. Nós nos oferecemos para participar da democracia. Entendemos, Senadora Serys Slhessarenko, que foi o povo que decidiu. Quem ganhou está no Governo, tem responsabilidade de governar; e quem não ganhou, como nós, tem de ser Oposição. Entendam bem, que a ignorância é muito audaciosa.

Está ali Rui Barbosa. O Senado tem 180 anos. Certamente o Senador Eduardo Suplicy está-se comunicando com o mundo para saber quantos Senadores já passaram por esta Casa. Senadora Serys, não sei se passaram muitas mulheres aqui como Senadoras. Mas, em 180 anos, já passaram muitos Senadores, inclusive Rui Barbosa, que foi quem mais se destacou. Vejam como a história nos ensina. Rui Barbosa foi governo; desagradou aos imperadores, levantou a bandeira da Abolição, depois a da República. Quer dizer, pouco demorou no Império. E só foi governo com Deodoro e Floriano. Foi Ministro como V. Ex<sup>a</sup>, Paulo Paim; ele foi Ministro da Fazenda. Quando viu que os militares queriam continuar, no terceiro governo militar, ele disse: “Estou fora”. Saiu para fazer uma campanha civilista, como todos nós estamos querendo fazer. Aí, ofereceram-lhe um ministério. Tem gente aí pedindo, chorando. O Presidente Lula está vivendo um momento de tormento. Ele deveria chorar no ombro amigo do Paulo Paim. Eu li em seu livro, tantos anos de companheirismo com Lula. E uns que ele nem conhece

estão todos ali, feito corrupção; não votaram nele, vão comprometer. Más companhias estão feito urubu em carniça; aqui e nos Estados.

Olha que vi uma carta. Calma, deixe o homem escolher com tranqüilidade e compromisso com o povo. O povo que o elegeu e lhe deu mais esse crédito de confiança que eu, infelizmente, não dei dessa vez. Mas foi por razões minhas porque, Senador Paim, tenho as minhas crenças. Creio em Deus, no estudo e no trabalho.

Tenho aqui um livro velhinho de Rui Barbosa – hoje à noite vou ler o livro do Senador Paim, que já me ofereceu. Rui Barbosa disse que lhe ofereceram o Ministério da Fazenda, o do dinheiro.

Hoje ouvi um panaca se oferecendo para ser Ministro da Fazenda. Um homem daquele é nocivo à Pátria – está nos jornais, na imprensa, ele dizendo que aceitaria. Quer a chave do cofre!

Presidente Lula, há um tal Kautilya, Senador Suplicy – não sei onde ele quer chegar com esse telefone; Suplicy, você está fazendo propaganda é da Tim ou da Claro? –, o Maquiavel da Índia, que disse: “Nunca dê os canhões nem a chave do cofre”.

Presidente Lula, não dê não. Os canhões são dos militares, e a chave do cofre é da Fazenda mesmo. Coloque lá alguém da sua confiança. O povo teve confiança em V. Ex<sup>a</sup>.

Acredito em algumas coisas. Cada um leva a sua formação. O Delcídio é um homem do progresso, é um engenheiro. Os engenheiros é que fazem mesmo o progresso. Eles fazem a comunicação, fazem o telefone, fazem a ponte, fazem o avião. Cada um leva para onde vai a sua formação profissional. Sou médico, e nós temos um privilégio: quando terminamos o curso de Medicina, fazemos o juramento de Hipócrates – Pai da Medicina –, que é um código de ética, Deontologia Médica.

Não acredito neste País se não tiver ética, se não tiver decência, se não tiver honestidade. Eu não acredito. E não tem essa história de meio honesto não; é ou não é, Presidente Lula. Esse negócio é meio honesto. Está cheio de “meio”. Não, não tem não. “*To be or not to be, that is the question.*” E eu sou médico-cirurgião ginecologista. Ou a mulher é virgem ou não é virgem. Não há isso de meio virgem, como não há meio honesto. Ô Paim, quanto àqueles denunciados pelo Procurador-Geral, é *to be or not to be, that is the question*. Está ali o Suplicy. Ele gosta de telefonar, mas é honesto, como também o Paim, o Delcídio. Quer dizer, tem! Serys, eu sei quem você é e a defendi quando quiseram envolvê-la em qualquer coisa. Estou dizendo que existe. Existe virgem? Existe, mas não há meio virgem.

Esses pilantras aí do mensalão, esses não deviam ser cassados não, Paim; deviam ser era enforcados. Enforcados! Está no Livro de Deus: “A quem muito é dado muito é cobrado”. O povo já nos deu um mandato, somos privilegiados, vivemos bem, ainda vamos aproveitar de mensalão, das falcatuas, da corrupção? Não!

Então, é preciso ter ética. Não tem aquela história de pôr a poeira debaixo do tapete. É preciso ter mesmo, e vamos julgar essa impunidade. Eu me preocupo com esse protelar, Paim; sabe por quê?

Cheguei aqui, e determinaram que eu fosse representar esse Congresso lá na Venezuela. Foram três Deputados Federais. Como era o único Senador, fiquei como chefe. Isso ocorreu justamente na ocasião do referendo sobre o mandato de Hugo Chávez. Serys, eu senti o povo. Paim, quando voltei, eu disse: “Chávez é perigoso, é influente. Ele é líder”. Ninguém acreditou. Eu me lembro disso. Eu senti o povo. Ouça a voz rouca das ruas. Eu estava lá naquela confusão. Ele fez uma constituiçãozinha. As oposições, apoiadas por Bush, pelos americanos... Eu estava lá.

Serys, ele conseguiu. Lá, se 21% da população não estiver satisfeita, qualquer membro do Poder Executivo, seja alcaide, prefeito ou governador, pode rodar no meio do governo. É interessante. Eles conseguiram isso. E a confusão toda foi financiada pelos americanos. Eu senti isso. Coincidentemente, eu fui a um restaurante, a uma boate, estava com a Adalgisa, e vi a comemoração: eram quase todos americanos.

Mas ele chamou para a luta, que era para ser obedecido. E disse que ia ganhar, citou Bolívar... Ele tem energia, tem cultura. É coronel. Serys, a Oposição botou 50 mil num comício. Disseram que o dele tinha 300 mil, Paim. Eu digo que tinha 300 mil e dois, porque estava eu e a Adalgisa. Por curiosidade, eu estava lá. Era a maioria mesmo, e ele ganhou. As criancinhas, os pobres, diziam: “Chávez no coração”.

Atentai bem, Paim. Esta é a minha preocupação: o Poder Judiciário lá é totalmente desmoralizado. Ele o desmoralizou. O povo, Paim, faz questão de falar até da estrutura física, porque a arquitetura é um pouco diferente, mas levam ao deboche. Acabou. Desmoralizou o Poder Judiciário. Eu senti e estou dando o testemunho. Nisso é que nós temos que ser diferentes. Este País tem a nossa história. Olha, é o povo. Então, o Poder Judiciário é desmoralizado pelo povo, é o que eu senti.

E o Congresso, Paim? Era bicameral, assim como o nosso. Esta Casa aqui resistiu; ali, o negócio do mensalão virou epidemia, como a aids, uma peste, uma gripe. Gripou todo mundo. Foi um negócio ali...

As votações ali eram ridículas. Votava aqui e era desmoralizado ali.

Mas aqui se resistiu. Eu mesmo vi a Serys chorar. Eu mesmo vi esse Paim, com a sua coragem, presidir esta Casa e pedir uma PEC Paralela, para minimizar. Eu votei contra, mas eu vi a Serys votando a favor, pela disciplina, mas chorando. Era como aquelas três mulheres que estavam chorando diante do Cristo crucificado, as três Marias. Foi aqui a resistência. Heloísa Helena foi para a fogueira como Joana d'Arc. Eu até disse aquela frase: três coisas a gente só faz... Eu vi... Foi aqui a resistência. Fomos nós, porque faz parte da História. O Senado é para isso. Quando Moisés quis quebrar as tábuas da Lei, quando ia desistir, ouviu a voz de Deus – ouviu, Senador Eurípedes? –, que dizia: “Busque os mais velhos, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Buscar os mais experimentados. Daí nasceu a idéia de Senado: Senado na Grécia, Senado na Itália, na França, e aqui.

Então, foi aqui que se freou! Tanto que houve abaixo-assinados de juízes contra o Presidente do STF.

Saudades de Evandro Lins e Silva, piauiense, que lutou contra a ditadura.

Foi aqui! Mas sabe o que ele fez lá, Serys? Eu vi, eu andei, eu entrei... Havia duas Casas do Congresso, e ele fechou tudo. Se ele fechar hoje, ele ganha a simpatia do povo, porque o povo diz: “Do jeito que está aí... Só tem mensalão, não sei o quê...” Se apenas 5% das pessoas acreditam nos políticos, na hora em que ele fizer um ato desses, vão bater palmas, porque esse é o resultado. Hoje, vi uma pesquisa no comitê do Alckmin: só 5% dos brasileiros acreditam em nós, políticos. Não é bem assim, mas foi se passando. E só 30% acredita na Justiça, 30%! Devia ser... A Justiça é de Deus. As leis de Deus... “Bem-aventurados os que têm fome e sede”... Todos deviam acreditar, mas não. Os brasileiros podem fazer... Eu vi no comitê do Alckmin essa pesquisa e fiquei estarelecido.

Senador Paim, Chávez fechou o Congresso, dizendo que era para economizar, que eram uns picaretas! Juntou as duas Casas em uma. Não sei o número exato, mas, mais ou menos, assim.

Vamos dizer, aqui nós somos 81, o que dá igualdade aos Estados. Eu sou pelo Senado. Ali é de acordo com o número da população. Isso esmaga os pequenos Estados. Nós lutamos de igual para igual. Somos esse poder moderador para corrigir essas distorções.

Mas lá ele juntou os dois, Paim. Vamos dizer, aqui somos 81 e lá são 513. Dá 594. Vamos supor que ele junte e coloque 300. Aí fica com 220 do lado dele. Pode até deixar o Mão Santa ou outro. Será minoritário. É o que está lá, eu vi, eu assisti. Eu assistia a isso na Venezuela.

Então, ele é amplamente senhor de tudo. Eu vi... Ô cabra macho! Ele é coronel, não brinque não. Ele disse que é Simón Bolívar. Ele tem uma cultura impressionante. Eu vi o discurso dele, fiquei em pé. Não eram 300 mil, eram 300 mil e mais 2, porque eu estava lá com a minha Adalgisa, e eles não contaram na pesquisa. É um negócio sério. Eu estava lá.

O homem é forte, é coronel. Todos são coronéis. O Lula, graças a Deus, não é. Sei lá o que pensam essas Forças Armadas no Brasil. Ele não é. Isso é uma vantagem.

O fato é que ele fez, diminuiu em absoluto, e eu vi, Paim. Sabe uma história? Ele começa com Cristo, citando trechos da Bíblia. Fala bem, fala bonito, impressionantemente. O Lula fala bem, mas ele fala melhor. Mas eu vou lhe dizer sobre a minha preocupação com Chávez.

Paim, eu estava – ô Suplicy – lá no Centro de Convenções, e havia um auxiliar da Embaixada acompanhando. Eu era o Presidente da Delegação, porque só havia um Senador e outros ilustres Deputados. Aí, eu vi o Vice-Presidente: ele é jornalista, Carreiro, e advogado. Discurso bonito! Mostrando bonito, fazendo propaganda mesmo! Eles fazem campanha direto! O Congresso era política mesmo!

Fiquei impressionado e disse ao funcionário do Itamaraty que queria aquele discurso, embora compreenda o espanhol. *Hablo um poco!* Gostei do discurso na íntegra. Ele fala muito bonito. Sabe o que disse o nosso amigo do Itamaraty?

– Nada! Quem fala bonito é o Chávez. O Chávez é muito melhor.

Eu fiquei impressionado. Achei o homem tão fluente, tão brilhante. O Vice-Presidente é jornalista e advogado. Eu o ouvi. Aí, deu-me curiosidade de assisti-lo. Realmente, ele é um orador extraordinário. Mas esse é o rumo que está lá. Agorinha, ele convidou, faz mesmo e vai ganhar fácil, como ganhou o referendo quando cumpriu.

Agora, eu acho que temos o nosso modelo. Nesse **ranking** da corrupção, lá está maior do que aqui – e aqui já está imensa. Pensei que não havia, porque isso é muito perigoso.

Então, é isso. A ética não pode ser abandonada, Serys. Essa corrupção está sendo esquecida. Onde estão os punidos? Se o Procurador disse que havia 40 bandidos lá, ele não é doido, ele é Procurador-Geral, um homem da Justiça. Onde está a Polícia Federal, que só algema de um lado?

Agorinha, prenderam o filho do Governador do Pará, que é do outro lado. E tanto bandido que tem também..., embora exista muita gente boa, estão aqui três maravilhosos. Mas como tem! Como tem! Ulysses

disse: “A corrupção é o cupim que destrói a democracia”. Vamos acabar com esses cupins, Lula, ou a democracia vai acabar neste País.

A Professora Serys falou e o Delcídio me facilitou. Eu acredito é no trabalho. Eu sei que as Bolsas..., Lula teve uma visão: não é liberdade, igualdade e fraternidade, não, a necessidade. É sobrevivência. Estavam morrendo mesmo. Não vou contra, mas isso é uma caridade, é uma emergência, deu e pronto.

Lá no meu Estado são 50,9%, mais da metade da população possuem essas bolsas. É caridade. Mas isso vai acabar com a pobreza? Não. Não. Nós estamos aqui é para ensinar mesmo. Na hora em que não tivermos condições de ensinar e de guiar, acabará o sentido do Senado. Senado é para ser o pai da Pátria. Eu renunciaria.

Minha querida Serys, não acabou com a pobreza, não. Ele deu a mão, uma esmola aos pobres. E eu ficaria com o Luiz Gonzaga, que é do meu Nordeste, com as palavras dele. Não sei do meu coração, mas eu quero dizer. O Darcy Ribeiro repetia aqui. O professor Darcy Ribeiro. Sabe qual é, né? Aquele do livro, do Brasil verdadeiro. São as seguintes as palavras: “Uma esmola para um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Aquilo é uma esmola.

Olha, Serys, eu tenho minha preocupação. Não sou contra esmola. Eu dou. Olha, para um aleijado, cego, eu sempre tenho um dinheirinho para dar. Tem que dar esmola. São Paulo: “fé, esperança e caridade”. E eu não dou? Aplaudi. O povo brasileiro reconheceu. Mas isso não vai acabar com a pobreza.

A pobreza se acaba é com trabalho. É com trabalho. É com trabalho. Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Eu vou ficar com o Bolsa família e contra Deus? “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem de Deus para os governantes proporcionarem trabalho. O Apóstolo Paulo, Suplicy: quem não trabalha não merece ganhar para comer. V. Ex<sup>a</sup> vai discutir depois com o Apóstolo Paulo. Ele vai lá. Mas eu vou ficando com ele. Então, eu acredito que tem de ter trabalho. Trabalho é que faz a riqueza.

Senador Eurípedes, por que o Cristovam, que é o Senador seu amigo e tal, não está ali? Está é o Rui Barbosa. Vou dizer o que o Rui Barbosa disse sobre trabalho. Está aqui o livro, velhinho: **A Questão Social e Política do Brasil**. Mas, Paim, hoje é o último dia que vou ler este livro, porque à noite vou ler o livro de V. Ex<sup>a</sup>: **O Rufar dos Tambores**, livro que lançou hoje.

Mas olhem o que Rui Barbosa disse, Suplicy, com todo o respeito – por isso que ele está aí. Então, vou ficar com o meu patrono. Aprendei! Trabalho de Rui Barbosa, velhinho: **A Questão Social e Política do Brasil**.

Só o que interessa, porque eu creio é no trabalho, na grandeza do trabalho:

O trabalho não é um castigo, é a satisfação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho é bom; tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo; tudo o que se assenta do trabalho é útil. Por isso, a riqueza e o capital que emanam do trabalho são como ele providenciais, como ele necessários, com ele benfazejos. Mas, já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestada sobre a riqueza e o capital.

Ele quer dizer que o trabalho vem antes, o trabalho tem de ser respeitado, estimulado, ter primazia. Ele é que faz a riqueza, o capital. E é disso que precisamos. Isso fez com que o Paim escrevesse a melhor página desta Legislatura. O salário mínimo era ridículo, era de menos de 100 dólares. Quanta luta, quanta garra! E foi capitaneada por esse homem do PT, mas eu estava ao lado dele lutando, reivindicando. Hoje, o salário mínimo é de mais de 100 dólares. Então, é o trabalho. A ele a primazia, a ele o respeito. Neste País quem está ganhando dinheiro são os bancos. Para os bancos são dados 160 bilhões por ano de juros. O Senador Suplicy já me pede um aparte. Pergunto a ele qual é o valor de custeio, em dinheiro, desses 11 milhões de Bolsa Família?

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cerca de 9 bilhões de reais.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nove bilhões? É muito pouco.

Se se dá R\$160 bilhões para os banqueiros, parasitas, que nada fazem, que nos empobrecem... Não sou contra. Agora, tem que haver um debate qualificado, Senador Suplicy, e estamos aqui para isso.

Fui prefeitinho; Lula não foi. Fui Governador do Estado; ele é Presidente, com todo o respeito, mas, por exemplo, no Piauí, há 51% da população, vamos reduzir isso a um terço. Se dessem emprego mesmo... Vá ser vigia, vá ser merendeira, vá ser guarda, vá exercer uma profissão qualquer, vá encaminhar-se para o trabalho, porque o exemplo arrasta. Padre Antônio Vieira, Paim, disse: “Palavras sem exemplo são como um tiro sem bala”. O exemplo arrasta.

Atentai bem, ô Suplicy! A criança imita o pai, o adolescente sem trabalhar, acomodando-se a isso, a um biscoito para somar... Olhe o exemplo para os de amanhã.

Não vejo perspectiva. Vejo o trabalho. Então, gostaria de mencionar este tripé: ética, educação e trabalho. O trabalho tem que crescer. Quanto à educação, Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> terá o aparte e será o orador seguinte, só quero lhe fornecer um dado – verdade verdadeira – anunciado por uma mulher, a economista Sônia Ro-



cha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, que saiu na **Folha de S.Paulo**: trinta e oito da maioria dos jovens brasileiros da zona rural não têm ensino fundamental.

No Chile, Ricardo Lago foi Ministro da Educação e o Presidente baixou uma lei determinando que todo chileno tem que ter 12 anos de escola. Antes, eram 8 anos, obrigatoriamente. Ele aumentou para 12 anos. E mais, cada chileno saberá também dois idiomas. Então, estou citando um irmão. Há que se ter essa educação.

Como a juventude vai disputar, ó Paulo Paim, desqualificado nessa competição por emprego? E está difícil, e tem que haver mudança. Vou citar um fato real para o Senador Eduardo Suplicy. Quando fui pedir voto para o Alckmin, encontrei um médico amigo, em minha casa, quase da minha idade, um pouco mais novo, na Bahia, especialista em traumatologia, ortopedia. Ele foi Prefeito e foi Deputado o Dr. Paulo Eudes Carneiro, um homem muito trabalhador, muito honrado, muito honesto. Ele disse que mudasse, sabe por quê, Paulo Paim? Ele me disse: “Dr. Mão Santa, eu tenho uma clínica de ortopedia e traumatologia. Eu só não a fecho – Senador Suplicy, leve esse dado para o Lula – porque não tenho dinheiro para pagar as causas trabalhistas dos operários. Mas ela está decadente, não tem mais condição de funcionar”. Essa é a realidade.

Senador Delcídio Amaral, veja o Incor, privilegiado, de São Paulo, está devendo R\$250 milhões. E nós é que vamos pagar.

Mas não é só o Incor. Há também as Santas Casas, os hospitais do povo, onde os médicos residentes estão em greve. Dá-se atenção aos controladores de voo, porque isso é coisa de rico. Quem vai andar de avião não são os que recebem a Bolsa Família. Está um tumulto! A Aeronáutica aquartelou os controladores. Com a greve dos médicos residentes, os hospitais estão parados.

Senador Suplicy, fui médico residente. Estou fazendo quarenta anos de profissão e posso dizer, Senador Delcídio, que 70% do trabalho de um hospital grande é feito pelo médico residente. Eles preparam o doente, buscam o sangue, colocam na sala, trabalham, passam a noite acordados, têm 20 horas de serviço, preparam os doentes, e estão todos de greve. Mas os prejudicados são os pobres, porque os hospitais não estão funcionando. São os pobres que precisam dos hospitais públicos, das Santas Casas, das clínicas. Ninguém fala, e eles estão em greve. Ganham um pouco mais de R\$ 1 mil, trabalham como no tempo da escravidão e não têm o que eles buscam: uma competência, um ensinamento para que eles sejam profissionais brilhantes da Medicina.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Concederei o aparte, mas antes quero dizer que acredito na ética, na educação e no trabalho que levam ao crescimento.

Com a palavra um dos homens de maior probidade da República do Brasil, em homenagem ao Dia da Proclamação da República, que transcorreu ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, farei um apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Como V. Ex<sup>a</sup> é o próximo inscrito, peço que seja o mais breve possível. Assim, o Senador Mão Santa concluirá o seu discurso, e concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pelo tempo necessário para concluir o seu pronunciamento.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Com respeito aos médicos residentes, amanhã, em São Paulo, na parte da tarde, marquei uma audiência com inúmeros representantes dos médicos residentes que nos solicitam, a nós, Senadores, o acompanhamento, com atenção, do projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados para a resolução do problema dos médicos residentes. O Deputado Arlindo Chinaglia está acompanhando o projeto de perto. Nos próximos dias, logo depois que a Câmara apreciá-lo e votá-lo, será a vez de o Senado voltar-se para essa matéria, que, obviamente, será importante para todos nós.

De qual Município do Piauí V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Na cidade em que nasci.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Qual a cidade?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Parnaíba.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Parnaíba, que fica no delta, para onde V. Ex<sup>a</sup> tem me convidado a ir.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Tenho convidado V. Ex<sup>a</sup> e sua esposa a irem ser felizes lá.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Formulo um convite a V. Ex<sup>a</sup>: que, de fato, tenhamos um debate sobre o tema que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo aqui, relativamente aos programas de transferência de renda, à questão do trabalho e do direito de todas as pessoas partilharem da riqueza da Nação. Gostaria de, em breve, aceitar o seu convite para irmos ao Piauí e lá, no Parnaíba, em meio ao seu povo e também em Guaribas... V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que, certo dia, me disse que o Presidente Lula não teria um resultado tão bom em Guaribas.

Saiba V. Ex<sup>a</sup> que Sua Excelência obteve 90% dos votos da cidade de Guaribas, onde, em 2003, foi lançado o Programa Fome Zero. Tive a oportunidade de visitar Guaribas e Acauã e explicar para os bene-



ficiários do cartão-alimentação que melhor ainda seria o dia em que tivermos o direito de toda e qualquer pessoa receber uma renda básica de cidadania. Mas, atendendo ao apelo do Senador Paulo Paim, nosso Presidente, quero transferir esse debate para fazê-lo, com todo o carinho e respeito, na companhia de V. Ex<sup>a</sup> e na sua terra, no Piauí. É o compromisso que quero selar com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Será um prazer. Já havia convidado V. Ex<sup>a</sup> para passar até uma lua-de-mel em uma das ilhas do delta.

Agradecemos e entendemos que deve haver um debate qualificado do Programa Bolsa-Família para melhorá-lo, aprimorá-lo. Creio que já surgiu no Senado uma idéia de dar o 13º mês. É até justo porque, já que há um fato, a lei vem depois. Mas tem que haver um debate qualificado para aprimorarmos a questão e encaminharmos esse povo para uma qualificação profissional para entrar no mercado de trabalho.

Vamos dizer, então, nossas últimas palavras. Agradecemos a V. Ex<sup>a</sup>. O Piauí tem mais da metade da população recebendo o Bolsa-Família. Queremos mais.

Queremos mais: que V. Ex<sup>a</sup> vá lá e leve o Presidente da República. Ele disse que o Porto do Piauí seria concluído em quatro anos, mas ainda faltam US\$10 milhões. Ele prometeu uma ferrovia ao Dr. Alberto Silva, ligando Teresina a Parnaíba e a Maurício Corrêa. Disse que ia fazer cinco hidrelétricas, e não fez nenhuma. Quero que, pelo menos, termine as eclusas da que existe lá. Uma ponte em Teresina deveria estar pronta por ocasião de seus 150 anos de aniversário. Teresina já tem 154 anos. O Pronto-Socorro Municipal, que o Presidente da República e o Governador do PT prometeram, ainda não está pronto. No entanto, agora, tenho certeza de que, com a presença de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, serão carreados os recursos necessários para o Piauí.

Essas são as nossas palavras.

Agradeço ao Presidente Paulo Paim a compreensão pelo tempo que usei.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, a Sra. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

De imediato, concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Eduardo Suplicy, para tecer suas considerações, certamente relevantes, importantíssimas para todo o País.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Paulo Paim, Senador pelo Rio Grande do Sul, companheiro do Partido dos Trabalhadores, em primeiro lugar, muito obrigado pelo seu livro **Rufar dos Tambores**, lançado nesses dias, na Feira de Porto Alegre.

Vou lê-lo com muita atenção.

Quero aqui transmitir a afinidade que tenho com os propósitos de V. Ex<sup>a</sup> de estar lutando para que possamos, em breve, neste País, ter todas as pessoas participando, como gostava de dizer Martin Luther King Junior, da mesa da fraternidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, se me permitir, também vou ler com muito carinho a última versão da **Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento**, que V. Ex<sup>a</sup> me patrocinou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Esse livro, felizmente, já terá a sua segunda edição pela L&PM, livro de bolso. O livro foi editado em março deste ano, com cinco mil exemplares. É com alegria que lhe dou um exemplar.

Gostaria, Senador Paulo Paim, de falar a respeito de um tema que, volta e meia, tem preocupado os brasileiros. Diversas reportagens foram publicadas, recentemente, nos mais diversos jornais, como **O Globo**, **Jornal do Brasil**, **Folha de S. Paulo**, **Correio Braziliense**. Hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo**, em reportagem de Rosa Costa, salienta:

Mais suplentes vão virar senadores, sem um só voto. Pelo menos mais quatro ganharão vaga no Senado, com direito a plano médico vitalício e salário de R\$12,7 mil.

Ela chama atenção para a questão, dizendo:

Excluído das prioridades do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a reforma política, o mecanismo de substituição dos Senadores é uma anomalia que leva para o Congresso Nacional ‘políticos fantasmas’. Os suplentes são escolhidos para atender aos Partidos ou ao próprio candidato ao Senado Federal, o que explica a opção por financiadores de campanha e parentes. Os suplentes têm no cargo as mesmas regalias dos Senadores eleitos.

Primeiro, eu gostaria de dizer do respeito que tenho tido para com qualquer Senador, tanto titular quanto suplente, quando aqui chega. A cada um dos Senadores suplentes, sempre procurei transmitir o respeito que eu estaria tendo para com o titular, sobretudo porque se trata da representação constitucionalmente existente. Quando da eleição do Senador, conforme sabemos e segundo reza a Constituição Federal, ao

eleger-se o titular, também são eleitos o primeiro e o segundo suplentes, que são objetos de deliberação e aprovação pela coligação ou pela convenção dos respectivos Partidos que apóiam a candidatura do Senador. No entanto, durante a campanha eleitoral, normalmente, não se menciona – pelo menos não com a devida freqüência – o nome dos respectivos suplentes. Ao longo desta campanha, eu tive sempre a preocupação de citar quais são os meus suplentes. Meu primeiro suplente é o Professor Carlos Ramiro, o Professor Carlão, Presidente da Apeoesp; o segundo suplente é o Luiz, professor da PUC de Campinas. Por serem professores, eles fortalecem a minha candidatura no que diz respeito ao aspecto de preocupação com a educação.

Mas já em meu primeiro mandato, quando fui eleito 1990, por volta de 1995, apresentei uma proposta de lei para que o primeiro e o segundo suplentes pudessem também ser eleitos por eleição direta. O projeto tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e recebeu parecer favorável do Senador Jefferson Peres, que sugeriu, inclusive, que pudesse haver até quatro nomes, dentre os quais os eleitores escolheriam os primeiros dois para primeiro e segundo suplentes, respectivamente. Essa proposta acabou não sendo aprovada, foi arquivada, considerando que esse assunto deveria ser objeto de proposta de emenda à Constituição.

Na proposição de reforma política, o Senador Sérgio Machado preferiu um outro formato que leva em conta também a proposição do Senador Jefferson Péres, autor de uma proposta de emenda à Constituição citada na matéria da Rosa Costa. O texto prevê que o suplente só assumirá o cargo nos impedimentos temporários do titular. Se este morrer ou renunciar, será feita nova eleição para escolher o sucessor. Dessa maneira, no caso de morte ou de o senador ser eleito para outro cargo, num período máximo de dois anos, seja para prefeitos e vereadores, seja para deputados, senadores, governadores e presidente, haveria a eleição para preencher o cargo. Essa seria uma alternativa para se minimizar o tempo do suplente nesta Casa.

Entretanto, estou colhendo assinaturas, Presidente Paulo Paim – e gostaria de colher a assinatura do meu colega Senador Delcídio Amaral –, para uma outra proposta de emenda à Constituição que diz:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

1º. O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.46. ....

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes, também eleitos de forma direta, nos termos da lei.

I. Cada partido ou coligação partidária poderá apresentar até três candidatos a suplente de senador.”

Então, como funcionaria?

Na hora de o eleitor escolher o Senador titular, terá até três possíveis nomes, indicados pela coligação ou partido, para ter a opção de escolher o primeiro suplente e o segundo suplente. Dessa maneira, todo e qualquer Senador aqui presente estaria sempre respaldado pelo voto popular. Esse é o propósito.

Esta é a minha justificativa:

No Brasil o suplente de Senador é partidário, e o registro do candidato ao Senado é feito com o de suplente partidário (na verdade, dois). A finalidade da suplência partidária é assegurar a eleição do candidato eleito com o Senador. A suplência, entretanto, é necessária ao equilíbrio do partido.

Na presente proposição, a idéia não é resgatar o instituto da sublegenda, criada na vigência do Decreto-Lei nº 1.541/77 e revogada pela Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. Tal tentativa implicaria infração ao dispositivo constitucional que determina que os Srs. Senadores devem ser eleitos obedecendo ao princípio majoritário. A sublegenda, a nosso ver, traz, na verdade, uma ‘proporcionalização’, deformando o modelo majoritário.

Pela presente proposição, o voto só será considerado válido se o eleitor escolher por sufrágio direto o titular e os dois suplentes entre os candidatos a suplentes apresentados.

O que se pretende é que os suplentes definidos juntamente com os candidatos ao Senado na Convenção Partidária sejam igualmente eleitos pelo povo, como ocorre com os titulares do mandato de Senador. Assim, todos os membros do Senado Federal serão eleitos pelo voto direto.

Na maioria das vezes, o eleitorado desconhece os suplentes dos seus candidatos ao Senado e são surpreendidos quando há afastamento do Senador eleito, permitindo a convocação do suplente para preencher aquela vaga. Desta forma, a representatividade almejada pelos eleitores à época das eleições acaba por ficar distorcida, visto que os suplentes passam a representar um Estado membro, ou Distrito Federal, independentemente da anu-

ência popular. Aliás, muitas vezes o suplente de um determinado Senador pode ser alguém cuja população do Estado que representa não desejava lhe delegar poderes para o representar, tampouco para legislar; e é o instituto da suplência partidária, eleita de forma indireta, que confere ao suplente tais poderes, o que, no nosso entender, excede a soberania popular que rege o processo eleitoral brasileiro.

Cumpre-nos ressaltar que, embora a Constituição Federal determine que cada Senador será eleito com dois suplentes (CF, art. 46, § 3º), não estabelece que a eleição do Senador implica automaticamente a eleição de seus suplentes, contrariamente ao que disciplina expressamente na eleição do Presidente e Vice-Presidente da República (CF, art. 77, § 1º).

A proposição ora apontada ainda é insuficiente para solucionar as distorções existentes em nosso sistema eleitoral, tampouco encerra as discussões que envolvem a representação política e das minorias partidárias, mas acreditamos que irá contribuir para a redução da tendência oligárquica no interior dos partidos políticos e ratificará a soberania popular na escolha de seus representantes.

Essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação desta proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à apreciação dos ilustres membros desta Casa.

Vou pedir à Secretaria da Mesa que encaminhe a proposição ao Senador Delcídio Amaral, a quem a submeto para exame.

Eu gostaria de informar, Senador Delcídio Amaral, que nos preside neste momento, que já começo a coletar assinaturas hoje e obterei mais assinaturas na próxima terça-feira, de maneira a conseguir pelo menos as 27 constitucionalmente necessárias para que seja apresentada à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Suplicy, V. Exª me permite?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Delcídio Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Assinarei com grande satisfação, porque se trata de mais um projeto elaborado por V. Exª, pertinente e compatível com tudo aquilo que esperamos: transparência. Esperamos que sejam representantes que, efetivamente, correspondam à vontade popular, honrando os seus Estados e honrando, mais do que nunca, o Senado Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Assim, eu gostaria de dizer que tive alguns diálogos com o Presidente da República. Sua Excelência manifestou, com relação ao Senado Federal, ao mandato dos Senadores, uma preocupação, qual seja: “será que é realmente próprio oito anos de mandato para os Senadores? Será que não seria melhor que o mandato fosse de quatro anos”?

Bem, quando aqui ingressei, tentei apresentar uma proposta de emenda à Constituição que diminuiria o mandato dos Senadores para quatro anos. No período de 1991 a 1995, não consegui o número de assinaturas necessárias para isso. Quando aqui chegou o Senador Maguito Vilela, ele apresentou uma proposta também com essa intenção, e eu a assinei. Mas, até agora, ela não prosperou.

Porém, creio que devemos, entre os diversos itens da reforma política, dar prioridade à representatividade de cada um dos 81 Senadores com essa proposição de eleição direta dos suplentes de Senadores.

Eu gostaria de sugerir à Mesa do Senado e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que façam tramitar essa proposição, seja a minha proposta de emenda à Constituição, seja aquela que guarda relação com a mesma, de autoria do Senador Jefferson Péres, que já havia dado parecer favorável quando eu a apresentei na forma de projeto de lei. Mas, como uma das objeções era a de que ela deveria ser proposta na forma de emenda à Constituição, desta vez eu a estou apresentando como emenda à Constituição.

Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, quero dar a informação que acabo de saber: faleceu, nos Estados Unidos da América – ele estava hospitalizado –, aos 94 anos, o economista laureado com o Prêmio Nobel, nascido em 1912 no antigo império austro-húngaro, o professor Milton Friedman, que, por muitos anos, foi professor da Universidade de Chicago e também de outras universidades, como a de Columbia. Nos últimos anos, desde a década de 70, ele vinha trabalhando no Instituto Hoover da Universidade de Stanford. Mas ele sempre foi conhecido por ser um dos principais líderes, do ponto de vista intelectual, da escola de Chicago. Milton Friedman tornou-se mundialmente conhecido por suas opiniões muito fortes. Defendeu, por muitos anos, pontos de vista relativos à política monetária e argumentou que o importante era manter a oferta de moedas na economia crescendo ao ritmo do Produto Interno Bruto de cada país, nem mais nem menos, para se conseguir a estabilidade de preços e a contenção da inflação.

Ele não era um adepto tão forte das opiniões de um dos maiores economistas do século XX, que foi



John Maynard Keynes, que teve, por sua vez, um dos seus maiores seguidores na pessoa de outro Prêmio Nobel de Economia, o professor James Tobin, falecido há cerca de três anos, da Universidade de Yale.

No seu livro **Capitalismo e Liberdade**, publicado em 1962, o Professor Milton Friedman procura argumentar que o capitalismo seria o sistema mais consistente com a liberdade do ser humano. O sistema de mercado se tornaria, pelas suas características, o sistema mais eficiente e proporcionaria, ao mesmo tempo, maior rapidez e maior liberdade ao ser humano. Entretanto, ele reconheceu que o sistema de mercado não resolvia, com razoável rapidez e de forma definitiva, o problema da pobreza absoluta. Ele argumentou que se desejássemos enfrentar o problema para valer, o instrumento adequado que menos conflitaria com o sistema de mercado, que menos atrapalharia seu funcionamento, seria justamente um imposto de renda negativo que proveria a toda população a garantia de uma renda mínima.

O interessante é que ele desenvolveu esse conceito em parceria com outros economistas, dentre os quais George Stigler, com quem ele conviveu bastante. Stigler, em 1946, quando desenvolveu um relacionamento de amizade com Friedman, escreveu, numa análise sobre o salário mínimo, que mais eficaz para se atingirem os objetivos do pleno emprego e da erradicação da pobreza do que o salário mínimo seria se instituir um imposto de renda negativo.

Isso foi melhor desenvolvido ainda por Milton Friedman, no capítulo sobre o combate à pobreza, realizado em 1962, no livro **Capitalismo e Liberdade**.

O conceito de imposto de renda negativo, na verdade, foi objeto de uso, pela primeira vez, que se saiba, pelo economista francês Augustin Cournot, em 1838.

Antes mesmo de George Stigler, o economista Abba Lerner, em **Lerner on The Economics of Control**, fez uma proposição em favor de um imposto de renda negativo na forma de uma soma fixa para todos. Em **A Economia do Controle**, em 1944, ele disse:

Onde isso não é suficiente para trazer os resultados requeridos, mesmo quando as taxas tenham se reduzido a zero, taxas negativas podem ser impostas. Isto significa que o governo, ao invés de recolher dinheiro das pessoas, o dá a elas. Isto pode tomar a forma de pagamentos de auxílio, de pensão para os idosos, bônus, e mesmo um dividendo social quando for desejável aumentar o consumo em geral.

Já George Stigler, em 1946, numa análise sobre o salário mínimo, observou:

Há uma grande atração na proposta de que venhamos a estender o imposto de renda às pessoas nas faixas de renda mais baixa com taxas negativas

nessas faixas. Esse esquema poderia alcançar igualdade de tratamento com o que parece ser um mínimo de máquina administrativa.

O interessante é que o Professor James Tobin, da Universidade de Yale, de maneira independente de Milton Friedman, também, nos anos 60, elaborou a proposta de um imposto de renda negativo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, numa homenagem ao Professor Milton Friedman, de transcrever para os Anais do Senado Federal o diálogo que mantive com ele, de 2000 para 2001, quando eu preparava o livro **Renda de Cidadania, a saída é pela porta**. Naquele diálogo, eu pergunto a ele sobre a origem da proposta da garantia de renda mínima para todos.

Aí ele expressa como desenvolveu essa proposta.

A certa altura, pergunto-lhe como ele avalia a proposição de uma renda básica ou renda do cidadão, que seria incondicional para todos, em comparação com a de um imposto de renda negativo. A resposta dele foi a seguinte:

Uma renda básica ou renda do cidadão não é uma alternativa ao imposto de renda negativo. É simplesmente uma outra forma de se introduzir um imposto de renda negativo se for acompanhado de um imposto de renda positivo sem isenção. Uma renda mínima de mil unidades com uma porcentagem de 20% sobre a renda ganha é equivalente a um imposto de renda negativo com isenção de 5.000 unidades e uma porcentagem de 20% abaixo e acima de 5.000 unidades.

Segundo um comentário do Professor Philippe Van Parijs, que é, possivelmente, a maior autoridade sobre esse tema – na minha avaliação, é, de fato, a maior autoridade no assunto:

Esta é uma afirmação muito clara da equivalência formal entre os dois esquemas, o que sugere que Friedman é a favor tanto de uma proposta como da outra, mas também que ele se mantém insensível, tal como os economistas usualmente o são (com Tobin sendo uma exceção maior) com respeito à diferença que faz para aqueles que recebem uma renda baixa e irregular, se a renda básica é paga a todos previamente, ou na forma de crédito fiscal, portanto posteriormente.

Ou seja, Philippe Van Parijs observa a grande vantagem da renda básica incondicional, que foi justamente a proposta que aqui abracei, felizmente aprovada pelo Congresso Nacional e já sancionada pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, pedi para preparar formalmente o requerimento de pesar pelo falecimento do Professor Milton Friedman.

Porém, como ele ainda não ficou pronto, eu o formalizarei na próxima semana.

Agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Delcídio Amaral.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**2. DIÁLOGO COM MILTON FRIEDMAN**

*Há pessoas que têm resistência à renda mínima, dizendo se tratar de uma proposta neo-liberal, pelo fato de Milton Friedman ter contribuído para conceituar e popularizar o Imposto de Renda Negativo (IRN). Ser contra a renda mínima só porque Friedman a defendeu é como ser contra o imposto de renda só porque países capitalistas o aplicam. É não se dar conta de que Karl Marx, como já destaquei, previu que numa sociedade mais amadurecida os seres humanos irão se portar de maneira a assegurar a todos o suficiente para as suas necessidades. É desconsiderar que Oskar Lange, em A teoria econômica do socialismo, e Abba Lerner, em A economia do controle, economistas de esquerda que interagiram com Friedman, haviam anteriormente defendido a mesma proposição.*

*Com o propósito de obter informações sobre o desenvolvimento da idéia de uma renda mínima garantida, para serem incluídas neste livro, enviei uma carta em março de 2000 ao professor Milton Friedman, que tinha à época 87 anos e se encontrava na Universidade de Stanford.*

*Friedman recebeu o Prêmio Nobel de Economia de 1976 da Academia Real de Ciências da Suécia "por sua contribuição para a análise do consumo, da história e da teoria monetária, e por sua demonstração sobre a complexidade da política de estabilização". Em seu livro Capitalismo e liberdade, publicado pela Universidade de Chicago, em 1962, Friedman argumenta que o capitalismo seria o sistema econômico mais dinâmico e mais compatível com a liberdade do ser humano<sup>67</sup>. Reconhece, entretanto, que acaba por gerar significativas diferenças de renda e riqueza. Argumenta que, para se resolver o problema da pobreza, o melhor e mais eficiente instrumento é o imposto de renda negativo, pois justamente atuaria de maneira a não prejudicar o funcionamento do mercado, ao mesmo tempo que garantiria uma renda a todas as pessoas.*

67 Milton Friedman causou muitos protestos, inclusive em Estocolmo quando foi receber o Prêmio Nobel, por ter, em 1975, a convite do Banco Hipotecário, privado, visitado o Chile por seis dias durante o governo do general Augusto Pinochet. Na ocasião fez palestras na Universidade do Chile, colocou suas restrições à falta de liberdade e fez recomendações sobre como conduzir uma plano de estabilização ao governo. Havia uma contradição na sua argumentação de que o capitalismo era o sistema mais compatível com a liberdade e o fato de o Chile estar assegurando sua vigência por meio da ditadura militar. Friedman argumentou em suas Memórias que também fez visitas à União Soviética, à República Popular da China e a outros países governados por partidos comunistas, aos quais fez recomendações semelhantes às que deu ao governo chileno. Disse à época que esperava para breve a volta da democracia no Chile.



*Em resposta às minhas perguntas, enviadas em 11 de abril de 2000, Friedman observa que a idéia de um imposto de renda negativo “já estava no ar e não era completamente nova”, quando ele escreveu a respeito.*

*A evidência de que ele conhecia pelo menos parte da literatura anterior está, por exemplo, na resenha que publicou em 1947, no Journal of Political Economy, sobre o livro de Abba Lerner, Lerner on The Economics of Control, ao mencionar: “A distribuição primária aos indivíduos para o uso de seus recursos pode ser modificada por um ‘dividendo social’ e por um imposto de renda”. Nas páginas 310-311 de seu livro A economia do controle, Lerner diz:*

*“Onde isso não é suficiente para trazer os resultados requeridos, mesmo quando as taxas tenham se reduzido a zero, taxas negativas podem ser impostas. Isto significa que o governo, ao invés de recolher dinheiro das pessoas, o dá a elas. Isto pode tomar a forma de pagamentos de auxílio, de pensão para os idosos, bônus, e mesmo um dividendo social quando for desejável aumentar o consumo em geral.”*

*Também está no artigo escrito por outro laureado com o Nobel de Economia, George J. Stigler, seu colega em Chicago, que, em 1946, numa análise sobre o salário mínimo e a melhor maneira de combater o desemprego e a pobreza, observa:*

*“Há uma grande atração na proposta de que venhamos a estender o imposto de renda às pessoas nas faixas de renda mais baixa com taxas negativas nessas faixas. Esse esquema poderia alcançar igualdade de tratamento com o que parece ser um [grande] mínimo de máquina administrativa.”*

*James Tobin, laureado com o Nobel em 1981, relatou-me, em Yale, nos Estados Unidos, que Friedman se recusara a assinar um manifesto, em 1968, no qual 1.200 economistas propugnaram pela instituição de uma garantia de renda para todos os americanos. Friedman explicou-me que não gosta de assinar manifestos. Embora o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (EITC), instituído desde 1975, tenha contribuído para combater a pobreza e, de alguma forma, aumentar o nível de emprego, Friedman considera que o imposto de renda negativo mais completo, como ele apresentou, teria tido melhores resultados. Considera que a renda básica ou incondicional é uma outra maneira de se instituir o imposto de renda negativo.*

*O EITC confere a todo trabalhador que tenha uma família e uma renda positiva inferior a determinado patamar (US\$ 30 mil anuais, no caso de duas ou mais crianças) o direito de receber uma quantia em dinheiro que lhe permita alcançar uma renda maior e assim superar a sua condição de pobreza. É um imposto de renda negativo incompleto.*

*Friedman não conhece as experiências brasileiras de renda mínima ou Bolsa Escola. Conhece as do México, ainda que lá o "Progressa" tenha se desenvolvido depois que os mexicanos, segundo o ex-governador Cristovam Buarque me relatou, conheceram o seu projeto desenvolvido no Distrito Federal.*

*O professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, considerou muito importante esse depoimento de Friedman e por isso o publicou na íntegra na BIEN News Flash nº 3, de maio de 2000 (a qual pode ser acessada no endereço: <http://www.etes.ucl.ac.be/BIEN/bien.html>). Pedi a Van Parijs que fizesse comentários sobre as questões 6 e 8, reproduzidos a seguir.*

*Eis a entrevista:*

**SUPLYC:** Considerando que o Sr. e a Sra. Rose Friedman foram bons amigos de George Stigler, conforme mencionam no livro *Two Lucky People. Memoirs* (Duas pessoas de sorte. Memórias), até que ponto o Sr. interagiu com o professor George Stigler sobre seu artigo "The Economics of Minimum Wage Legislation" ("A economia da legislação do salário mínimo"), *American Economic Review* de junho de 1946? Em suas memórias o Sr. fala de sua interação a respeito dos efeitos de tetos para preços e aluguéis, mas nada fala sobre a proposta de imposto de renda negativo formulada naquele artigo, bem como em sua obra de 1962, *Capitalismo e liberdade*.

**FRIEDMAN:** Eu não me recordo se discutimos com George Stigler sobre o item que ele tem em seu "Economics of Minimum Wage Legislation". Considerando que éramos muito ligados um ao outro, acredito que tenhamos falado a respeito, embora não me recorde de tê-lo feito. É claro que a partir da manifestação dele, bem como da minha própria, feita posteriormente, o conceito estava muito no ar e não era uma idéia completamente nova.

**SUPLYC:** Ao propor o imposto de renda negativo como instrumento eficiente e racional para erradicar a pobreza, o Sr. considerou as visões críticas que os economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e, de outro lado, Karl Marx fi-

zaram sobre as diversas formas assumidas pelas Leis de Assistência à Pobreza, desde o século XVI, na Inglaterra e outros países europeus, inclusive o Speenhamland Act?

**FRIEDMAN:** Certamente quando escrevi *Capitalismo e liberdade* havia lido os economistas clássicos aos quais o Sr. se refere e sabia das formas assumidas pelas Leis de Assistência à Pobreza. No entanto, não me recordo de que minhas opiniões tenham sido particularmente influenciadas em qualquer detalhe pelas concepções deles. Eram parte do pano de fundo no qual eu estava operando, mas não especificamente relacionadas a esta questão.

**SUPPLY:** Naquela oportunidade, o Sr. considerou a proposição de Augustin Cournot, de imposto de renda negativo, em sua obra de 1838 *Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses* (Pesquisas sobre os princípios matemáticos da Teoria das Riquezas, Paris, Hachette. Nova edição: Paris, Marcel Riviere, 1938).

**FRIEDMAN:** Não tenho lembranças quanto a ter considerado Cournot.

**SUPPLY:** Até que ponto, ao propor a criação de uma renda garantida por meio de um imposto de renda negativo, o Sr. considerou que esta proposição poderia ter um amplo apoio no espectro político?

**FRIEDMAN:** Em meu livro *Capitalismo e liberdade*, e nas diversas conferências nas quais o assunto foi levantado, eu procurava apresentar o que deveria ser, sem prestar muita atenção no que poderia ser politicamente factível ou não. Nesse sentido, prestei muito pouca atenção quanto ao apoio que a proposta poderia ter. Entretanto, em muitos trabalhos que escrevi posteriormente sobre imposto de renda negativo<sup>68</sup> com certeza estava ciente da capacidade de obter um amplo apoio. De fato, a pessoa que o presidente Kennedy nomeou para dirigir sua equipe de trabalho quanto à distribuição de renda veio a dar apoio ao imposto de renda negativo e, como você provavelmente deve saber da leitura de minhas memórias, o presidente Nixon tentou caminhar naquela direção, mas sem muito sucesso.

**SUPPLY:** Quando James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e 1.200 economistas assinaram um documento solicitando ao Congresso Nacional, durante a Primavera de 1968, "adotar neste

---

<sup>68</sup> Ao final da entrevista há uma lista de trabalhos de Milton Friedman publicados sobre o tema.

ano um sistema de complementação e de garantia de renda", por que, embora convidado, o Sr. preferiu não assinar?

**FRIEDMAN:** No momento, mais de três décadas depois, não tenho nenhuma lembrança específica de qual tenha sido minha razão para recusar assinar este documento em particular. Todavia, em geral, sempre fui relutante em assinar documentos nos quais se coletam assinaturas. Tenho preferido falar por conta própria, de minha maneira, e assinar meu próprio nome. Pode também ocorrer que eu tenha constatado alguma diferença de opinião quanto a palavras em particular no documento em questão.

**SUPLEY:** Embora o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (EITC) <sup>69</sup>, instituído em março de 1975, seja uma forma de imposto de renda negativo parcial, não pude achar sua análise sobre este instrumento em suas *Memórias*. Por esse motivo, eu apreciaria se pudesse comentar se:

a) o Sr. considera que o EITC tem sido uma ferramenta eficiente para contribuir com o propósito de erradicar a pobreza nos Estados Unidos?

**FRIEDMAN:** O EITC contribuiu para erradicar a pobreza nos Estados Unidos. Eu não acredito que tenha sido uma ferramenta extremamente eficiente devido à forma particular pela qual ele se integra ao imposto de renda. Tem dado margem a abusos.

*COMENTÁRIO do Prof. Philippe Van Parijs: "à forma particular pela qual ele se integra...". Presume-se que ele se refere à fase na qual o Crédito Fiscal aumenta. Se o objetivo é o de lutar pela erradicação da pobreza, não parece ser a melhor forma se oferecer o mínimo àqueles com menores ganhos.*

b) Podemos afirmar que o EITC, que tem se expandido de forma significativa desde 1993, contribuiu para que a economia dos Estados Unidos tenha apresentado a menor taxa de desemprego (por volta de 4%) nos últimos 30 anos?

---

<sup>69</sup> O EITC é um programa para as famílias que trabalham e dispõem de alguma renda. À medida que essa renda sobe até um nível de aproximadamente US\$ 6 mil anuais, o crédito aumenta. Para a família com um filho, o crédito é igual a 34% dos primeiros US\$ 6 mil de renda. Depois que essa renda familiar chega a US\$ 12 mil, esse crédito vai-se reduzindo para cada dólar adicional recebido. O crédito é diminuído em termos de US\$ 0,16 por dólar a mais ganho pela família acima daqueles US\$ 12 mil. Para as famílias com mais de um filho o crédito é maior, igual a 40% dos primeiros US\$ 9 mil em renda. O crédito máximo para as que estão na faixa de US\$ 9 mil a 12 mil é de US\$ 3.756. Assim, uma família cujo chefe recebesse um salário mínimo de US\$ 5,15 por hora e conseguisse trabalhar o ano todo receberia algo em torno de US\$ 9 mil e ainda mais US\$ 3.756 de EITC.

**FRIEDMAN:** Eu não acredito que o EITC tenha sido um fator principal para baixar taxas de desemprego. Ele pode ter dado uma pequena contribuição, mas o principal fator que contribui para taxas de desemprego tão baixas tem sido o alto e estável crescimento sem precedentes da economia americana na última década.

**COMENTÁRIO** do Prof. Van Parijs: *Isto me parece correto. Ele não está negando que o EITC tenha possibilitado atingir um melhor trade off quanto à pobreza e ao desemprego, mas ele acredita que o desemprego dificilmente seria menor, embora com maior pobreza, na falta do EITC. A taxa de crescimento pode ser uma influência mais forte nas taxas de desemprego involuntárias, e muito mais nas taxas de desemprego, do que qualquer reforma no modo como a renda seja distribuída (EITC, IRN, RB etc.). O objetivo de tais reformas é o de melhorar o trade off entre desemprego/pobreza por meio de períodos de alto e baixo crescimento e fazer com que nossas esperanças de lutar contra a exclusão sejam menos dependentes de um crescimento rápido e sem precedentes.*

c) O projeto de imposto de renda negativo integral, tal como o Sr. propõe em *Capitalismo e liberdade*, ou introduzido pelo Programa de Assistência à Família, seria mais eficiente para o propósito de erradicar a pobreza?

**FRIEDMAN:** Eu não tenho dúvida de que a proposta de imposto de renda negativo integral que propus em *Capitalismo e liberdade* teria sido mais eficiente para o propósito de erradicar a pobreza. Quanto ao Programa de Assistência à Família, ele incorporou tantas versões que se tornou difícil identificá-lo com uma proposta válida. Eu, de início, era a favor, mas mais tarde manifestei-me contra o programa, como o Sr. poderá notar nos itens relacionados nas referências anexas.

**COMENTÁRIO** do Prof. Van Parijs: *A razão da superioridade do IRN neste sentido deve estar relacionado com meu primeiro comentário. Seria muito interessante descobrir exatamente quais os motivos claros apresentados por Friedman para rejeitar a versão final do Programa de Assistência à Família<sup>70</sup>.*

---

70 Em seu livro *Two Lucky People: Memoirs* (1998), Friedman conta que participou da proposta de um imposto de renda negativo desenhada sobretudo por Daniel Patrick Moynihan e apresentada pelo presidente Richard Nixon ao Congresso Nacional americano sob o nome de "Plano de Assistência à Família". Mas ficou desencantado com a ma-



**SUPPLY:** O Sr. está familiarizado com o movimento a favor de uma renda básica, como o defendido pela Rede Européia de Renda Básica (BIEN), uma organização fundada em 1986 para promover a proposição de que todos, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, deveriam ter direito a uma renda modesta e incondicional, suficiente para suprir suas necessidades vitais, tal como um direito de cidadão? O Sr. conhece as contribuições de alguns dos fundadores da BIEN, à qual Herbert Simon e James Tobin se engajaram recentemente, tais como de Philippe Van Parijs (secretário-geral), Guy Standing (presidente), ou os livros sobre *Agathotopia* de James Edward Meade?

**FRIEDMAN:** Eu nada conheço do movimento ao qual o Sr. se refere nesta questão.

**SUPPLY:** Como o Sr. avalia a proposição de uma renda básica ou renda do cidadão comparada com a alternativa de um imposto de renda negativo?

**FRIEDMAN:** Uma renda básica ou renda do cidadão não é uma alternativa ao imposto de renda negativo. É simplesmente uma outra forma de se introduzir um imposto de renda negativo se for acompanhado de um imposto de renda positivo sem isenção. Uma renda mínima de mil unidades com uma porcentagem de 20% sobre a renda ganha é equivalente a um imposto de renda negativo com isenção de 5.000 unidades e uma porcentagem de 20% abaixo e acima de 5.000 unidades.

**COMENTÁRIO** do Prof. Van Parijs: *Esta é uma afirmação muito clara da equivalência formal entre os dois esquemas, o que sugere que Friedman é a favor tanto de uma proposta como da outra, mas também que ele se mantém insensível, tal como os economistas usualmente o são (com Tobin sendo uma exceção maior) com respeito à diferença que faz para aqueles que recebem uma renda baixa e irregular, se a renda básica é paga a todos previamente, ou na forma de crédito fiscal, portanto posteriormente.*

---

neira como o Congresso tratou a questão: "O desenho original teria eliminado os cupons de alimentação e reduzido o montante recebido na margem em 50 centavos para cada dólar adicional ganho. Quando passou pelo Congresso, os cupons de alimentação estavam de volta e cada dólar adicional ganho teria reduzido o montante recebido na margem ao aumentar mais do que 50 centavos. De fato, no estrato final, um beneficiário teria perdido mais do que um dólar para cada dólar adicional ganho, de maneira que 'muitas famílias estariam melhor ganhando menos do que ganhando mais'".

**SUPLEY:** O Fundo Permanente do Alasca está completando 20 anos de distribuição de dividendos a todos os cidadãos que estejam morando no estado há mais de um ano. De acordo com diversos estudos, o fundo tem contribuído para a economia do Alasca apresentar uma taxa de crescimento estável com todos tendo o direito de participar da sua riqueza. É o exemplo prático de que a renda básica pode funcionar. Em 1999, os 600 mil habitantes receberam cada um US\$ 1.679,84. Eu visitei o Alasca em 1995 e percebi que a população era entusiasta do sistema. Não vi pessoas deixando de trabalhar por causa do dividendo. Verifiquei a aplicação de uma proposta muito similar feita por Thomas Paine em *Justiça agrária*, de 1795. Observei na autobiografia de Jay Hammond que o Sr. sugeriu ao governador do Alasca, nos anos 70, dividir toda a receita do petróleo que eles haviam obtido no início do Fundo Permanente do Alasca para a população. Todavia, ele preferiu não pensar somente naquela geração, mas também na geração futura. Como o Sr. avalia a experiência dos dividendos do Fundo Permanente do Alasca? O Sr. a recomendaria para outras nações, cada uma construindo um fundo tendo como base a riqueza da nação de forma a ter uma renda do cidadão para todos?

**FRIEDMAN:** Eu acredito que o Fundo Permanente do Alasca funcione muito bem, mas eu acho que é difícil generalizar para outros estados. A situação do Alasca é um caso muito especial. O problema se originou porque estava claro que o Alasca iria ter uma receita muito alta que seria temporária e não permanente. A redução daquela receita está surgindo agora, e os problemas sobre o que fazer quanto ao Fundo Permanente do Alasca tornam-se urgentes. Naquele instante, a questão era ou dividir a receita extra entre as pessoas ano após ano ou, em vez disso, fazer o que eles realmente fizeram, que foi usar parte considerável dela para suprir gastos governamentais e então acumular o resto em um fundo que iria permitir um dividendo que poderia ser pago a cada indivíduo. Para mim, até o momento, não está claro qual teria sido, em princípio, o melhor. Eu não tenho dúvida de que da forma como foi feito, o Alasca tem um governo maior do que de outro modo teria.

**SUPLEY:** O Sr. está familiarizado com a evolução da proposta de lei para criar uma Renda Mínima Garantida, por meio de um IRN, para todos os residentes no Brasil com 25 anos ou mais, com renda inferior a aproximadamente R\$ 400 por mês, apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, aprovada pelo Senado em 1991,

mas ainda aguardando votação pela Câmara dos Deputados, e do ocorrido a respeito durante os anos 90 no Brasil? Houve muitas iniciativas localizadas oferecendo um complemento de renda às famílias pobres de forma que suas crianças pudessem freqüentar uma escola em vez de trabalhar muito jovens. Com base nos resultados positivos destas experiências, programas de renda mínima ligados à educação ou programas de bolsa escola, uma nova lei foi aprovada em 1997 autorizando o governo federal a financiar em 50% os custos dos municípios que criaram programas com aquele objetivo, embora com valores muito modestos. O Sr. teria elementos para avaliar este procedimento *vis à vis* as alternativas de renda básica ou de um imposto de renda negativo?

**FRIEDMAN:** Eu não estava ciente da evolução desta proposta durante os anos 90 no Brasil. Com respeito à iniciativa local à qual o Sr. se refere, um programa similar foi criado no México para uma seção específica do país onde o governo está pagando às famílias um complemento se as crianças forem para a escola em vez de irem trabalhar. Uma renda mínima ou um imposto de renda negativo é uma medida muito mais ampla para assegurar um nível básico de vida. Entretanto, a destinação de fundos para subsidiar escola às crianças tem muito mais precedentes no comportamento atual dos vários países. Eu acredito que o governo brasileiro já financie a educação e isto pode ser visto como parte daquilo. Como você sabe pela leitura de meu livro *Capitalismo e liberdade*, não sou favorável somente a um imposto de renda negativo, também sou favorável a que, caso o governo decida financiar a educação, deveria fazê-lo então mediante cupons aos pais em vez de optar pela administração de escolas. Eu não tenho escrito ou produzido qualquer trabalho sobre imposto de renda negativo nos últimos anos, assim não estou familiarizado com os recentes desdobramentos com relação ao assunto. Espero que alguns destes comentários sejam de alguma ajuda ao senhor.

Segue a relação dos textos escritos por Milton Friedman sobre o imposto de renda negativo, por ele enviada:

*Transfer Payments and the Social Security System.* The Conference Board Record, September 1965, p. 7-10.

- "Mr. Friedman's Negative Tax". *Wall Street Journal*, February 15, 1966.
- "A Tax-Based Subsidy for the Poor?" *OutLook*, April 1966, p. 13-14.
- "The Case for the Negative Income Tax". *National Review*, March 7, 1967, p. 239-41.
- "The Case for the Negative Income Tax", p. 202-19 in: MELVIN R. LAIRD (ed.) *Republican Papers*, Garden City, New York: Anchor Books, 1968.
- "Negative Income Tax-I". *Newsweek*, September 16, 1968.
- "Negative Income Tax-II". *Newsweek*, October 7, 1968.
- "Welfare: Back to the Drawing Board". *Newsweek*, May 18, 1970.
- "Welfare Reform Again". *Newsweek*, September 7, 1970.
- Capitalism and Freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1962 (reissued 1982), p. 191-94.
- (With Rose D. Friedman) *Free to Choose*. New York and San Diego, Harcourt Brace Jovanovich, 1980, p. 97, 120-23, 124, 125-26.
- (With Rose D. Friedman) *Two Lucky People - Memoirs*. Chicago and London, The University Chicago Press, 1998.



*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental, meu caro Senador Eduardo Suplicy.

Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Arthur Virgílio, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca e Almeida Lima enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula reelegeu-se, toma posse no dia 1º de janeiro, mas seu novo mandato, ainda não iniciado, já tem ao redor as mesmas olas (ô) de petistas do chamado Baixo PT.

Essa parcela do PT gente que pode botar o novo Governo a se perder, salvo se fizerem menos onda e desde que arquivem principalmente seus arroubos nada democráticos, como essa idéia de implantar no Brasil o controle sobre a liberdade de expressão.

O próprio Presidente Lula mantém a postura, para ele habitual, de quem não sabe exatamente o que pretende. Acha que pode tudo. Ele precisa provar que respeita o Congresso, a oposição e as liberdades no País.

Nesses primeiros dias após as eleições, Lula já começou fazendo três coisas graves. Seu partido agrediu jornalistas na porta do Palácio da Alvorada, a Polícia Federal está fazendo coação aos jornalistas da *Veja* e o PT está tentando livrar a quadrilha dos sanguessugas.

Não bastassem as manifestações de hostilidades com que militantes do partido do Presidente, no seu linguajar chulo e surrado, agrediram os jornalistas que faziam a cobertura do retorno de Lula a Brasília, no dia 30, os do Baixo PT retiraram do baú o já condenado e sinistro plano de desconcentrar a mídia. Desconcentrar o quê?

Segundo o noticiário, a intenção desses militantes do lado de lá do PT seria democratizar os meios de comunicação. Só que esse é verbo que não combina com PT, principalmente essa parcela que já vai ganhando dicionário: o Baixo PT.

No Aurélio e no Houaiss já está incorporado o verbete *Petista*, como substantivo e como adjetivo. Em

breve, vai ganhar, em ambos os dicionários uma nova acepção, como adjetivo:

Petista. 3

Adj. 2 g.: Partidário ou simpatizante do PT que segue a linha antidemocrática.

Antidemocrática, mesmo. Com suas olas irresponsáveis e desmedidas, querem virar o barco e dizem que vão propor mudanças legais para dar aos meios de comunicação equilíbrio e proporção.

O documento que está pronto para ser levado ao Planalto é um pouco mais atenuado que a versão anterior, condenada pela opinião pública do Brasil.

Mesmo assim, diz o noticiário, prometem os do Baixo PT “medidas rigorosas para regulamentar e descentralizar a mídia.

Com as exclusões, o texto do “documento” ficou com 13 páginas e já não sugere a criação de uma inexplicada Secretaria de Democratização das Comunicações, vinculada à Presidência da República.

Menciona, porém, o recadastramento das concessões de rádio e TV. E insiste no que eles entendem por democratizar os meios de comunicação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a ameaça às liberdades fundamentais e, portanto, à democracia, é real. Ao longo dos quatro anos perdidos do primeiro Governo Lula, não foram poucas as manifestações dele e seus seguidores, contrárias à democracia.

Não aceitamos retrocessos. A democracia brasileira foi por nós todos, brasileiros, reconquistada com muito sacrifício.

Essa gente desordeira que hoje prega a supressão das liberdades é parcela do partido do Presidente. E o Presidente nada faz para impedir que eles prossigam perturbando a boa ordem.

O jornal **O Estado de S. Paulo** chamou esses desordeiros de boçais:

(...) esses ‘leões-de-chácara’ que supõem ter direito a fazer a triagem - na base do insulto e da agressão física - dos repórteres que pretendiam entrevistar o recém-reeleito presidente Lula, quando este voltava para o Palácio da Alvorada, não passavam de um bando de boçais, daqueles que sempre envolvem altas autoridades sob o pretexto de ‘protegê-las’ (...)

Mais aspas para o **Estadão**, agora para o episódio de intimidação de jornalistas da **Veja**:

A tentativa de intimidar os três jornalistas da revista *Veja*, no momento em que prestavam depoimento à Polícia Federal (PF), pareceu um claro ‘recado’ enviado àquele veículo de comunicação - e, por tabela, a todos os demais - quanto à possibilidade de testemunhas poderem ser transformadas em ‘suspeitos’, dependendo da contundência crítica das matérias publicadas e da

disposição, dos jornalistas, de revelar ou não as fontes de suas informações.

O grave, nesse sinistro quadro que pode comprometer a liberdade de imprensa, é que não apenas os *boçais petistas* que se manifestam.

Leio trecho do editorial do **Estadão**:

(...) o que justifica o temor de uma ameaça à liberdade de imprensa, por parte de um governo recém-reeleito (que prometeu, aliás, melhorar seu relacionamento com os veículos de comunicação), é o pronunciamento disparatado e fascistóide de quem exerce a função de presidente do Partido dos Trabalhadores e assessor especial do presidente da República - tendo sido o coordenador final de sua campanha eleitoral. E mais, ainda sobre o dirigente petista:

(...) Com efeito, Marco Aurélio Garcia - que vai se tornando a figura mais sinistra do staff presidencial -, depois de uma suave condenação à violência praticada pelos boçais da porta do Alvorada, aproveitou para concitar os jornalistas a fazer uma 'auto-reflexão' sobre 'o papel que tiveram nesta campanha eleitoral', pretendendo, em última instância, que os profissionais e veículos de comunicação se retratem, peçam desculpas pelas críticas que fizeram ao governo e seus 'erros'.

Era só o que faltava? Não!

Prossigo na leitura do **Estadão**:

(...) O atual chefe dos petistas deseja que a imprensa passe a considerar o mensalão uma pura invenção - como se o insuspeito procurador-geral da República (nomeado pelo presidente Lula) não tivesse feito constar em seu relatório, expressamente, que uma sofisticada quadrilha, integrada por membros da cúpula do governo e do PT, agia em plano federal com o objetivo de 'garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores mediante a compra de suporte político de outros partidos'. Quem foi que 'inventou' isso, então?

Pesa também saber que o próprio Lula não é muito de aceitar a liberdade de expressão. Não foram poucas suas manifestações contrárias ao noticiário dos jornais. A Nação sabe disso.

Por último, abro aspas para a mensagem que, de algum ponto do País, me envia o Ertúzio Calazans, chamando a atenção para o diz-que-diz do Presidente Lula.

No primeiro diz, o Presidente insistia em afirmar que de nada sabia, nem da corrupção que a sala vizinha ao seu gabinete patrocinava para favorecer os petistas.

No outro diz, Lula aparece na TV Rede Mulher e disse, confessando, textualmente, o seguinte:

No meu Governo, não teve Era Palocci nem Era Mantega, porque aqui mando eu e os meus auxiliares fazem o que eu mando.

Agora, o principal, a confissão que desmente os diz-que-diz anteriores:

Aspas para Lula na Rede Mulher:

Nada ocorre no meu Governo sem que eu tome conhecimento antecipado.

Aí está. E agora aspas para o Ertúzio Calazans:

Nosso Presidente deixou entender que nada ocorreu ou ocorre no seu Governo.

Mas então porque dizia antes que de nada sabia? E como vão ficar os casos de corrupção no Brasil, ocorridos ao longo do Governo Lula?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nem Lula na praia. Nem Saddam. Nem estrela na moda. Nem confusão nos aeroportos. Nem a certeza de que o Brasil se consolidou como o país do *eu não sabia*. Nada disso. Um jovem brasileiro conquistou o espaço nobre na primeira página do **The New York Times**, o jornal mais influente do mundo. Ele foi o primeiro brasileiro - e o primeiro sul-americano - a conquistar a Maratona de Nova York.

E por falar em imprensa, e para que não digam que a oposição é um espinho na garganta, vale juntar apenas os títulos de algumas notícias desses últimos dias. Uma após a outra, quase formando frases:

No horário, só o Aerolula (Jornal da Comunidade). Lula procura siglas ligadas ao Mensalão (**Folha de S. Paulo**), Governadores se unem para cobrar preço do apoio a Lula (Folha de S. Paulo), O primeiro mandato de Lula foi pífilo...e agora ele tem mais quatro anos, como última chance, para deixar um legado de grandeza (Veja), Preço do gás está defasado, diz Gabrielli, o Presidente da Petrobrás, ao acenar um aumento de preço (**Folha de S. Paulo**), A sociedade reage (Veja, sobre o pouco apreço dos petistas à liberdade de imprensa). Volta a truculência (Folha de S. Paulo, sobre o mesmo tema), Nova Ameaça à imprensa (**O Estado de S. Paulo**, sobre o mesmo tema)). Operação de Guerra tenta evitar caos nos aeroportos (**Correio Braziliense**).

Termino, requerendo que passem a integrar este pronunciamento as matérias anexas, para que, assim, constem dos Anais do Senado da República: Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, outro assunto é para dizer que ao falar da AMA, a Associação de Amigos do Autista do Amazonas, não há como deixar de exaltar, sempre, sua Presidente, Telma Viga Albuquerque. Ela não apenas dirige uma meritória instituição. Telma gosta do que faz e, como os outros

integrantes da direção da AMA, tudo faz pelos autistas do Amazonas.

A AMA existe desde 1997 e sua missão é prestar assistência aos autistas do Amazonas e seus familiares, com orientação, encaminhamento e avaliação. Para tanto, desenvolve atividades diárias nos campos educativo, social e terapêuticos junto aos alunos nela matriculados.

Conheço a entidade. Estive, inclusive, no Centro de Vivência Magnólia, por ela mantido e cujo objetivo é o de ministrar aulas, orientação pedagógica e de saúde. Ali há uma horta e criação de pequenos animais.

É a AMA, pois, uma entidade com alma cuja missão é respeitar os autistas, dando-lhes cidadania

e encaminhando-os, com carinho, numa nobre missão de criar uma sociedade inclusiva.

Lembrei-me da AMA ao ler o boletim informativo por ela publicado. Li e aprendi muito. E, por isso, faço este pronunciamento para que esse extraordinário trabalho divulgado e reconhecido.

Parabéns à Presidente Telma Viga Albuquerque, cumprimentos que estendo a todos os seus companheiros de diretoria

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Anexos. Noticiário e editoriais dos jornais “O Estado de S.Paulo” e “Folha de S.Paulo” e da Revista *Veja*.**

**Nova ameaça à imprensa**

Certamente os petistas que, na segunda feira, se colocaram como 'leões-de-chácara' para fazer a triagem - na base do insulto e da agressão física - dos repórteres que pretendiam entrevistar o recém-reeleito presidente Lula, quando este voltava para o Palácio da Alvorada, não passavam de um bando de boçais, daqueles que sempre envolvem altas autoridades sob o pretexto de 'protegê-las' e muitas vezes externam a truculência ínsita ao próprio temperamento, independentemente de qualquer comando a que tivessem obedecido, neste sentido. É claro que muitos destes poderiam julgar estarem ali defendendo suas sinecuras de 'aspones', visto que, fora da administração aparelhada, talvez tivessem muita dificuldade em manter o padrão do próprio emprego. De qualquer forma, o episódio poderia ser relegado à conta de boçais isolados que, ao tentarem intimidar a imprensa, o máximo que conseguem é ser ridículos.

A tentativa de intimidar os três jornalistas da revista *Veja*, no momento em que prestavam depoimento à Polícia Federal (PF), pareceu um claro 'recado' enviado àquele veículo de comunicação - e, por tabela, a todos os demais - quanto à possibilidade de testemunhas poderem ser transformadas em 'suspeitos', dependendo da contundência crítica das matérias publicadas e da disposição, dos jornalistas, de revelar ou não as fontes de suas informações. O desrespeito à liberdade de informar e opinar - conquista consignada em uma das constituições mais anticensórias do mundo, como a nossa, justamente por termos passado pela férrea censura da ditadura militar - ficou mais do que patente, já pelas ameaças usadas pelo interrogador (quando mandou 'recado' aos editores da revista), pelo tolhimento da participação da advogada dos jornalistas e até pela absurda (e ilegal) recusa em dar aos depoentes cópia do que haviam oficialmente alegado.

De qualquer forma, a vexatória atitude da PF, contra os repórteres Julia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro, por mais que comprometa a instituição policial federal, pode ser atribuída a uma também isolada boçalidade - no caso, a do delegado Moysés Eduardo Pereira. Agora, o que justifica o temor de uma ameaça à liberdade de imprensa, por parte de um governo recém-reeleito (que prometeu, aliás, melhorar seu relacionamento com os veículos de comunicação), é o pronunciamento disparatado e fascistoíde de quem exerce a função de presidente do Partido dos Trabalhadores e assessor especial do presidente da República - tendo sido o coordenador final de sua campanha eleitoral.

Com efeito, Marco Aurélio Garcia - que vai se tornando a figura mais sinistra do staff presidencial -, depois de uma suave condenação à violência praticada pelos boçais da porta do Alvorada, aproveitou para concitar os jornalistas a fazer uma 'auto-reflexão' sobre 'o papel que tiveram nesta campanha eleitoral', pretendendo, em última instância, que os profissionais e veículos de comunicação se retratem, peçam desculpas pelas críticas que fizeram ao governo e seus 'erros'. O atual chefe dos petistas deseja que a imprensa passe a considerar o mensalão uma pura invenção - como se o insuspeito procurador-geral da República (nomeado pelo presidente Lula) não tivesse feito constar em seu relatório, expressamente, que uma sofisticada quadrilha, integrada por membros da cúpula do governo e do PT, agia em plano federal com o objetivo de 'garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores mediante a compra de suporte político de outros partidos'. Quem foi que 'inventou' isso, então?

O pior é que esse tipo de manifestação inequivocamente censória e anti-democrática não pode ser vista como caso isolado, pois há o precedente da tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo do projeto da Fenaj, aprovado por Lula, há o projeto do PT de 'democratizar os meios de comunicação', assim como há, mais recentemente, as declarações do sempre raivoso oligarca de Sobral, Ciro Gomes, sobre a necessidade do governo de 'incentivar' a criação de uma 'imprensa plural'. É claro que a imprensa é (até orgulhosamente) responsável por ter vindo à tona toda essa lama, sobre a qual Marco Aurélio Garcia queria que ela silenciasse. Mas só por má-fé poder-se-ia, no caso em pauta, confundir a origem com o canal de extravasão (da sujeira).



## **Plano do PT quer "desconcentrar" a mídia**

**Programa para "democratizar os meios de comunicação" fala em fazer recadastramento das concessões de rádio e TV do país**

**Documento propõe criar "programa de incentivos legais e econômicos para o desenvolvimento de jornais e revistas independentes"**

**FÁBIO ZANINI**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O PT divulgou ontem, dois dias após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa do presidente para "democratizar os meios de comunicação", que inclui mudanças legais para dar mais "equilíbrio e proporção" a eles.

O texto final, discretamente publicado na página da campanha de Lula na internet, promete medidas "vigorosas" para regulamentar e descentralizar a mídia. A versão preliminar do documento, que a Folha divulgou em 28 de agosto, era algo mais dura.

Desapareceram algumas idéias polêmicas, que causaram incômodo dentro da campanha do presidente pelo radicalismo, de acordo com o que a Folha apurou.

Exemplos do que ficou de fora são a exigência de que outorgas e renovações de concessões de rádio e televisão passem pelo crivo de "conselhos populares" e a proposta de criação de uma Secretaria de Democratização das Comunicações, vinculada à Presidência da República.

Também foi excluído do texto trecho que pedia mudanças no sistema de contratação de agências de publicidade pelo governo, que geralmente fica concentrado nas mãos de poucos marqueteiros.

### Democratização

O documento, intitulado "Comunicação e Democracia", com 13 páginas, mantém a defesa de um "plano vigoroso e específico de democratização da comunicação social no Brasil". Para o PT, "a democratização dos meios de comunicação deve ser entendida como ponto fundamental para o aprofundamento da democracia".

Um dos colaboradores é o professor da USP (Universidade de São Paulo) Bernardo Kucinski, que há anos escreve uma crítica diária da imprensa para o consumo interno do presidente Lula.

O texto é genérico e não entra em detalhes sobre as mudanças, mas dá pistas do que pode ocorrer nos próximos quatro anos.

O presidente se compromete a elaborar uma Lei Geral de Comunicação Eletrônica, com "mecanismos que coíbam a concentração de propriedade [de emissoras de rádio e TV] e de produção de conteúdos e o desequilíbrio concorrencial garantindo, por outro lado, a competitividade, a pluralidade, a diversidade e a concorrência por qualidade dos serviços".

Haveria o recadastramento das concessões de rádio e televisão no país, com o cancelamento das que não estejam "em conformidade com a lei".

Quanto à mídia impressa, o presidente Lula deve criar um "programa de incentivos legais e econômicos para o desenvolvimento de jornais e revistas independentes".

Foi retirada, no entanto, uma expressão da versão preliminar do texto que determinava que esses jornais "não seriam vinculados aos grandes grupos de comunicação".

Os incentivos à mídia independente seriam bancados por bancos oficiais e agências de fomento, que deverão orientar suas políticas para "a expansão, a regionalização e a democratização da comunicação".

#### **Relação problemática**

Durante o primeiro mandato, o presidente teve relação tensa com os meios de comunicação. Deu poucas entrevistas e tomou atitudes como a tentativa de expulsão do país do jornalista Larry Rohter, do "New York Times" -que escreveu uma reportagem sobre um suposto abuso de bebida alcoólica pelo presidente- e de criar um Conselho Federal de Jornalismo, para regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão.

Na campanha à reeleição, o contencioso se agravou. Petistas reclamaram da cobertura da imprensa sobre o escândalo do dossiê, enxergando uma conspiração para derrotar Lula.

Anteontem, jornalistas foram hostilizados por militantes petistas em frente ao Palácio do Alvorada. O presidente interino do PT e coordenador da campanha de Lula, Marco Aurélio Garcia, condenou a agressão, mas pediu que a mídia faça uma "auto-reflexão" sobre seu desempenho.

O texto final também retirou uma parte em que o PT fazia uma autocrítica sobre sua política de comunicação no primeiro mandato e reconhecia fracassos como o CFJ e a tentativa de criar a Ancinav (Agência Nacional do Audiovisual), para regular a produção de cinema e vídeo.

**31/10/2006 - 20h18****Lula defende legitimidade do governo por votação "maciça" e critica oposição**

Da Redação

Em São Paulo

Em pronunciamento em rede de rádio e TV, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a legitimidade de seu novo mandato pela votação "maciça" que obteve, afastando a possibilidade de um terceiro turno.

·Uma votação maciça, como a que tivemos, eu e o meu companheiro José Alencar, dá plena legitimidade ao exercício do poder (...)", disse, logo no início do pronunciamento de cerca de seis minutos.

O presidente Lula criticou a oposição, pedindo "profunda responsabilidade republicana" aos parlamentares e lideranças, para a votação de projetos prioritários, como a reforma política. "Nada vai mudar meus ideais e minhas convicções. Sei que o mesmo ocorre com os meus opositores. É esta diversidade de posições que enriquece a democracia. Mas isso não pode impedir que avancemos nos grandes temas de interesse coletivo", afirmou.

**Presidente do PT diz a jornalistas que "cuidem das redações" e recebe críticas**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA  
DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente interino do PT, Marco Aurélio Garcia, pediu antecorem a jornalistas, em entrevista no comitê central da campanha do presidente Lula, em Brasília, que não interfiram no futuro do partido.

"Cuidem de suas redações que nós cuidamos do PT", declarou, já no final da entrevista, quando a imprensa ainda fazia perguntas a respeito da reorganização da legenda, prometida por uma resolução da Executiva Nacional.

No dia anterior, Garcia havia pedido que a imprensa fizesse uma "auto-reflexão" sobre a cobertura das eleições. Declarou ainda que a mídia devia ao país a explicação de que o mensalão não teria existido.

O presidente petista condenou a hostilização de jornalistas por militantes petistas em frente ao Palácio do Alvorada, quando aguardavam a presença do presidente Lula, na última segunda.



Especialistas em mídia e política e os dois ombudsmans da imprensa impressa brasileira criticaram as declarações. "É não compreender o papel da imprensa, que é perguntar. Como homem público, ele deveria ser mais cauteloso", diz Luiz Gonzaga Motta, coordenador do Nemp (Núcleo de Estudos de Mídia e Política) da UnB.

O ombudsman da Folha e presidente da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Marcelo Beraba, concorda: "É um absurdo total. É obrigação da imprensa tentar levantar informações sobre políticas públicas, sobre os rumos da economia e sobre os nomes que estão em jogo na disputa interna, nos bastidores. É um grave equívoco querer que a imprensa esteja alheia a essa discussão".

Para Plínio Bortolotti, ombudsman do jornal "O Povo", do Ceará, "todo cidadão, com cargo público ou não, tem direito de criticar a imprensa", mas ele declara que Marco Aurélio "se equivocou".

"A imprensa tem o papel de fiscalizador dos poderes. Não é padre que cuida da igreja, jornalista da redação, e governantes do governo", afirma ele.

Para Motta, o governo é inábil para lidar com a imprensa. "Melhorou em relação ao começo do primeiro mandato, mas precisa oferecer o que os jornalistas precisam para trabalhar, que são fontes, acesso a informações e também entrevistas do presidente".

Tanto para o professor da UnB como para o ombudsman de "O Povo", a frase de Marco Aurélio contradiz recentes declarações do presidente Lula, que sinalizou mudança na relação com a imprensa. Há convergência também em apontar o acirramento de ânimos entre parte da imprensa, governo e alguns setores da sociedade.

"A frase é uma reação do PT a um processo de desgaste", diz Alessandra Aldé, pesquisadora do Doxa (Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública, do IUPERJ). "Existe uma tendência de uma cobertura negativa para o governo, para o PT, para o presidente Lula, como mostram os levantamentos do Doxa. A imprensa cumpre seu papel de vigilância do poder público, mas há pouco espaço para a agenda positiva", afirma.

"É a reação de uma campanha vitoriosa. O que que cria o curto-circuito é a sobreposição de papéis. Marco Aurélio fala muito como coordenador de campanha, mas também agora é governo", completa ela.

Para Luiz Gonzaga Motta, o "excesso de visibilidade" dado pela grande imprensa aos escândalos do governo "em relação a outras agendas também importantes" contribuiu para gerar "ressentimento" mútuo.

"A corda está esticada dos dois lados. Os ânimos têm de serenar", afirma Bortolotti.

## **Em nota, ANJ protesta contra intimidação**

DA REDAÇÃO

Leia a seguir a íntegra da nota divulgada pela Associação Nacional de Jornais sobre o caso "Veja".

A Associação Nacional de Jornais protesta com veemência contra a intimidação sofrida por repórteres da revista "Veja" durante depoimento prestado à Polícia Federal para investigação interna sobre o caso da tentativa de uso de um dossiê contra o PSDB antes das eleições. Estranhamente, os repórteres Júlia Dualibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro foram tratados pelo delegado Moysés Eduardo Ferreira como suspeitos e não como testemunhas. Sofreram constrangimentos e ameaças, numa evidente tentativa de intimidar o livre exercício do jornalismo.

É lamentável que uma instituição como a Polícia Federal se preste ao papel de hostilizar jornalistas e um veículo de comunicação em função do trabalho jornalístico por eles praticado. A liberdade de imprensa é um valor maior da democracia.

A Polícia Federal é uma instituição do Estado, a quem cabe servir a toda a sociedade. A ANJ espera que fatos como esse não se repitam e que a Polícia Federal cumpra suas atribuições nos estritos limites da lei, sem o pretender atemorizar profissionais ou empresa jornalística no exercício do legítimo direito e dever de informar os cidadãos.

Júlio César Mesquita

Vice-Presidente da Associação Nacional de Jornais

Ricardo Pedreira

Associação Nacional de Jornais

## GUILHERME ROSEGUINI

### DA REPORTAGEM LOCAL

Último quilômetro da badalada Maratona de Nova York, e Marilson Gomes dos Santos olha diversas vezes para trás.

Procura os quenianos, sempre apontados como favoritos, e parece não acreditar que a tática de se desgarrar do pelotão na metade final da prova o conduzia para um feito inédito.

Usando luvas e proteção na cabeça e nos braços por causa da temperatura -9C, com sensação térmica de 6C-, o brasileiro de 29 anos cruzou a linha de chegada após 2h09min58s. Os africanos não o alcançaram. Nunca um atleta da América do Sul terminara o evento na primeira posição.

"Eu disparei nos 30 km porque haviam muitos atletas juntos. Queria ver se alguém me acompanharia, fiquei esperto, mas ninguém me alcançou", diz o atleta à Folha. Ele arrematou prêmio de R\$ 278 mil.

O queniano Stephen Kiohora acabou em segundo entre os mais de 37 mil corredores. Seu compatriota Paul Tergat, atual campeão do evento e dono do recorde mundial da maratona, completou o pódio.

O tempo do triunfo é mais de um minuto superior à melhor performance de Marilson -2h08min48s, em Chicago-2004-, dois minutos pior que o recorde registrado em Nova York (2h07min43s) e quatro minutos mais lento que o melhor resultado já alcançado na distância (2h04min55s).

Mas o principal mérito da façanha, para seu treinador, não pode ser medido em minutos e segundos. "O importante é que vencemos os quenianos. Ele vai ganhar força para lutar por uma medalha na Olimpíada, nosso objetivo desde que resolvemos mudar tudo", afirma o técnico Aduino Domingues.

A reviravolta ocorreu em 2004. Até então, o brasileiro centrava a carreira em provas de meio-fundo, os 5.000 m e 10.000 m. Apesar de alguns bons resultados, seus tempos eram fracos se comparados aos dos melhores do mundo.

"Decidimos mudar de prova. Arriscamos nas maratonas", recorda Domingues.

Os primeiros resultados foram promissores, mas vieram acompanhados de uma frustração. O brasileiro estreou nos 42,195 km em abril de 2004, na França.

Completo o percurso em sexto, sem alcançar seu principal objetivo, que era a classificação para os Jogos de Atenas. Sua marca não era suficiente para entrar na seleção.

No ano seguinte, Marilson progrediu, deixou o medalhista olímpico Vanderlei Cordeiro de Lima para trás e assumiu o posto de melhor maratonista do país. No Mundial de Helsinque-2005, acabou em décimo. "Desde então, sabíamos que ele poderia conseguir grandes resultados", afirma o técnico.

Mais famoso no Brasil por suas duas vitórias na São Silvestre, em 2003 e 2005, Marilson corria descalço pelas ruas de Brasília até ser descoberto, aos 14 anos. Mudou-se para Santo André logo depois. Franzino, demorou para ganhar o peso e a maturidade necessários para correr provas longas.

Agora, enxerga um futuro promissor. "A cada dia me sinto melhor. Nova York foi só um novo começo para mim."

Brasil

## Nuvens escuras no horizonte

**Repórteres agredidos em Brasília, jornalistas de VEJA constrangidos na PF e petistas graúdos vociferando contra a imprensa. Fatos isolados ou política de governo?**



As relações do governo Lula com a imprensa voltaram a entrar em temperatura crítica. Na segunda-feira da semana passada, munidos da convicção – calculadamente alopada – de que a vitória nas urnas significou uma absolvição dos crimes de corrupção do PT, militantes do partido, com o duplo crachá de funcionários públicos, agrediram jornalistas à entrada do Palácio da Alvorada.

No dia seguinte, a situação adquiriu contornos ainda mais graves: os repórteres de VEJA Julia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro, responsáveis pela apuração de reportagens que mostraram a participação de policiais federais em atos descritos pela revista como "uma operação abafa" no escândalo da compra do dossiê, foram constrangidos nas dependências da Polícia Federal, em São Paulo, pelo delegado Moysés Eduardo Ferreira. Os repórteres haviam sido convocados para prestar esclarecimentos na condição de testemunhas, mas o delegado, utilizando meios ilegais, tentou transformá-los – e, por extensão, a VEJA – em réus. Como se a revista tivesse "fabricado" as reportagens que revelaram os movimentos de um grupo dentro da PF para apagar, no episódio investigado, as impressões digitais de gente ligada diretamente ao Palácio do Planalto.

Diante da arbitrariedade, VEJA divulgou no mesmo dia uma nota em seu site na qual relatou os abusos cometidos pelo delegado Moysés Eduardo Ferreira (*veja a íntegra abaixo*). A reação da sociedade foi imediata e vigorosa. Jornais, colunistas, políticos e entidades de classe protestaram contra as intimidações sofridas pelos repórteres da revista, numa demonstração ao mesmo tempo de solidariedade e indignação diante da ameaça, embutida na atitude do delegado da PF, à liberdade de imprensa (*veja nas págs. 52 e 53*).

Há duas formas de observar ambas as ocorrências – a dos jornalistas agredidos no Alvorada e a dos repórteres de VEJA constrangidos na PF. Na primeira, a mais benigna, pode-se enxergá-las como atos isolados, resultantes do fanatismo partidário e da vingança corporativa, respectivamente. Nesse caso, basta expressar a indignação e exigir a neutralização dos seus protagonistas, a ser encarados apenas na qualidade de agentes patogênicos que envenenam a democracia e aos quais as instituições dispõem de instrumentos para expurgar. O segundo modo de examinar os acontecimentos, no entanto, comporta a inquietação maior de que eles são fruto de uma ação coordenada do governo do PT para controlar jornais, revistas e emissoras de televisão – e, por meio de tal controle, obstaculizar a missão da imprensa de fiscalizar o poder. Antecedentes existem: em 2004, o governo, com o bem estimável apoio de pelegos sindicais e editores a serviço do PT, tentou criar um certo Conselho Federal de Jornalismo, que, a pretexto de coibir erros, significaria na prática a imposição de censura prévia aos meios de comunicação. Antes disso, o Planalto quis expulsar o correspondente do jornal americano *The New York Times* Larry Rohter porque ele registrara o gosto do presidente pelo consumo de bebidas alcoólicas – fato, aliás, que o próprio nunca escondeu de ninguém, mas que de repente adquiriu a proporção de um ataque à honra nacional. Também foram recorrentes, ao longo do primeiro mandato de Lula, as diatribes lançadas contra a imprensa pelo próprio e por assessores seus apanhados em gatunagens.

Quando tudo isso, no entanto, parecia pertencer ao passado, eis que as últimas agressões e arbitrariedades contra jornalistas, não bastasse a sua gravidade intrínseca, ganharam uma moldura preocupante. Ao condenar de forma burocrática o espetáculo promovido por militantes do PT em Brasília, o presidente do partido, Marco Aurélio Garcia, aproveitou a oportunidade para sugerir à imprensa que fizesse uma "auto-reflexão" sobre sua atuação na campanha eleitoral. Ele afirmou ainda que os jornalistas deviam uma informação à sociedade: a de que o esquema do mensalão não existiu. Semelhantes disparates enquadram-se na tradição autoritária da esquerda marxista, da qual Garcia é um inebriado seguidor e que tem como uma de suas estratégias recorrer a eufemismos para perpetrar enormidades. Ao falar em "reflexão", ele na verdade quer dizer "genuflexão". Quando afirma, sem enrubescer, que o esquema do valerioduto não existiu, porque disso não há "evidências", o presidente do PT usa da

mesma artimanha do camarada Stalin, que por várias vezes "reescreveu" a história da então União Soviética, apagando de textos históricos os relatos de fatos que lhe eram negativos e de fotografias as imagens de opositores políticos. Salvo melhor juízo, a imprensa ideal de Garcia é a cubana, que goza de toda a liberdade para elogiar Fidel Castro. O furo jornalístico mais recente da imprensa cubana se deu quando o comandante saiu da operação de um tumor no intestino. O furo não foi sobre a gravidade da doença. Esqueça. O jornal estampou a manchete "Absolvido pela história", reverberando a frase famosa do ditador dita quando sua revolução começou a matar gente indiscriminadamente e isso chamou a atenção do mundo.

Garcia, segundo um alto integrante da cúpula governamental, não passa de "um ideólogo perigoso que precisa ser afastado dos ouvidos do presidente". Mas, para dissipar receios, seria recomendável que o presidente Lula fosse mais enfático na condenação às tentativas de cerceamento à liberdade de imprensa. No caso dos constrangimentos impostos aos repórteres de VEJA pelo delegado da Polícia Federal, ele não se pronunciou publicamente. Pelo relato estampado no jornal *Folha de S. Paulo*, limitou-se a dizer a assessores que era um equívoco "vitimizar" setores da imprensa que julga terem sido "injustos" com ele. Ou seja, é lícito supor que, na visão de Lula, se a inquirição dos repórteres não vitimizasse a imprensa independente do governo, estaria tudo certo.

A acirrar as dúvidas sobre a convicção do atual governo em relação à necessidade de uma imprensa livre, um dos pilares do sistema democrático, levem-se em conta, ainda, as afirmações do ex-ministro Ciro Gomes, aliado de Lula, feitas também na semana passada a um jornalista chapa-branca. De acordo com Gomes, "é preciso incentivar dramaticamente os meios de comunicação alternativos, fortalecer cooperativas de jornalistas". A sintonia do ex-ministro com o programa de "democratização da mídia" do PT é comovente. O tal programa sugere a desconcentração da propriedade de emissoras de rádio e televisão. No que se refere à imprensa escrita, seria preciso criar um "programa de incentivos legais e econômicos para o desenvolvimento de jornais e revistas independentes". A verdade é que, por trás de propósitos aparentemente tão nobres, está a aspiração à criação de um *kolkhoz* jornalístico onde seriam apascentadas dóceis vaquinhas de presépio do governo petista. Por "jornais e revistas independentes", leia-se "publicações submissas ao PT". Quanto à desconcentração da mídia eletrônica – bem, que tal começar pelas emissoras de propriedade dos petistas de ocasião do Norte e do Nordeste?

A liberdade de imprensa tornou ao centro da discussão, o que não é um bom sinal para a democracia brasileira. Menos ainda quando até um chefe de polícia resolve emitir opiniões a respeito, na condição de chefe de polícia. Foi o que se permitiu o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, ao negar os abusos contra os repórteres de VEJA. Ele disse que jornalistas não estão acima da lei. De fato, não estão. Assim como também não estão delegados da PF, Gedimar Passos e Freud Godoy, principais beneficiários da "operação abafa" denunciada por VEJA. É curioso que a Polícia Federal se empenhe tanto nos depoimentos dos jornalistas da revista e seja tão frouxa na investigação desses personagens.

O delegado Moysés Eduardo Ferreira tratou os repórteres de VEJA como suspeitos, não permitiu que eles conversassem com sua advogada e, num ato de flagrante ilegalidade, não deixou que eles saíssem com a cópia de seus depoimentos. A coisa chegou a tal ponto que a procuradora da República Elizabeth Kobayashi, testemunha de tudo, procurou o repórter Marcelo Carneiro e a advogada da Editora Abril, Ana Rita Dutra, antes que eles deixassem as dependências da Polícia Federal. Relata Carneiro: "À nossa saída, já no hall dos elevadores do 9º andar da PF, a procuradora nos abordou e disse: 'Não deixe acontecer no próximo depoimento o que ocorreu hoje aqui. O delegado não podia ter proibido a conversa entre vocês' ". Um dia depois, a procuradora soltou uma nota ambígua, em que, apesar de não desmentir os fatos descritos por VEJA, afirma que, no seu "entendimento pessoal", não havia ocorrido intimidação. Compreende-se o receio de Elizabeth de ter parecido conivente com o delegado Moysés ao não usar de suas prerrogativas institucionais para detê-lo em suas arbitrariedades. Mas, a fim de evitar que nuvens escuras se adensem no horizonte, é preciso que todos se comportem à altura de suas responsabilidades – imprensa, governo, chefes de polícia e procuradores da República.

## **A NOTA OFICIAL DE VEJA**

A pretexto de obter informações para uma investigação interna da corregedoria sobre delitos funcionais de seus agentes e delegados, a Polícia Federal intimou cinco jornalistas de VEJA a prestar depoimento. Eles foram os profissionais responsáveis pela apuração de reportagens que relataram o envolvimento de policiais em atos descritos pela revista como "uma operação abafa" destinada a afastar Freud Godoy, assessor da Presidência da República, da tentativa de compra do dossiê falso que seria usado para incriminar políticos adversários do governo. Três dos cinco jornalistas intimados – Julia Duailibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro – foram ouvidos na tarde de terça-feira pelo delegado Moysés Eduardo Ferreira.

Para surpresa dos repórteres, sua inquirição se deu não na qualidade de testemunhas, mas na de suspeitos. As perguntas giraram em torno da própria revista, que, por sua vez, pareceu aos repórteres ser, ela sim, o objeto da investigação policial. Não houve violência física. O relato dos repórteres e da advogada que os acompanhou deixa claro, no entanto, que foram cometidos abusos, constrangimentos e ameaças em um claro e inaceitável ataque à liberdade de expressão garantida na Constituição.

**1.** Ao tomar o depoimento da repórter Julia Duailibi, o delegado Moysés Eduardo Ferreira indagou os motivos pelos quais ela escrevera "essa falácia". A repórter da VEJA, então, perguntou ao delegado Moysés qual era o sentido de seu depoimento, uma vez que ele já chegara à conclusão antecipada de que as informações publicadas pela revista eram "falácias". Ao ditar esse trecho do depoimento para o escrivão, o delegado atribuiu a palavra à repórter, no que foi logo advertido pela representante do Ministério Público Federal, a procuradora Elizabeth Kobayashi. A procuradora pediu ao delegado que retirasse tal palavra do depoimento porque se tratava de um juízo de valor dele próprio e a repórter nunca admitira que escrevera falácias.

**2.** Embora a jornalista de VEJA estivesse depondo na condição de testemunha em inquérito sem nenhuma relação com a divulgação das fotos do dinheiro do dossiê, o delegado Moysés Eduardo Ferreira a questionou sobre reportagem anterior, assinada por ela, que tratava do tema. O delegado exigiu, então, da repórter que revelasse quem lhe dera um CD com as fotos. A repórter se recusou a revelar sua fonte.

**3.** Durante todo o depoimento da repórter Julia Duailibi, o delegado Moysés Eduardo Ferreira a questionou sobre o

delegado Moysés Eduardo Ferreira a questionou sobre o que ele dizia ser uma operação de VEJA para "fabricar" notícias contra a Polícia Federal. Disse que a matéria fora preconcebida pelos editores da revista e quis saber quem fora o editor responsável pela expressão "operação abafa".

**4.** O delegado afirmou que as acusações contra o diretor-executivo da Superintendência da PF, Severino Alexandre, eram muito graves. E perguntou: "Foi você quem as fez? Como vieram parar aqui?". Referindo-se à duração do depoimento, o delegado Moysés Eduardo Ferreira disse: "Se você ficou duas horas, seu chefe vai ficar quatro".

**5.** Indagada sobre sua participação na matéria, a repórter Camila Pereira disse ter-se limitado a redigir uma arte explicativa, a partir de entrevistas com advogados, sobre como a revelação da origem do dinheiro poderia ameaçar a candidatura e/ou um eventual segundo mandato do presidente Lula. O delegado perguntou quais advogados foram ouvidos. A repórter respondeu que seus nomes haviam sido publicados no próprio quadro. O delegado, então, perguntou se VEJA pagara pela colaboração dos advogados. Diante da resposta negativa, o delegado ditou ao escrevente que a repórter respondera que "normalmente a revista não paga por esse tipo de colaboração". A repórter, então, o corrigiu, dizendo que a revista nunca paga suas fontes.

**6.** Embora os repórteres de VEJA tenham sido convocados como testemunhas, o delegado Moysés Eduardo Ferreira impediu que eles se consultassem com a advogada que os acompanhava, Ana Dutra. Todo e qualquer aparte de Ana Dutra era considerado pelo delegado Ferreira como uma intervenção indevida. Em determinado momento, Ferreira ameaçou transformar a advogada em depoente. Ele também negou aos jornalistas de VEJA o direito a cópias de suas próprias declarações, alegando que tais depoimentos eram sigilosos. A repórter Julia Duailibi foi impedida de conversar com o repórter Marcelo Carneiro.

A estranheza dos fatos é potencializada pela crescente hostilidade ideológica aos meios de comunicação independentes, pelas agressões de militantes pagos pelo governo contra jornalistas em exercício de suas funções e, em especial, pela leniência com que esses fatos foram tratados pelas autoridades. Quando a imprensa se torna alvo de uma força política no exercício do poder, deve-se acender o sinal de alerta de modo que a faísca seja apagada antes que se torne um incêndio. Nunca é demais lembrar: "Pior do que estar submetido à ditadura de uma minoria é estar submetido a uma ditadura da maioria".

## **ARTIGO**

### **Atrasos nos vôos no país do "eu não sabia"**

**MARLI SAMPAIO**

CONTROLES de tráfego aéreo e transporte coletivo são considerados serviços essenciais, nos termos do art.10, V e X da Lei 7.783/89, a lei de greve.

Com a crise nos aeroportos iniciada em 27 de outubro, quando controladores de tráfego aéreo de Brasília decidiram iniciar uma operação-padrão, o comportamento das autoridades responsáveis por esta prestação de serviço essencial deixou o consumidor confuso, atônito e a questionar: Qual era o risco de viajar de avião antes desta a crise? Qual a relação entre a tragédia do vôo 1907 e o caos que se instalou nos aeroportos brasileiros, exatamente após o afastamento de alguns controladores para a investigação?

Se antes da crise havia situação gravíssima com o desempenhar das funções dos controladores de vôo, quero crer que a exposição dos consumidores a riscos de vida e saúde não se iniciou do dia para a noite. O senhor ministro da Defesa afirmou, em rede nacional, que não sabia da gravidade, porque não o informaram. Quem deixou de informar o ministro? Alguém será responsável, no mínimo, por omissão. Mas, como responsabilidade objetiva, o Código de Defesa do Consumidor (lei 8078/90) não considera qualquer elemento da culpa, como ação ou omissão; o que importa para os consumidores é que os fatos ocorridos provocaram danos, e alguém responderá pela reparação.

Se, de fato, estiver ocorrendo "overbooking" por parte das companhias aéreas, é bom lembrar que o Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado com o Procon em 2000, não foi renovado.



Decorre de lei a obrigação das companhias aéreas em prestar serviços eficientes, prestar informações claras, precisas e imediatas aos consumidores, sobre seus vôos, cancelamentos, horário, etc. Também decorre da lei o dever das companhias aéreas, em situações de atraso de partida, escala ou conexão (arts. 230 e 231, lei 7.565/86) endossar bilhete, restituir valor pago, custear despesas com alimentação, hospedagem, e transporte de qualquer espécie (arts. 229, 230 e 231 da Lei 7.565/86).

Quanto à reparação por danos morais e materiais pelos atrasos, o objeto de possível ação é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo -órgão central do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, subordinado ao responsável pelo planejamento, regulamentação, cumprimento de acordos, normas internacionais relativas ao controle do espaço aéreo, bem como operação, atualização, revitalização e manutenção de toda infra-estrutura necessária à comunicação e navegação nacional e internacional no espaço aéreo brasileiro.

Caso a empresa aérea ofereça hospedagem ou locomoção, ao consumidor recomenda-se que se esforce por aceitar, já que a empresa saberá localizá-lo quando a situação se normalizar. Recomenda-se exigir documento por escrito, timbrado, dizendo que naquele horário deixará o aeroporto.

Caso não consiga tal documento, o ticket do estacionamento, de uma lanchonete, o recibo do táxi, ou o documento de entrada e saída do hotel servem como provas da espera e do atraso. Caso haja recusa em receber, peça a duas testemunhas (podem ser outros passageiros) que o recebam, colocando seu nome, RG, telefone e endereço.

Anote também o nome do funcionário e faça sua descrição na carta ou então entregue uma carta em um dos postos da Anac, que são denominados SAC (Seção de Aviação Civil), ou nos postos da Infraero. Na hipótese de terem as companhias aéreas tomado providências de assistência ao consumidor, tais medidas somente servirão para minimizar os danos que efetivamente ocorreram. Como a obrigação de transportar é de resultado, caso sobrevenha dano ao consumidor, a reparação se fará como elemento urgente e necessário, para que se aplique com rigor e efetividade a norma de ordem pública e interesse social que consta no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, que diz: "Os órgãos públicos, por si, ou suas empresas concessionárias, permissionárias ou sob qualquer forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código".

MARLI APARECIDA SAMPAIO, 45, é diretora-executiva da Fundação Procon de São Paulo.

## The New York Times

### Saddam Hussein Is Sentenced to Death

By STEVE BRUMLEY 1:48 PM ET

An Iraqi tribunal today convicted Saddam Hussein of crimes against humanity and sentenced him to death by hanging for the brutal repression of a Shiite town in the 1990s.

• Interactive Feature  
• Reaction: U.S. Iraq  
• Complete Coverage »

Iran Says It Will Consider Talks

### Gomes dos Santos Wins New York Marathon

Brazilian Marlon Gomes dos Santos became the first South American to win the men's marathon, while Jelena Prokopcica defended her New York Marathon title.

#### SPORTS »

New York City Marathon Full coverage of today's race, including multimedia.

• **AUDIO** On the Run at Mile 21  
• **Route Map** | **Where to Watch**

#### N.F.L. Week »

Live coverage and reader discussion at The Fifth Down blog as the Giants play the Texans at the Meadowlands.

## MARILSON GOMES DOS SANTOS

Demorou um pouco, mas a foto do brasileiro que levou a maratona de NY tomou de Saddam a home do "NYT". É "o primeiro sul-americano" a vencer. O blog "+ corrida", na Folha Online, tinha avisado pouco antes que ele podia "incomodar [o] mais galáctico dos elencos galácticos".

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Alckmin e as negociações comerciais”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma análise sobre os programas de governo dos candidatos Alckmin e Lula, no que diz respeito à política externa e à estratégia de negociações comerciais multilaterais. Para Rubens Barbosa, “o programa de Geraldo Alckmin apresenta

importantes correções de rumo e marcadas diferenças em relação às políticas do governo Lula”, que se caracterizaram pela politização dos entendimentos.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **Alckmin e as negociações comerciais**

Rubens Barbosa

A exemplo do que ocorre na política externa, a estratégia de negociações comerciais multilaterais, regionais e bilaterais incluída no programa de governo de Geraldo Alckmin apresenta importantes correções de rumo e marcadas diferenças em relação às políticas do governo Lula.

Desde meados dos anos 1990, o governo brasileiro desenvolve, no setor externo, uma estratégia de negociação comercial que se desdobra simultaneamente em três níveis: multilateral, regional e bilateral. O governo Lula introduziu uma nova ênfase ao privilegiar também negociações com os países que representam mercados não-tradicionais (Sul-Sul), com o objetivo declarado de mudar a geografia comercial do mundo e desviar o eixo do comércio brasileiro dos EUA e da União Européia (UE).

Uma das principais características das negociações comerciais nos últimos quatro anos é a politização dos entendimentos. A concessão do status de economia de mercado à China, a assinatura do acordo de salvaguardas com a Argentina (Mecanismo de Ajuste Competitivo), a assinatura de mais de dez acordos comerciais do Mercosul – irrelevantes do ponto de vista comercial, mas importantes do ângulo da política externa –, a dificuldade para a abertura de questões de defesa comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em favor de empresas brasileiras, o tratamento dado às negociações hemisféricas, a maneira tibia como foi tratada a expropriação das refinarias da Petrobrás pela Bolívia são alguns exemplos dessa politização.

O programa de governo de Lula ressalta que as relações Sul-Sul, com especial ênfase ao relacionamento com os países da África, deverão ser mantidas.

O balanço das negociações comerciais nos últimos quatro anos é bastante negativo. O percentual das exportações brasileiras para os mercados não-tradicionais da África, do Oriente Médio e dos países do Leste Europeu – apesar de todo o esforço diplomático e de promoção comercial dos últimos quatro anos – permaneceu estagnado ou com avanços pouco significativos no contexto geral do comércio exterior brasileiro.

A principal prioridade do governo é a Rodada Multilateral de Doha, que se encontra em

grandes dificuldades para ser concluída de maneira equilibrada e satisfatória para os interesses do agrobusiness e da indústria nacionais.

Os acordos comerciais firmados pelo Mercosul produziram muito pouco resultado para o Brasil, visto que o surto das exportações brasileiras é resultado basicamente do crescimento da economia mundial, em especial dos EUA e da China, e do aumento recorde dos preços das commodities.

O Mercosul está praticamente paralisado do ponto de vista institucional e a integração da América do Sul enfrenta grandes desafios. O acordo do Mercosul com o Grupo Andino é pouco profundo e gera reduzida ampliação de mercado. Os entendimentos entre o Mercosul e a UE caminham lentamente, não se prevendo a conclusão do acordo de comércio antes da conclusão da Rodada de Doha. As negociações no âmbito da Alca estão suspensas, com poucas possibilidades de serem retomadas por desinteresse do Brasil e, sobretudo, agora, dos EUA.

Essas são algumas das considerações gerais que fundamentam a proposta de uma nova estratégia de negociação comercial registrada no programa de governo de Alckmin. As negociações comerciais, segundo se lê, serão dirigidas de forma pragmática, deixando de lado a retórica e a politização, com vista a defender os legítimos interesses das empresas e, portanto, dos trabalhadores brasileiros.

A revisão, em parceria com o setor privado, da estratégia de negociação comercial deverá concentrar-se, em especial, nas seguintes ações:

- Contribuir para o avanço e a conclusão das negociações multilaterais da Rodada de Doha, em bases equilibradas;
- concluir as negociações do acordo bilateral Mercosul-UE;
- promover ampla reflexão sobre o Mercosul e, se for o caso, o reexame do seu funcionamento, com vista a defender o interesse nacional;
- em termos de negociação hemisférica, atuar pela retoma-

da das negociações, reconhecendo a dificuldade de levar adiante a proposta de criação da Alca, nos termos em que está apresentada hoje;

- intensificar as relações com os centros mais dinâmicos da economia global. Restabelecer a prioridade das relações com os países desenvolvidos. Nesse contexto serão buscadas formas de ampliar o relacionamento bilateral com a UE, o Japão e os EUA, resguardando sempre as possíveis convergências e a defesa de nossos interesses, em especial na área econômica e comercial;

- propor o aprofundamento dos acordos bilaterais de comércio com todos os países mem-

### **Serão dirigidas de forma pragmática, deixando retórica e politização de lado**

bro da Aladi;

- explorar mercados não-tradicionais e a ampliação do comércio com os países em desenvolvimento (comércio Sul-Sul), tendo presente que essa estratégia deve ser complementar ao esforço de maior aproximação dos mercados maiores;

- criar iniciativas mais agressivas para melhor aproveitar as oportunidades de exportação para a China e defender de forma mais eficiente os setores industriais brasileiros ameaçados pela competição nem sempre leal das empresas chinesas.

Para apoiar a nova estratégia, o programa prevê o fortalecimento da promoção comercial com a atuação integrada da Apex com empresas e representações diplomáticas no exterior.

No tocante ao processo decisório na área de comércio exterior, para reduzir a burocracia (23 Ministérios e 10 agências, como Banco Central e Receita Federal) e levar adiante a nova estratégia de negociação comercial, o programa de governo de Alckmin se refere à necessidade da consolidação dos cerca de 3.900 atos normativos e do fortalecimento e da desburocratização da Camex, órgão colegiado responsável pela coordenação governamental das ações no setor externo.■

Rubens Barbosa, consultor, foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “FHC acusa governo Lula de usar estatais para fins políticos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de outubro do corrente.

A matéria reproduz o conteúdo de entrevista concedida à rádio CBN pelo ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e traz as declarações do ex-presidente sobre diversas questões que permeiam o atual momento eleitoral. Entre essas declarações, des-

tacam-se a de que o PSDB não tem planos de privatizar instituições como o Banco do Brasil e a Petrobras e a acusação de que o governo Lula usa politicamente e para fins ilícitos essas empresas.

Sr. Presidente para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Eleições 2006

# FHC acusa governo Lula de usar estatais para fins políticos

Ex-presidente diz que Petrobrás e BB devem ser empresas públicas e nega que PSDB tenha planos de privatizar

Ricardo Brandt

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso acusou o governo Lula de usar politicamente e para fins ilícitos as empresas estatais, como a Petrobrás e o Banco do Brasil, em entrevista que deu ontem à Rádio CBN. “A Petrobrás tem de ser uma empresa pública. Não como está sendo usada, para fins políticos. Vai ver para quem eles (Petrobrás) dão publicidade. O Banco do Brasil deve ser uma empresa pública. Não para o valerioduto”, atacou o ex-presidente.

Ele negou qualquer plano tucano de privatização da Petrobrás. “Ninguém vai privatizar a Petrobrás. Eu disse isso quando foi feita a lei (quebrando o monopólio estatal no País). Eu mandei uma carta ao Senado. Eu não, sou contrário à privatização da Petrobrás”, explicou.

A afirmação do ex-presidente, no entanto, foi interpretada como uma posição favorável à venda da Petrobrás e acabou sendo corrigida por ele mesmo, por meio de nota, horas depois.

### DINHEIRO DAS PRIVATIZAÇÕES

Um presidente da República que ainda pergunta isso, não pode ser presidente. Porque está na mão dele para onde foi o dinheiro. Ele sabe onde foi. Foi para diminuir as dívidas do Brasil, só isso. Está lá, ele sabe que todo o dinheiro foi para o

Tesouro. Todo mundo pode perguntar, mas ele não, porque ele é o dono do Tesouro. Sabe onde foi, está escrito. E, se não foi, deveria ter processado todo mundo.

### PRECONCEITO TUCANO

(Lula) está fazendo uma demagogia que o presidente não devia se permitir. Ele é presidente, tem carreira política e devia ter responsabilidade moral para não dizer uma verdade dessa. Isso é acirrar uma visão equivocada e marcar o preconceito. É o mesmo que faziam com ele no passado e eu não deixava. Quando diziam “quem não tem curso superior não pode governar o Brasil”, eu fui o primeiro a dizer “isso não é verdade”. O mesmo preconceito, agora, ele faz ao contrário jogando contra os tucanos. É lamentável.

### PSDB DOS RICOS

A votação até agora de Lula foi mais forte nas regiões do País onde o Estado é mais necessário. Onde o Estado é menos necessário, a mais forte foi do PSDB e de outros partidos. Então ricos e pobres votaram no PSDB, como ricos e pobres votaram no Lula. A oligarquia brasileira no Norte e no Nordeste votou no Lula. Isso é pobre? Essa análise é superficial. Rico no Brasil é muito pouco. Partido

### A NOTA DE FHC

Um cacete de linguagem, de minha parte, e uma transcrição imprecisa da entrevista que dei à Rádio CBN deram origem a um mal-entendido sobre minha posição quanto ao controle da Petrobrás e do Banco do Brasil. Minha posição é clara: estas empresas devem ser públicas. Ao contrário do que vem ocorrendo no governo atual, que as utiliza para fins privados, no interesse de grupos e partidos políticos. Perguntado sobre a onda de desinformação e terrorismo eleitoral em torno do assunto das privatizações, declarei textualmente: “isto é demagogia. Ninguém

vai privatizar a Petrobrás. Eu disse isso quando foi feita a lei (que flexibilizou o monopólio estatal no setor). Eu mandei uma carta ao Senado. Eu não (e aqui caberia a vírgula ou o ponto e vírgula que ficou faltando para dar sentido à frase), sou contrário à privatização da Petrobrás. Ela deve ser outra coisa: uma empresa pública. E não ser utilizada para fins políticos.” Sobre o sentido de minha declaração, não cabe dúvida. Dúvida, aí sim, pesa sobre honestidade, inclusive intelectual, daqueles que fazem do vale-tudo um método de luta política. ●

que vai representar rico não existe, desaparece. Partido tem de representar não só uma classe, mas sim o que fazer com o futuro de todas as classes.

### DOSSIÊ

São pessoas muito próximas do presidente. Tem de explicar de onde vem o dinheiro, quem deu a ordem. Para mim não é só uma questão eleitoral, é muito mais grave do que isso. O presidente não pode só dizer: “São uns meninos aloprados”. Mas, se são aloprados, qual a punição para eles e quem deu a ordem. São todos homens dele (Lula). Por que ele não chama todos e pergunta quem mandou fazer

isso e de onde é que vem esse dinheiro? Enquanto isso não for esclarecido, (o assunto) não se esgotou. Pode não dar voto, mas não é sobre esse eleitoralismo que estou me referindo, é de algo muito mais sério.

### OPERAÇÃO ABAFA

Não estou acompanhando isso de perto e não quero ser leviano. Eu acho que a polícia que tem demonstrado tanta eficiência e tanta rapidez devia mostrar que não existe (operação abafa), dando nomes aos bois. Não é possível que a esta altura, um mês depois, não se tenha descoberto qual é o caminho do dinheiro. Mas o ônus da prova

não é de quem está dizendo que existe a manipulação, mas sim de quem pode dizer que não houve e quem é o responsável.

### SÍMBOLO ASSASSINADO

Eu o vi de perto como um líder renovado, que mudou as práticas sindicais, que fez greve durante o autoritarismo, que inovou o modo de fazer protesto, que nasceu contra tudo que havia de podre no sindicalismo. E depois se transforma num político como outro qualquer. É uma perda histórica. O presidente Lula está assassinando o símbolo que ele representa pela sua incapacidade de entender seu momento de grandeza na história, que não era só de ganhar a eleição. Você pode ganhar a eleição de mil maneiras, mas ganhar a eleição se igualando ao que havia de mais atrasado na política brasileira... Eu não acho que esse é o caminho para alguém que tinha outras possibilidades, porque ele tem.

### PT EMPRESA

Tinhamos um partido organizado à moda antiga, que era o PT. Mas o PT virou quase uma empresa, se organizou, se burocratizou, contratou gente e deu no que deu. Precisava de dinheiro, acabaram arrumando de maneira escusa, através do lixo, do transporte coletivo e chegaram no governo federal. ●



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Preso por negociar dossiê diz que dinheiro veio do PT”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 17 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o PT é uma revista pagaria por supostas evidências contra Serra, segundo o advogado Gedimar Pereira Passos, preso com R\$ 1,7 milhão de reais em quarto de hotel em São Paulo.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Preso por negociar dossiê diz que dinheiro veio do PT

Partido e revista pagariam por supostas evidências contra Serra, afirma advogado

**Gedimar Pereira Passos não revelou à Polícia Federal nome de petista de quem teria recebido parte dos recursos com que foi detido**

HUDSON CORRÊA  
DA AGENCIA FOLHA, EM CUIABÁ (MT)

O advogado Gedimar Pereira Passos —que foi preso antontem em São Paulo, onde receberia um dossiê contra o candidato a governador pelo PSDB, José Serra— disse à Polícia Federal que recebeu de um representante da Executiva do PT de São Paulo, cujo nome ele disse não saber, o dinheiro para comprar o material.

Outra parte do dinheiro veio, segundo Passos, de uma revista cujo nome ele não soube dizer, e que pagaria pela exclusividade de uma reportagem.

O dossiê —uma fita de vídeo, um DVD e seis fotos— foi enviado pelo empresário Luiz Antonio Trevisan Vedoin, apontado como chefe da máfia dos sanguessugas. Por conta do negócio, Vedoin foi preso antontem. A Justiça Federal determinou a prisão alegando que Vedoin ocultava provas e chantageava pessoas envolvidas com a máfia dos sanguessugas.

O material mostra Serra em maio de 2001, então ministro da Saúde, participando da entrega de 41 ambulâncias em Cuiabá (MT). Esses veículos, pagos com verbas federais, foram vendidos a municípios pela máfia dos sanguessugas.

Há ainda uma foto, sem data, em que o candidato a presidente pelo PSDB, Geraldo Alckmin, aparece cumprimentando uma pessoa identificada pela PF como Sinomar Martins Camargo, representante da empresa Santa Maria, que pertence

cia aos sanguessugas e fornecia ambulâncias. Serra e Alckmin negam envolvimento com os sanguessugas e falam de armação eleitoral.

Com Passos, foram apreendidos, segundo a PF, US\$ 139 mil e R\$ 410 mil em dinheiro. O empresário Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT de Mato Grosso, também foi preso. Ele, que era o outro comprador, estava com US\$ 109 mil e mais R\$ 758 mil.

Ontem a PF prendeu Paulo Roberto Trevisan, tio de Vedoin, após a Justiça decretar sua prisão. Antontem, a PF havia dito que ele era primo de Vedoin. Trevisan, encarregado de levar o dossiê a São Paulo, foi detido quando embarcaria de Cuiabá para a capital paulista, na quinta-feira à noite, e liberado depois. No aeroporto de Congonhas (SP), seria recebido por Valdebran e Passos. O dinheiro estava em um hotel.

No depoimento à PF, Passos disse que recebeu no hotel parte do dinheiro do suposto representante do PT de São Paulo. Inicialmente, segundo Passos, Vedoin teria pedido R\$ 20 milhões pelo dossiê. O preço foi então reduzido a R\$ 2 milhões. A função de Passos, agente aposentado da PF, seria analisar o material. Além de fotos, DVD e vídeo, Trevisan levava numa pasta azul uma lista com nomes de 12 prefeituras. Ao lado de cada uma foram listados valores de R\$ 66 mil a R\$ 64 mil.

Preso com Passos, Valdebran, segundo o Diretório do PT de Cuiabá, chegou a ser indicado para um cargo de diretor da Eletronorte no início do governo Lula. Mas uma ala do PT impediu a nomeação enviando um dossiê contra ele sobre superfaturamento em prefeituras de Mato Grosso.



## Depoimento não cita vínculo com PT, diz Berzoini

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, informou ontem, por meio de sua assessoria, que o ex-agente da PF Gedimar Pereira Passos, preso antontem intermediando a compra de documentos contra candidatos tucanos, não declarou à Polícia Federal que parte do dinheiro teria saído da Executiva do PT em São Paulo.

Segundo Berzoini, não existe no depoimento prestado pelo ex-agente nenhuma vinculação entre o montante apreendido pela polícia e o caixa do Partido dos Trabalhadores.

Apesar da afirmação, a assessoria de Berzoini não confirmou se o petista teve acesso ao depoimento de Passos na Polícia Federal.

A reportagem também procurou o presidente do PT em São Paulo, Paulo Frateschi. A assessoria dele, no entanto, informou que estava sem contato com o petista.

Segundo a assessoria do PT, Berzoini divulgaria uma nota oficial em defesa do partido no final da tarde de ontem —após o fechamento desta edição.(LC)



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O fracasso da operação abafa”, publicada pela revista **Veja** e sua publicação de 25 de outubro de 2006.

Segundo a matéria, além de Freud Carvalho, ex-assessor e ex- segurança do presidente Lula, envolvido no escândalo da compra de um falso dossiê contra candidatos tucanos, passam a ser suspeitos também

o ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete do Presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O FRACASSO DA OPERAÇÃO ABAFA

Além de Freud Godoy, Gilberto Carvalho e José Dirceu passam a ser suspeitos no caso do dossiê

Marcio Aith

**E**m reportagem publicada na semana passada, **VEJA** revelou uma operação abafa deflagrada pelo governo para apagar a participação de Freud Godoy, ex-assessor e ex-segurança do presidente Lula, no escândalo da compra do dossiê. Ele foi acusado pelo petista Gedimar Passos, flagrado com parte do 1,7 milhão de reais, de ser o mandante da operação. A revista informou que o ministro Márcio Thomaz Bastos se reuniu com Freud Godoy logo depois do estouro do escândalo e lhe indicou um advogado. Ele vai precisar de um bom profissional para defendê-lo: seu sigilo bancário foi finalmente quebrado. Tentar desvincular a compra do dossiê das ações do comitê de reeleição de Lula é o ponto fulcral da estratégia jurídica do governo. As razões são óbvias. Pela lei eleitoral, se reeleito, Lula pode perder o mandato caso um fato dessa gravidade seja vinculado a sua campanha. O próprio presidente reconheceu isso na semana passada, usando de extraordinária sinceridade. “Se se cometeu um crime eleitoral, eu e qualquer outro cidadão comum deste país temos que pagar pelo crime que cometemos”, afirmou numa entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Pelo que se sabia até a sexta-feira passada, vai ser uma maratona jurídica e política afastar o dossiêgate de Lula e seus mais íntimos colaboradores. Além de Freud Godoy ter sido arrastado outra vez para o centro da confusão pela

reportagem de **VEJA**, o cruzamento dos extratos telefônicos dos envolvidos no dossiêgate, divulgado pela Polícia Federal, trouxe as chamadas da apuração para a ante-sala de Lula. Seu chefe-de-gabinete, Gilberto Carvalho, telefonou duas vezes para Jorge Lorenzetti no dia 15 de setembro. Nesse dia, foram feitas as prisões dos negociadores do dossiê, Valdebran Padilha e Gedimar Passos, no hotel Ibis, em São Paulo. Na noite da última sexta-feira, Gilberto Carvalho admitiu os telefonemas, mas disse que ligou apenas em busca de informações sobre o que estava acontecendo. O primeiro telefonema de Carvalho aconteceu pouco depois das 10 da manhã. O segundo, depois das 18 horas. Ou seja, as duas ligações para Lorenzetti ocorreram horas após a prisão de Valdebran e Gedimar.

Em entrevista a **VEJA**, Carvalho disse que conversou com o presidente sobre o tema naquele dia. Afirmou que, por volta das 13 horas, informou Lula sobre as prisões. Teria dito: “Presidente, duas pessoas ligadas ao PT foram presas em São Paulo com dinheiro para comprar um dossiê”. Lula teria ficado assustado, segundo Carvalho, e exclamado: “Quem iria fazer uma loucura dessas neste momento da campanha?”. Pelo jeito, mais uma versão para livrar o presidente está sendo forjada. Não será tão fácil. Como explicar que Carvalho sabia do envolvimento de Lorenzetti

com a compra do dossiê — tanto que telefonou para ele em busca de informações — cinco dias antes de o nome do churrasqueiro ter vindo a público como um dos participantes da trama? Mais: por que Carvalho só admitiu os telefonemas mais de um mês depois do estouro do esquema, e somente diante da iminência de ter seu nome revelado pela PF? Outro flagrado nos extratos telefônicos divulgados pela PF foi o ex-

coordenador do comitê de reeleição de Lula, Ricardo Berzoini. No mesmo cruzamento de extratos, descobriu-se que o ex-ministro José Dirceu também conversou com Jorge Lorenzetti, mas não foi revelada a data dos telefonemas. Na sexta-feira passada, sem fazer menção à data dos telefonemas, Dirceu confirmou as conversas, mas negou que tenham tido qualquer relação com o dossiê. Típico do amigo do homônimo de Bob Marques.

**Freud Godoy (ao lado) e o presidente licenciado do PT, Ricardo Berzoini. O primeiro voltou ao rol de suspeitos no episódio do dossiê; o segundo está cada vez mais enrolado. Outra novidade no caso é o envolvimento de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Lula**

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores: Ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em livro, Jefferson envolve Lula e Dirceu com dinheiro de Furnas”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de setembro do corrente.

A matéria destaca que no livro “Nervos de Aço”, lançado recentemente, o ex-deputado federal Roberto Jefferson conta que contou ao Presidente Lula que o PT e o PTB tinham acertado partilhar R\$3 milhões arre-

cadados de empresas prestadoras de serviço à estatal Furnas Centrais Elétricas e que o acordo foi confirmado pelo então Ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Em livro, Jefferson envolve Lula e Dirceu com dinheiro de Furnas

**SERGIO TORRES**  
DA SUCURSAL DORIO

Em “Nervos de Aço”, livro que acaba de lançar, o ex-deputado federal Roberto Jefferson diz que contou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o PT e o PTB tinham acertado partilhar R\$ 3 milhões arrecadados de empresas prestadoras de serviço à estatal Furnas Centrais Elétricas.

Hoje se dizendo eleitor de Heloisa Helena (PSOL), Jefferson diz que o acordo fora firmado com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Diante da surpresa que diz ter causado, Lula desconhecia o acordo, suspeita Jefferson, à época deputado federal pelo PTB.

O diálogo com o presidente, na presença de Dirceu e do ministro do Turismo, Walfrido dos Marcs Guias (PTB), é a

principal novidade das 375 páginas de “Nervos de Aço” (editora Topbooks; R\$ 39,90).

Jefferson conta que aquele foi seu último encontro oficial com o presidente. Era a manhã de 26 de abril de 2005. No Palácio do Planalto, Lula quis saber a razão de o então diretor de Engenharia e Planejamento de Furnas, Dimas Toledo, não ter ainda sido substituído por um indicado pelo PTB, como acertado anteriormente.

“Roberto, por que está demonstrando tanto? Por que vocês não trocaram ainda, rapaz? Eu não quero manter esse cara lá. Por que ainda não saiu a nomeação do PTB? Vamos nomear o [Francisco] Spirandel?”, teria dito Lula a Jefferson, que escreve ter sugerido ao presidente que Toledo fosse mantido.

“Lula não gostou: ‘Pô, como é que é? Mas por quê? Vocês já

estão fazendo acordo?’ ‘Já.’ ‘Que acordo é esse?’, ele quis saber. ‘Qual foi o acordo que vocês fizeram, porra?’”

Jefferson explicou o que era o acordo. Segundo ele, Dirceu defendia internamente a permanência de Dimas Toledo, que caíra em desgraça com Lula por transferir mais de R\$ 1 milhão ao governo de Minas Gerais, de Aécio Neves, do PSDB.

Para não trocar Dimas por um petebista, Dirceu teria proposto a ele “um acerto direto entre o PT e o PTB”, pelo qual os partidos dividiriam “a arrecadação mensal” de Furnas, “por meio de Dimas Toledo”. O dinheiro seria arrecadado “entre empresas interessadas em contratos com Furnas”.

Segundo Jefferson, Lula se irritou com a explicação e não a aceitou. “Aquele senhor está traindo o governo, está fazendo

o jogo do governador de Minas Gerais, e eu não quero a permanência dele. Não quero esse cara lá. Se você não tirar eu tiro e ofereço a outro partido. Tem que tirar!”, teria dito o presidente, mandando, a seguir, Dirceu nomear Spirandel.

O Palácio do Planalto foi informado do conteúdo do livro, mas não havia se manifestado até a conclusão desta edição. Dirceu não quis falar sobre o livro, informou sua assessoria.

No livro, Jefferson não esclarece o destino dos R\$ 4 milhões que o PT teria doado ao PTB em 2004. O PT sempre negou ter dado a verba ao partido, do qual, até hoje, é aliado. “Politicamente, recebi, tecnicamente, não. Não há dinheiro, logo não há cadáver, logo não há crime.”

O livro foi escrito a partir de relatos ao jornalista e escritor Luciano Trigo.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Impeachment pode voltar a ser analisado, diz Busato”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 28 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, disse que a entidade poderá analisar no próxi-

mo ano uma proposta de *impeachment* do Presidente Lula da Silva.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Impeachment pode voltar a ser analisado, diz Busato

**Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, disse ontem que seria prudente se houvesse um segundo turno na disputa pelo Palácio do Planalto. De acordo com Busato, até lá poderiam ser esclarecidas as circunstâncias do dossiê Vedoim. O presidente da OAB afirmou ainda que a entidade poderá analisar novamente no próximo ano uma proposta de impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Um segundo turno seria bastante prudente para toda a sociedade. Primeiro, porque traria tempo para se esclarecer toda essa situação. Segundo, porque obrigaria uma tomada de compromissos com todos os segmentos políticos brasileiros por parte dos dois candidatos que tivessem a melhor condição no primeiro turno”, afirmou o presidente da OAB.

Sobre o pedido de impeachment de Lula, Busato afirmou que ele poderá ser reexaminado pela OAB no próximo ano. “Se houver clima para tanto, em face de algumas evidências que possam ser encontradas ou um grande debate dentro da instituição, isso (o pedido de impeachment) pode voltar à tona”, disse Busato.

Em maio deste ano, a entidade decidiu não pedir o impeachment do presidente Lula.

### “USO ILEGAL”

Busato classificou como difícil a situação vivida pelo presidente. “É uma situação difícil, em que o próprio presidente se vê envolvido por atos de pessoas a ele ligadas, ligadas ao Palácio do Planalto. Esse é um quadro que, realmente, não se esperava para o final da campanha para o primeiro turno.”

Para o presidente da OAB, está claro que, independentemente de sua origem, o dinheiro do dossiê Vedoim foi usado de forma indevida.

“Atrás desse dinheiro, venha de onde vier, qual seja a sua origem, se for moeda estrangeira ou nacional, evidentemente que teve um uso ilegítimo, ilegal. Portanto, a origem, a forma como foi conseguida fica superada pelo objeto ilícito para o qual estava sendo usado”, disse Busato. ●

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Hora da decisão”, de autoria do deputado federal eleito pelo PDT-SP, Paulo Pereira da Silva, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de outubro do corrente.

Segundo o autor, “a decisão que temos de tomar agora é a de apoiar o candidato Alckmin no segundo turno, para alijarmos do poder este grupo que aparelhou o Estado e desmoralizou a política e o sindicalismo”.

Ainda segundo o autor, “é hora agora de nos aliarmos contra esse grupo tão despreparado e sem

ética que, para nosso espanto, pode levar nosso país para o mais absoluto e terrível caos”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## **Hora de decisão**

PAULO PEREIRA DA SILVA

**H**A MOMENTOS na história em que decisões dramáticas precisam ser tomadas sem hesitação, sob pena de comprometermos nosso destino. É a decisão que temos de tomar agora é a de apoiar o candidato Alckmin no segundo turno, para alijarmos do poder este grupo que aparelhou o Estado e desmoralizou a política e o sindicalismo.

O Brasil, um país provido de todas as qualidades para crescer e fazer parte do grupo dos desenvolvidos, está há duas décadas estagnado, enquanto outros crescem —casos de Irlanda, Espanha e Coreia do Sul, para não falar de Índia e China.

Foi para mudar esse estado de coisas que, em 2002, apoiamos Lula no segundo turno. Ele prometia mudar a política econômica conservadora do governo tucano, sem traumas para o país, conforme escreveu na tal “Carta aos Brasileiros”. Era mentira.

Lula, num gesto antidemocrático e pernicioso, aparelhou o Estado com sindicalistas da CUT e militantes ineptos do PT. Com exceção de alguns ministros de qualidade (Furlan, Roberto Rodrigues, Mares Guia), nomeou incompetentes, que, por sua vez nomearam técnicos incapazes para fazer funcionar a máquina pública.

Pior: viciado pelos anos de experiência sindical nefasta, Lula não consegue enxergar seus erros, entre eles o de não aceitar a alternância no poder. Por isso, para não entregar a outros o destino do país, chefiou uma quadrilha de políticos e sindicalistas criminosos ou, no mínimo, fechou os olhos para o que fizeram e estão fazendo ainda. Aos fatos:

Lula prometeu mudar o país, com responsabilidade. Beneficiou-se —ao contrário do governo anterior— de situação internacional favorável, mas,

em vez de cumprir o prometido, fez aliança com os rentistas —20 mil famílias ricas que aplicam na ciranda financeira— e agradou aos pobres do Nordeste com a esmola do Bolsa Família. Para esses poucos rentistas, está pagando neste ano mais de R\$ 100 bilhões. Para os milhões de pobres que continuam pobres —por isso continuam recebendo o Bolsa Família—, vai gastar menos de R\$ 10 bilhões.

Para se garantir no poder, que é o que importa para ele e seu grupo, Lula praticou, permitiu que praticassem, fez de conta que não viu ou não viu —o que dá no mesmo— uma política de distribuição de dinheiro de caixa dois para políticos aliados.

### **Temos de apoiar Alckmin para alijarmos do poder esse grupo que aparelhou o Estado e desmoralizou a política e o sindicalismo**

Revivendo uma prática comum no mau sindicalismo, permitiu que comprassem —com o mesmo dinheiro sujo— dossiês contra seus adversários. Ou fez que não viu o que fizeram, o que, repito, dá no mesmo. O chefe que não vê o que seus subordinados fazem em seu nome não pode fugir de suas responsabilidades.

Em qualquer país civilizado, o presidente Lula já estaria responsabilizado por seus atos ou omissões. Por muito menos do que se divulgou, Nixon até se reelegera, mas teve que renunciar, porque seria legalmente deposto. Precisamos evitar que o mesmo aconteça aqui.

Entendo que Lula e Alckmin têm a mesma proposta para o país, mas, convenhamos, o segundo turno nos permite negociar com Alckmin uma

mudança em seu programa de governo. É assim que funciona. Com Lula, não podemos nem devemos negociar nada, pois já sabemos que ele não cumpre e, pior, mente.

Alckmin já nos garantiu que pode incluir em seu programa um esforço, dentro da política fiscal responsável, para baixar os juros. Com juros mais baixos, o setor produtivo investirá e fará o país crescer, com emprego e melhores salários —assim se distribui renda nas democracias.

O candidato tucano já nos disse também que aceita dar prioridade para a educação básica e o desenvolvimento tecnológico. Que não pretende tirar direitos dos trabalhadores. E que pretende levar adiante as reformas tributária e política, tão necessárias para moralizar o Congresso.

Muitos líderes e militantes da CUT se corromperam no governo. Poucos se salvaram. Vicentinho, ex-presidente da entidade, um dos poucos que se preservaram da lama, se reelegeu deputado, mas com apenas 97.477 votos. Eu me elegi com 287.443 votos —um recado dos eleitores para quem não se envolveu com a lama.

Isso significa que parte dos trabalhadores ainda acredita nos sindicalistas, o que nos dá esperança para continuar.

Não nos resta outro caminho, portanto, a não ser o de nos aliarmos —criticamente, que seja— ao candidato Geraldo Alckmin. Se Cristovam Buarque, que, em nossa opinião, tinha a melhor proposta, não teve votos suficientes, é hora agora de nos aliarmos contra esse grupo tão despreparado e sem ética que, para nosso espanto, pode levar nosso país para o mais absoluto e terrível caos.

PAULO PEREIRA DA SILVA, 50, deputado federal eleito pelo PDT-SP, é presidente nacional da Força Sindical.



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos da 186ª Sessão do Senado Federal, marcando para amanhã sessão não-deliberativa, que começará às 9 horas da manhã.

Boa-noite a todos e até amanhã!

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 58 minutos.)*

**(OS:15921/2006)**

## **PARECER Nº 36, DE 2006 – CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 9, de 2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00.”**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Nelson Meurer**

## **1. Apreciação**

### **1.1. Histórico**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 80, de 2006-CN (nº 649/2006, na origem), o Projeto de Lei nº 9, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00 para atender despesas com pessoal e encargos sociais, conforme as programações constantes do Anexo I.

O Poder Executivo oferece como fonte de recursos os advindos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005. Tais recursos estão em conformidade com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, como assim explicita a Exposição de Motivos nº 140/2006-MP, de 28-7-2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esclarece, ainda, a EM, que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário, estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que foram

consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006, conforme dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

### **1.2. Análise**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, dado ter por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.306, de 16-5-2006) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.178 de 11-8-2005 (LDO/2006).

Quanto aos recursos compensatórios para a abertura do crédito, a Exposição de Motivos deixa claro que, para tanto, serão utilizados, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu Art. 43, § 1º, inciso I, recursos decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2005, conforme demonstrativo anexado à proposição.

A matéria que nos foi dada a relatar foi objeto de 6 emendas, no prazo regimental, objetivando remanejar recursos em favor do Ministério da Saúde. Em que pese os méritos contidos das assertivas apresentadas somos pela inadmissão de todas por conflitar o disposto do art. 166, § 3º, II, da Constituição Federal.

## **II – Voto do Relator**

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela Aprovação do PLN nº 9, de 2006-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, inadmitindo-se todas as emendas apresentadas.

É o Relatório.

Em de de 2006. – Deputado **Nelson Meurer**, Relator.

## **Conclusão**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2006, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Nelson Meurer, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 9/2006-CN. Ao Projeto foram apresentadas 6 (seis) emendas, as quais foram declaradas inadmitidas.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Pre-



sidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Claudio Cajado, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Zé Gerardo, Zequinha Marinho e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **Nelson Meurer**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 9/2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$476.825.930,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – **Nelson Meurer**, Relator

#### **PARECER Nº 37, DE 2006-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 12, de 2006 – CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito Suplementar no valor de**

**R\$1.770.296.027,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.”**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **José Pimentel**

#### **1. Apreciação**

##### **1.1. Histórico**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 85, de 2006-CN (nº 488/2006, na origem), o Projeto de Lei nº 12, de 2006-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito Suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e seis mil e vinte e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente relativas a gastos com pessoal e encargos sociais.

A Exposição de Motivos nº 104-A, de 28-6-2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarece que as alterações propostas pelo projeto de lei se destinam a “viabilizar alteração de estruturas de carreiras e aumento de remuneração no âmbito do Tribunal de Contas da União, dos Poderes Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União.”

Esclarece, também, em cumprimento das disposições do art. 63, § 13 da Lei nº 11.178, de 2005 (LDO-2006) que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetará a meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias obrigatórias que tem como fonte compensatória os recursos da Reserva de Contingência, utilizados em consonância com a legislação vigente, e que a reserva financeira fixada pelo art. 12 do Decreto nº 5.780, de 2006, é suficiente para absorver o impacto do acréscimo nas despesas primárias obrigatórias.

Cumpridos os tramites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos, pela designação da Presidência da Comissão Mista, a honrosa incumbência de relatá-la.

##### **1.2. Análise**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, dado ter por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária vigente (Lei nº 11.306, de 16-5-2006) e formulada de acordo com o que determina o art. 66 da Lei nº 11.178 de 21-9-2005 (LDO/2006), achando-se instruída com a indicação de

recursos compensatórios compatíveis com o que exige o art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Findo o prazo para a apresentação de emendas, fixado para o período 14 a 21 de agosto, constatou-se que nenhuma dessas proposições foi formalizada.

## II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que essa iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela Aprovação do PLN nº 12, de 2006-CN, na forma da proposição oriunda do Poder Executivo.

É o Relatório.

Brasília, 17 de outubro de 2006. – Deputado **José Pimentel**, Relator.

## Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, 13 de novembro de 2006, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado José Pimentel, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 12/2006-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio César, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Cláudio Cajado, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Zê Gerardo, Zequinha Marinho e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu

Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006.  
– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – **José Pimentel**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 12/2006-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$1.770.296.027,00 (um bilhão, setecentos e setenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, vinte e sete reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006.  
– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **José Pimentel**, Relator.

## PARECER Nº 38, DE 2006-CN

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 26/2006 – CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$75.728.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

## 1. Relatório

### 1.1. Histórico

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 116, de 2006-CN (nº 863/2006, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 26, de 2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$75.728.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias do Fundo Constitucional do Distrito Federal FCDF, destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive os acréscimos decorrentes da Medida Provisória nº 307, de 29 de junho de 2006, que trata da alteração dos valores da Vantagem Pecuniária Especial – VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias, no âmbito do referido Fundo.

Ao presente projeto de lei não foram apresentadas emendas.

## 1.2. Análise

Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias, no âmbito do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

De acordo com a Exposição de Motivos EM nº 00192/2006/MP, as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, haja vista que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Em conformidade com o que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006), as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que não modificam o montante das despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo IV do Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006.

Sob o aspecto formal e de mérito, o projeto está elaborado em conformidade com boa técnica legislativa, pelo que não há reparos a oferecer.

## 2. Voto do Relator

Em razão de todo o exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2006-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, de de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator.

## Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2006, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Romeu Tuma, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 26/2006-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Meres, Carlos Melles, Claudio Cajado, Col-

bert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castra, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Navais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Zé Gerardo, Zequinha Marinho e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 26/2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$75.728.367,00 (setenta e cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator.

## PARECER Nº 39, DE 2006-CN

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 39, de 2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$162.200.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Walter Pinheiro**



## 1. Apreciação

### 1. Histórico

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 130, de 2006-CN (nº 886/2006, na origem), o Projeto de Lei nº 39, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$162.200.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Conforme a Exposição de Motivos nº 235/2006/MP, de 13-10-2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive os acréscimos decorrentes das Leis nº 11.169 e nº 11.170, ambas de 2 de setembro de 2005, que alteraram em 15% (quinze por cento) a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da alteração do vencimento básico das carreiras de Delegado de Polícia e da Polícia Civil do Distrito Federal e da alteração dos valores da Vantagem Pecuniária Especial – VPE devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal concedida pela Medida Provisória nº 307, de 29 de junho de 2006.

Dos recursos necessários ao atendimento da proposição R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) são oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e R\$12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias, no âmbito de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Esclarece ainda que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

### 2 – Análise

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei

nº 11.306, de 16-5-2006) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.178 de 20-9-2005 (LDD/2006).

Quanto aos recursos compensatórios para a abertura do crédito, a Exposição de Motivos deixa claro que, para tanto, serão utilizados, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º, incisos I e III, 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005, sendo R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) destinados ao Senado Federal e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) destinados à Câmara dos Deputados e R\$12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais) de anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio Fundo Constitucional do DF.

A matéria que nos foi dada a relatar não foi objeto de emendas.

### II – Voto do Relator

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 39, de 2006-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o Relatório.

Brasília de 2006. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

### Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 14 de novembro de 2006, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Walter Pinheiro, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 39/2006-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Claudio Cajado, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Matos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno

Fonteles, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Zé Gerardo e Zequinha Marinho e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, 14 de novembro de 2006.

– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 39/2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$162.200.000,00 (cento e sessenta e dois milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 14 de novembro de 2006.

– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PRB** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
**PMDB** – João Alberto Souza \*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres \*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
**PSDB** – Antero Paes de Barros \*  
**PFL** – Jonas Pinheiro \*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
**PSDB** – Luiz Pontes\*  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
**PMDB** – Ney Suassuna \*  
**PFL** – Efraim Moraes\*\*  
**PRB** – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
**PFL** – Jorge Bornhausen \*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotônio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
**PFL** – Maria do Carmo Alves \*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
**PSDB** – Alvaro Dias \*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**PT** – Delcídio Amaral \*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque \*\*  
**PFL** – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro \*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
**PMDB** – José Sarney \*  
**PMDB** – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)



**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

# CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.



**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

**Representação Brasileira**

## **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

**Mesa Diretora eleita em 28.04.2005**

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

## **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

## **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)
<b>PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)</b>	
(vago)	1. (vago)

## **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
<b>Bloco PFL/Prona</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
<b>PSDB</b>	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
<b>PP</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
<b>PTB</b>	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
<b>PPS</b>	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS**